

Os trabalhos dos comunistas

Pela parte das forças da direita, PSD e PP, a sua estratégia está já clara. Apoio às políticas do Governo que correspondem, em pontos essenciais às suas próprias orientações.



■ Edgar Correia

Pág. 18

O que Cuba precisa é o fim do bloqueio

■ Entrevista com Rodriguez Arufe Pág. 23



Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0670-1865 • 2 de Abril de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1270 • Director: José Casanova

No mundo do trabalho

PROTESTOS SOBEM DE TOM

Depois das greves e plenários da última semana, estão marcadas novas acções de luta dos professores, da Função Pública, da Sodina (ex-Renault), dos ferroviários.

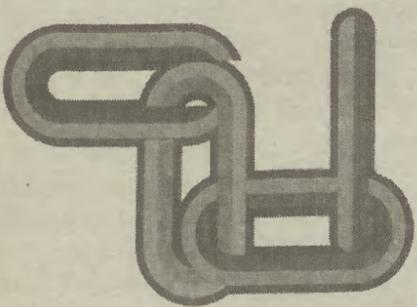
Págs. 5 a 7

ÚLTIMAS

Contra a taxa de activação e o aumento do telefone
Comissão de utentes vai a S. Bento

Pág. 32

Há 25 anos, em Aveiro o 3º Congresso da Oposição Democrática



3º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Unidade na acção rumo à conquista da liberdade

Págs. 19, 20 e 21

Em manifestação

Mais de dez mil estudantes contra Lei do Financiamento



Centrais

EDITORIAL

Uma AD para o PS?

A

hipótese de reconstituição de uma AD mais ou menos recauchutada, constituiu o tema central para a generalidade dos comentadores políticos nos últimos dias. Sem negar a importância de tal eventualidade – e, por isso mesmo, aqui a abordaremos – necessário é que tudo façamos para impedir que ela se transforme em mais uma manobra de diversão que relegue para plano secundário o conteúdo e

as consequências da política do governo e as lutas que milhares de trabalhadores e de jovens estudantes, travam, de norte a sul do país, em defesa dos seus interesses e direitos. Mas voltamos ao tema em debate: todos os comentadores concluíram que, a concretizar-se tal eventualidade, o PCP seria o grande prejudicado na medida em que tal ocorrência faria reaparecer o perigo do regresso da direita ao poder o que tenderia a deslocar votos do PCP para o PS. Nessa perspectiva, a “nova AD” seria uma prenda do PSD e do PP ao PS...

Descontados os exageros – quer no que respeita à quase certeza de concretização dessa AD, quer quanto à inevitabilidade da referida deslocação de votos – há que reconhecer alguma pertinência nas análises produzidas. Não é menos pertinente, no entanto, a ideia de que a consumação dessa “nova AD” de forma alguma pode ser vista como um dado adquirido e muito menos que, a consumir-se, venha a produzir as consequências apontadas.

Com efeito, todos os dias surgem, quer do interior do PP quer do PSD, sinais inequívocos de rejeição de tal hipótese e é sabido que, questões desta natureza, estão regra geral condicionadas por um amplo leque de factores que, pela complexidade de que se revestem, não cabem na simples análise das declarações de intenções de um ou de outro dos dirigentes partidários em questão (aliás, a reconhecida “instabilidade de carácter” evidenciada por Paulo Portas, dá razão aos que vêem grandes obstáculos à concretização do entendimento PP / PSD).

Por outro lado, é óbvia a precipitação dos que concluem que, a concretizar-se a “nova AD”, se produziria, mecanicamente, uma transferência de votos do PCP para o PS. Na verdade, nada nos diz que o “perigo” do regresso da direita ao poder tenha, hoje, a mesma dimensão que teve, em 1995, o perigo da continuação da direita no poder. Pelo contrário, tudo parece indicar que a aplicação pelo Governo PS de uma política generalizadamente reconhecida com irmã gémea da que o PSD praticou durante dez anos consecutivos, reduz esse “perigo” à sua verdadeira dimensão. Os aplausos dos líderes dos grandes grupos económicos e financeiros à política do governo de António Guterres constituem dolorosas chicotadas nos eleitores de esquerda que nas últimas legislativas votaram no PS e configuram um sério alerta aos que, nessa altura, tiveram a lucidez de perceber que o melhor caminho para derrotar a política de direita era o voto no PCP.

É um facto que estes mais de dois anos de governo PS evidenciam a necessidade de uma alternativa de esquerda à política que tem vindo a ser executada. E não será difícil que o eleitorado de esquerda compreenda que a desejada alternativa de esquerda não passa pelo reforço do partido que, no poder, tem tido no PSD e no PP os apoios essenciais para a

prosseção da política de direita. Da mesma forma que não será difícil que os eleitores de esquerda – e não falo apenas dos que em 1995 votaram na CDU – compreendam que o reforço eleitoral do PCP é condição indispensável para a concretização de uma real alternativa de esquerda.

Mas ainda que tal compreensão comporte dificuldades geradas por razões que a razão desconhece, o PCP travará decididamente essa batalha. E fá-lo-á com toda a sua capacidade, energia e inteligência. E será uma batalha para ganhar.

De qualquer forma, é possível que sejam muitos mais os que, hoje, sentem que o reforço do PCP e a alteração da relação de forças entre o PS e o PCP são

condições essenciais para que haja uma política de esquerda. É possível, igualmente, que sejam muitos mais os que, hoje, compreendem que, se nas eleições legislativas de 1995 o PS não tivesse tido uma maioria tão próxima da absoluta e o PCP tivesse obtido uma mais forte votação, a política praticada pelo governo de António Guterres não seria a que tem sido: seria diferente e, seguramente, muito melhor para a maioria dos portugueses. Por isso – como recentemente sublinhou Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP – “é da máxima importância que os trabalhadores e os portugueses que aspi-

ram a uma viragem na prática política compreendam que o que conta na formação do governo não é o partido mais votado mas são as maiorias que se formam na Assembleia da República. Que o que importa é que os deputados eleitos pelo PCP e pelo PS sejam em maior número do que os eleitos pela direita mas que, naturalmente, não é indiferente a relação de forças entre os eleitos dos dois partidos”.

A obsessão pela maioria absoluta que percorre o PS é um sinal ineludível da sua intenção de prosseguir, de mãos livremente dadas com o PSD e o PP, a política que até agora tem sido defendida e praticada por todos eles. Ou seja: um PS com maioria absoluta significaria a inevitável continuação da política de direita e retardaria perigosamente a possibilidade de concretização de uma alternativa de esquerda.

Em resumo: ao contrário do que alguns pensam (e, nalguns casos, desejam), o eleitorado de esquerda não está condenado a deixar-se arrastar ao sabor das vagas mistificatórias que pretendem substituir-se à sua reflexão própria. E não é necessário proceder a uma análise particularmente aprofundada da situação político-partidária nacional para se concluir que o PCP é o grande partido da esquerda, o portador seguro dos valores e ideais da esquerda, o único em condições de conferir pleno conteúdo de esquerda à alternativa democrática; e que o reforço da expressão eleitoral, social e política do PCP é do interesse não só dos comunistas mas de importantes segmentos democráticos e de esquerda que em muitos aspectos divergem do PCP.

E no quadro e no contexto actuais, o PCP é – como escreveu Vítor Cunha Rego no Diário de Notícias de 31.3 – “uma garantia de combate político dialéctico, sem o qual muito pouco ficará além do poder e do peso do dinheiro”.



«O PCP e o Desporto do Século XXI» foi discutido no sábado

RESUMO

25
Quarta-feira

Dez mil estudantes do Ensino Superior público manifestam-se, em Lisboa, junto à Assembleia da República, protestando contra a lei de financiamento ■ A Comissão Europeia, nas suas previsões económicas para 1998 e 1999, considera que os postos de trabalho que serão criados não serão suficientes para atenuar o desemprego ■ Depois de passar pelo Ruanda e de assinar a Declaração de Princípio de Entebbe no Uganda, o presidente dos EUA parte para a África do Sul ■ O Grupo de Contacto sobre a ex-Jugoslávia decide adiar por um mês a adopção de eventuais sanções suplementares contra a Jugoslávia ■ A polícia do Ulster afirma que o IRA não foi responsável pelas recentes operações terroristas na Irlanda do Norte.

26
Quinta-feira

A lei de criação de regiões é aprovada na AR ■ Carlos Carvalhas visita o Centro de Saúde de Marvila, em Lisboa ■ O Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa pronuncia os dois arguidos no caso do microfone encontrado no gabinete do Procurador-Geral da República ■ O parlamento alemão aprova o alargamento da Nato a leste ■ Realiza-se, em Moscovo, uma cimeira entre os presidentes da Rússia, França e Alemanha ■ Os peritos em desarmamento da ONU iniciam as inspecções aos palácios presidenciais iraquianos ■ É descoberto, em Itália, o fóssil de um dinossáurio bebé.

27
Sexta-feira

Inicia-se o congresso da Associação Nacional de Municípios, no Algarve ■ O trabalho infantil é discutido num seminário realizado no Porto ■ O Governo apresenta o Plano Nacional de Emprego ■ Durante a visita de Bill Clinton à África do Sul, Nelson Mandela defende a política de diálogo em vez da política de ameaças para resolver crises internacionais ■ Na Rússia, o presidente propõe formalmente Serguei Kiriyenko para primeiro-ministro, ameaçando dissolver a Duma se os deputados o rejeitarem ■ O governo brasileiro aceita a ajuda na ONU no combate ao incêndio da Amazônia, mas recusa a presença de tropas estrangeiras ■ Comemora-se o Dia Mundial do Teatro.

28
Sábado

Tem lugar um encontro sobre «O PCP e o Desporto do Século

XXI» ■ Realiza-se, em Aveiro, a III Conferência Nacional da Intergovem ■ Em Coimbra, uma mulher é regada com gasolina e incendiada ■ Dezenas de milhares de franceses manifestam-se contra as alianças entre a extrema-direita da Frente Nacional e a direita moderada da UDF e do RPR ■ Na Rússia, o primeiro-ministro demitido na semana passada por Ieltsin, Viktor Chornomirdin, anuncia a sua candidatura às eleições presidenciais.

29
Domingo

A ponte Vasco da Gama, que liga Lisboa ao Montijo, é inaugurada ■ Realiza-se a Corrida Terry Fox, para a angariação de fundos para a investigação do cancro ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Antuérpia, na Bélgica, contra a ausência de resultados nas investigações sobre actos de pedofilia ■ Gerry Adams, o líder do Sinn Fein apela a todos os republicanos irlandeses que parem com a violência e apoiem o processo de paz ■ No Peru, um avião despenha-se e faz 28 mortos ■ Nelson Mandela anuncia que irá visitar brevemente o Irão.

30
Segunda-feira

Depois de uma sessão de Conselho de Ministros extraordinária, o Governo anuncia que optará pela requisição civil dos funcionários judiciais, durante a greve destes que hoje se inicia ■ A imprensa noticia que o Governo decidiu criar duas faculdades de medicina nos próximos anos ■ É divulgado que Konis Santana, o comandante da guerrilha timorense, morreu no dia 11 na sequência de uma queda acidental ■ Os jornalistas italianos entram em greve ■ Os árabes que vivem em Israel assinalam o Dia da Terra com manifestações e uma greve geral ■ Realizam-se eleições presidenciais na Arménia ■ Norodom Ranaridh, o primeiro-ministro cambodjano derrubado, regressa ao país.

31
Terça-feira

O ex-ministro da Defesa, António Vitorino, é ilibado da acusação de fuga ao fisco ■ Os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa fazem greve, pela actualização salarial e a reabertura das carreiras ■ Inicia-se, em Bruxelas, a Conferência de Alargamento da União Europeia ■ Missão americana ao Médio Oriente termina sem conseguir desbloquear as negociações israelo-palestinianas ■ O ministro Gomes da Silva rejeita o projecto de reforma da PAC no início da sua discussão.

Avante!

Proletrários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Tel.: (01) 923 89 00
Campo Raso — 2710 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Liberdade de (des)informação

É coisa óbvia e incontestável que as sondagens de opinião são, cada vez menos, meios de avaliação de intenções de voto e, cada vez mais, instrumentos de influência do voto da generalidade dos eleitores. Estou em crer, mesmo, que as sondagens constituem, hoje, um dos principais mecanismos transformadores das eleições na mascarada a que vimos assistindo por todo o Mundo.

Vejamos um exemplo concreto do que acima fica dito: o Diário de Notícias, de 27.3, "informava", em destacado título de 1ª página, que "PS ganha maioria absoluta". E, ao lado desta sensacional revelação, e ainda com maior destaque, o DN exibiu "resultados": "PS, 47,5%; PSD, 29,5%; PCP, 8,8% e CDS/PP, 3,9%".

Lendo estes títulos fica-se com a ideia de que o DN está a informar os seus leitores sobre resultados concretos de eleições realizadas na véspera. E é bem possível que muitos daqueles cidadãos que esgotam o seu contacto com a imprensa escrita numa rápida olhadela pelos títulos dos jornais expostos nas bancas e quiosques, se tenham interrogado

mais ou menos nestes termos: "olha, é boa esta!, houve eleições sem eu saber... e o Guterres lá ganhou a maioria absoluta". E assim vão fazendo opinião...

A maioria absoluta é um objectivo que Guterres e os seus pares perseguem obsessivamente como é característico de quem só sabe governar munido da possibilidade de fazer em cada momento o que muito bem lhe apetece. A "notícia" do DN insere-se na "batalha" visando que o PS venha a obter uma maioria absoluta. Não por efeito de uma apreciação positiva, feita em consciência pelos eleitores, da política do governo PS mas pela divulgação dessa ideia apresentando-a não só como uma necessidade mas como uma inevitabilidade. Nesse sentido, a sondagem publicada pelo DN - e a forma como é apresentada - revela uma enorme falta de respeito pelos leitores (e pelos eleitores) e constitui um importante serviço prestado aos interesses e objectivos do partido do governo.

E como é que o DN obteve a tal "maioria absoluta" para o PS? Ora bem, a coisa é isto: sobre o conteúdo do inquérito nada de substancial nos é dito. E sabemos a importância de que se reveste a forma como as perguntas são elaboradas, isto é, se elas encaminham ou não o inquirido para uma resposta - para a resposta desejada por quem promove ou paga a sondagem... Ficamos a saber, no entanto, que foram ouvidas 1415 pessoas das quais, cerca de 28% (mais ou menos 400) se pronunciaram pela abstenção. Somos informados ainda que há 8% de indecisos. Quanto aos resultados brutos nada nos é dito. E se, como tudo parece indicar, as abstenções foram distribuídas proporcionalmente pelos diversos partidos na base dos resultados brutos obtidos, então a verdade é que a sondagem daria cerca de 35% ao PS... Mas mesmo que assim não seja, a forma como esta sondagem é feita e divulgada mostra como a liberdade de informação pode ser utilizada para desinformar livremente. E é isso o que mais importa aqui realçar.

■ José Casanova

Sem misericórdia

Na manhã de segunda-feira, o «DN» titulava em manchete que «Misericórdias recusam fazer abortos», uma vez que «reunidas em Fátima, aprovaram, com quatro abstenções, uma moção que proíbe qualquer interrupção voluntária da gravidez nos seus hospitais».

O jornal relatava depois a muito pouco misericordiosa decisão tomada na Assembleia Geral da União das Misericórdias Portuguesas com participação do incontornável Padre Melícias, e, citando o texto aprovado, referenciava-a de forma expressa «nomeadamente às que prestam serviço no âmbito do Serviço Nacional de Saúde».

E, para completar o filme do dia, só falta dizer que tudo isto e algo mais nos chegava à noite no Telejornal através da voz do omnipresente Bagão Félix que, como se sabe, além da inocente qualidade de benfiquista activo, é também Presidente da Assembleia Geral da tal União das Misericórdias, especialista em segurança social (perdão, administrador de fundos privados de pensões), dirigente do Movimento Juntos pela Vida (perdão, juntos pela manutenção da criminalização do aborto) e Presidente de uma Comissão Justiça e Paz que, no passado, até já foi presidida por pessoas decentes.

Sendo tomada e publicitada quando existe agora a fundada expectativa da próxima convocação de um referendo sobre o aborto, esta «decisão» da União das Misericórdias - mas falta saber se não passará de uma pretensão - começa por ser muito reveladora de que, naquela área de opinião e de interesses, se continua a apostar muito mais nos argumentos de autoridade, nas decisões administrativas e nas atitudes de rebeldia e sabotagem face às leis da República do que na bondade dos argumentos e na força persuasiva das convicções.

Mas isso, podendo e devendo ficar para o retrato rigoroso de certas mentalidades e dos métodos de que se servem, não é o essencial.

Porque o essencial é que é absolutamente ilegítimo, inadmissível e intolerável que a União das Misericórdias Portuguesas se pretenda arrogar o direito de proibir o recurso à IVG (nos termos que uma futura lei venha a permitir) em unidades hospitalares que «prestam serviço no âmbito do Serviço Nacional de Saúde», que são subsidiadas pelo Estado ou que com ele tem contratos ou protocolos de prestação de cuidados de saúde.

A questão está em que, também sem qualquer misericórdia, tem de haver limites para o desprante, para a arrogância e a aparente impunidade de gente que julga poder mamar vorazmente na teta financeira do Estado e ficar isenta do respeito geral pelas leis do país e pelas possibilidades de opção que aquelas vierem a atribuir aos cidadãos. E, por isso, mais do que esperar, se tem de exigir, com a urgência e a clareza indispensáveis, uma palavra forte de rejeição e condenação desta «decisão» das Misericórdias por parte da Ministra da Saúde, sob pena de, do seu silêncio, se ter de concluir que, na prática, já estamos a ser governados pelo «Partido Social Cristão» de que tanto tem falado o Vicente Jorge Silva e que, sob esta ainda benigna designação, esconde a coisa que, abarcando já o PS de Guterres e o PSD de Marcelo, se prepara agora para integrar também o CDS-PP do muito devoto Paulo Portas.

■ Vítor Dias

FASCISMO

O alerta francês

De França chega-nos um alerta. A extrema-direita de Le Pen, racista e fascizante, acaba de averbar uma nova e significativa vitória no quadro das recentes eleições regionais. Colocados em minoria em várias regiões, candidatos da "direita tradicional" aliam-se à extrema-direita para vencer os candidatos da "esquerda plural" (aliança PCF, PSF, Radicais, Verdes). É assim, por exemplo, que impedem a eleição na Picardie do candidato comunista. Ou que Charles Milon, nada mais nada menos que o ministro da Defesa do anterior governo de direita, é eleito em Rhône Alpes. A FN, de isolada e marginalizada no sistema, conseguia finalmente ver-se publicamente reconhecida como uma força frequentável. E a França estremeceu. À direita, uma crise profunda cuja evolução e desenlace ninguém se arrisca vaticinar. À esquerda, com os comunistas na primeira linha, um amplo movimento de protesto antifascista e mobilização popular, que obrigou já a significativo recuo no caminho do branqueamento e banalização da FN, provocando nomeadamente a demissão de 3 dos 5 Presidentes regionais de direita eleitos com os votos da FN.

O problema da extrema-direita em França reveste-se de um evidente significado internacional. Por razões históricas, que têm no colaboracionismo de Vichy e na Resistência e no "partido dos fuzilados" expressões antagónicas. Pelo peso e papel da França no xadrez europeu e internacional. É inquietante que em tal país a extrema-direita assumida, que considera o Holocausto nazi simples pormenor da 2ª Guerra Mundial, disponha do apoio de 15% do eleitorado e esteja socialmente enraizada em meios populares, nomeadamente operários. Mas mais inquietante ainda é verificar que não estamos propriamente perante uma "excepção francesa" e que, naturalmente em graus e sob formas diferenciadas, a extrema-direita levanta a cabeça, se manifesta com arrogância, alcança resultados eleitorais não negligenciáveis e se enraíza no tecido social de vários países. É o caso nomeadamente da Áustria com o "Partido Liberal" de Haider; da Bélgica com o "Vlaans Block" flamengo; da Noruega com o "Partido do Progresso" de Carl Hagen; da Itália onde avançam os neofascistas reciclados da "Aliança Nacional", com Fini aspirando a substituir Berlusconi na liderança do "Polo" de direita. Sem esquecer muitas outras situações como nos países bálticos onde os comunistas são perseguidos e se multiplicam, como há dias em Riga, manifestações abertamente nazis.

O sobressalto "republicano" e antifascista francês vem alertar para o perigo da extrema-direita e a necessidade de lhe dar combate urgente. O que implica medidas no plano jurídico e institucional sem dúvida. Mas sobretudo exige políticas e medidas orientadas para irradiar as raízes socioeconómicas e ideológicas do fascismo. Le Pen e os seus apaniguados em todo o mundo alimentam-se no pântano de miséria, injustiça, violência e obscurantismo segregados pelo capitalismo. Alimentam-se das trágicas consequências sociais da mundialização do capital, da impiedosa exploração das transnacionais, das receitas do FMI/BM e outras instituições ao serviço da "nova ordem" imperialista, das agressões militares e imposições supranacionais que destroem Estados e sufocam sentimentos nacionais, do militarismo, da crise do sistema político liberal-burguês cada vez mais reduzido a uma vergonhosa caricatura de democracia. Alimentam-se do anti-comunismo e do revisionismo histórico que, banalizando e branqueando fascistas e fascismo, abre um amplo espaço ao desenvolvimento da pior reacção.

O alerta que nos chega de França não deve ser subestimado. Aliás, também não faltam em Portugal motivos de inquietação, razões para redobrar a vigilância e o combate antifascista. Todos quantos em Portugal prezam os valores de liberdade e de democracia devem unir-se para fazer das celebrações do 25 de Abril uma grande jornada popular.

■ Albano Nunes

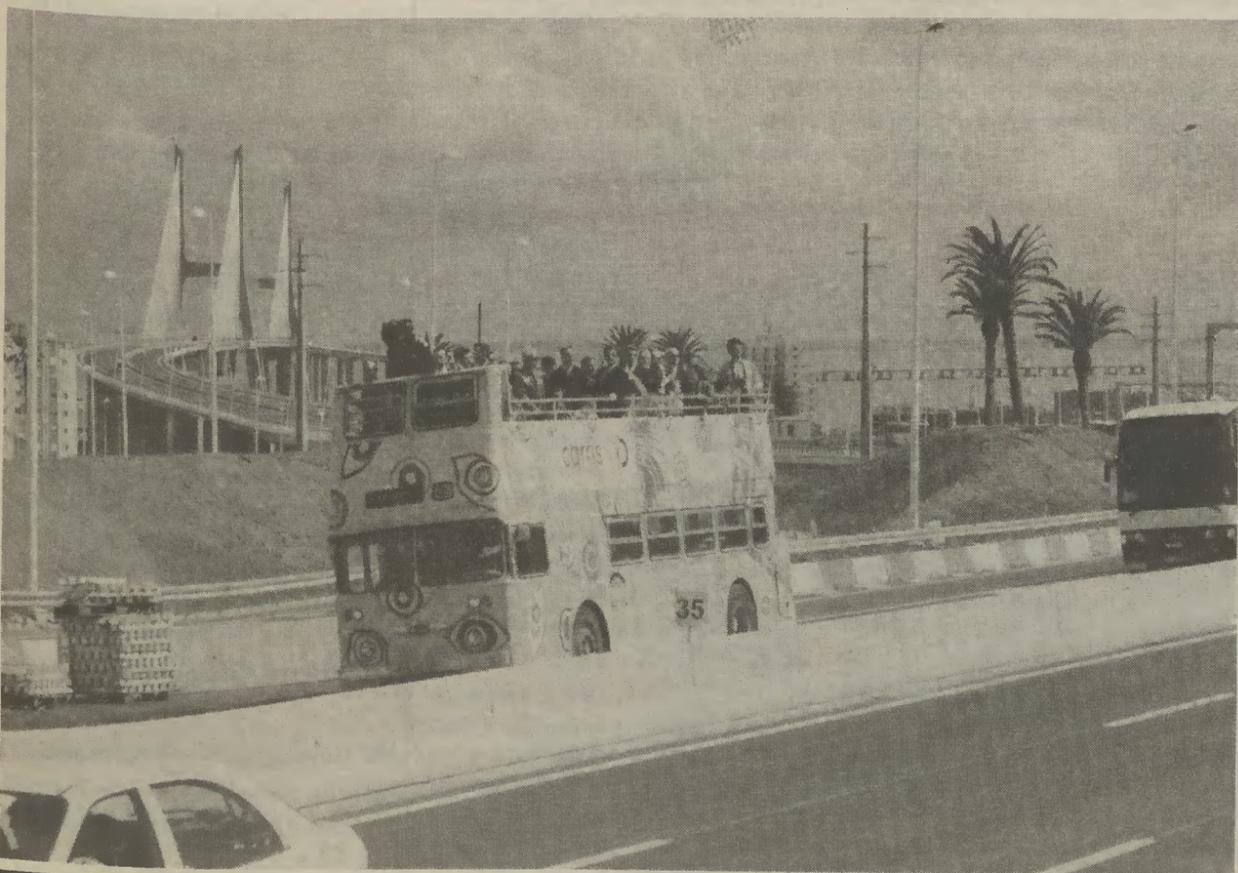


Foto: Jorge Caria

Morre Konis Santana

A resistência timorense anuncia esta semana, através da RDP Internacional, a morte do dirigente da guerrilha Konis Santana, vítima de acidente mortal no passado dia 11 de Março. O comandante despenhou-se numa ravina no interior de Timor, tendo morte instantânea. A notícia causou generalizada consternação em Portugal, nos núcleos da resistência timorense e entre todos os que, na comunidade internacional, se solidarizam com o drama do povo maubere, há mais de duas décadas violentamente oprimido com a brutal ocupação de Timor-Leste pelo regime ditatorial da Indonésia. Konis Santana

contava 42 anos, 20 dos quais passados na luta de guerrilha contra o invasor. Taur Matan Ruak ocupou, provisoriamente, o seu lugar na chefia das forças de resistência timorense que, no interior e de armas na mão, continuam a defrontar o invasor indonésio. Prevendo-se uma inevitável reorganização nas chefias da guerrilha timorense imposta pela morte de Konis Santana, e onde Xanana Gusmão terá uma palavra a dizer, uma certeza foi já garantida pelos guerrilheiros: a resistência armada ao invasor indonésio vai prosseguir, no interior do território timorense.



Swissair compra 20% da TAP

Philippe Brugis-ser, presidente do SAir Group (holding suíça que detém a companhia aérea Swissair) anunciou oficialmente em Zurique que o seu grupo adquiriu 20% do capital social da nova TAP-Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), anunciando igualmente a criação duma «aliança estratégica» de seis transportadoras aéreas europeias denominada Qualiflyer Group e integrando, além da TAP e da Swissair, as companhias aéreas

as Austrian Airlines (austríaca), Sabena (belga), Air Outre Mer (francesa) e Turkish Airlines (turca). No seu conjunto, as seis companhias possuem uma frota de 401 aviões e transportaram 47,4 milhões de passageiros o ano passado, dos quais 4,3 milhões voaram na TAP, possuindo, a partir de agora e também no seu conjunto, uma rede de 294 destinos e 15,750 voos semanais.

Afirma o *Público* que, «confirmando-se a percentagem a tomar pelos suíços,

restam 19% [da TAP] que poderão ser entregues ao grupo Espírito Santo - em troca da integração na TAP SGPS das suas acções da Portugalá - ou divididas entre o grupo financeiro presidido por Ricardo Salgado e um fundo controlado pelos trabalhadores (ou apenas pelos pilotos) da transportadora», acrescentando que «já é certa a reserva de 10% [das acções] para a generalidade dos trabalhadores, mas apenas numa segunda fase de privatização».



Novo Código da Estrada

Entrou em vigor esta semana, a 1 de Abril, o novo Código da Estrada que pretende disciplinar os utentes das ruas e estradas portuguesas. Sanções mais pesadas, criminalização de alguns comportamentos dos automobilistas, até aqui considerados meras infracções, cassação das cartas de condução para os prevaricadores com imposição automática da repetição do exame de condução, inibição de conduzir que pode alargar-se à vida inteira e, ainda,

a penalização com multas dos peões que atravessem a via fora das passadeiras se estas estiverem a menos de 50 metros, são as principais novidades deste novo Código da Estrada. Para melhor controlo, nomeadamente no que concerne aos excessos de velocidade, a Brigada de Trânsito passará a detectar os infractores através de um moderno sistema de vigilância aérea, com utilização de helicópteros devidamente equipados para registar as infracções.



Inaugurada a Ponte Vasco da Gama

Foi inaugurada no passado domingo a Ponte Vasco da Gama, em Lisboa, construída no âmbito da Expo'98 e ligando as margens do Estuário do Tejo entre Lisboa e Montijo, uma opção controversa do Governo de Cavaco Silva que preteriu a ligação entre Lisboa e Barreiro, que serviria um muito maior número de pessoas e descongestionaria, efectivamente, o saturado tráfego entre a capital e a Margem Sul. O Presidente da República, Jorge Sampaio, presidiu à inauguração, onde estiveram

representantes de todos os órgãos de soberania, autarcas da Região da Grande Lisboa e numerosos convidados. As festividades começaram com um espectacular fogo de artifício à meia-noite, seguindo-se, durante o dia, a inauguração oficial deste equipamento, apetrechado com modernos meios de controlo e vigilância de tráfego. A nova ponte ficou aberta ao público e ao tráfego a partir das 17 horas de domingo, com passagem grátis até ao dia 31, atraindo muitos milhares de automobilistas que

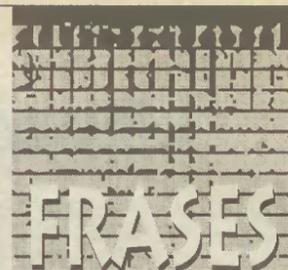
quiseram «estrelá-la» no próprio dia da inauguração, provocando um monumental engarrafamento em ambas as margens. Todavia, nos dias subsequentes o tráfego na Vasco da Gama mostrou-se escasso, enquanto o da Ponte 25 de Abril continuou saturado como de costume, o que, para já, parece confirmar que a Ponte Vasco da Gama não veio resolver o problema das acessibilidades entre Lisboa e a Margem Sul.



Discutido em Bruxelas alargamento da União Europeia

Realiza-se, em Bruxelas, uma reunião integrando os 15 ministros dos Negócios Estrangeiros dos países integrantes da União Europeia, marcando o início oficial das negociações para o alargamento da União a outros países, nomeadamente do Leste da Europa e de Chipre. Os países que poderão integrar em primeiro lugar este alargamento - chamados de «primeira velocidade» - são a Polónia, a República Checa, a Hungria, a Eslovénia e a Estónia, além de Chipre, decorrendo, para isso e paralelamente, negociações intergovernamentais com esses países. Este alargamento abre, entretan-

to, diversos e melindrosos problemas: em relação a Chipre, a UE enfrenta a furiosa oposição da Turquia, que ocupou violentamente metade da ilha; em relação ao conjunto das adesões, perfila-se uma eventual alteração da política de coesão defendida pelos mais poderosos (Alemanha, França e Inglaterra), que pretendem alargar a União mas não querem pagar por isso, preferindo «cortar» nos fundos até concedidos aos países membros mais frágeis, como Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha, o que, na prática, imporia a estes países o pagamento forçado deste alargamento da União.



“Uma democracia adulta não pode excluir a hipótese de coligação ou outras soluções de esquerda.”

(Manuel Alegre
- «Expresso», 28.03.98)

“A reforma da saúde tem a ver com o anúncio em Espanha de que há lugares para médicos, em vez de formar médicos? A reforma do ensino são as propinas? Com tanta reforma, está esquecida a reforma fiscal?”

(Octávio Teixeira na AR,
durante o debate com o
Primeiro-Ministro - 26.03.98)

“Dos 10 minutos que (o sr. Primeiro-Ministro) tinha para falar de reformas, gastou sete com o euro e o resto com as auto-estradas.”

(idem)

“Como o ministro (Jorge Coelho) ameaçou demitir-se (se o referendo sobre as regiões não fosse realizado até 25 de Abril), aguarda-se então a demissão ou o costumado discurso do “eu não disse bem isso”?”

(João Amaral, na AR,
durante o debate sobre as regiões)

“Somos a democracia-cristã em Portugal e reclamamos a compaixão na acção política.”

(Paulo Portas, no Congresso da
Juventude Popular,
citado em «Público», 30.03.98)

“A trajetória de Paulo Portas faz lembrar a história do escorpião que pediu a uma rã para o ajudar a atravessar um rio.”

(José António Saraiva,
«Política à Portuguesa»
- «Expresso», 28.03.98)

“O S. Pedro deve ter um carinho especial por todos os portugueses.”

(António Guterres,
no dia da inauguração da Ponte
Vasco da Gama,
citado em «Público», 30.03.98)

“Até fui eu que tive a honra de anunciar o nome da ponte.”

(Cavaco Silva, idem)

“Não podemos esquecer que a Lusoponte vai não só construir a ponte mas também explorá-la, juntamente com a Ponte 25 de Abril. (...) Se não forem cumpridos determinados critérios financeiros (leia-se: se o lucro não for o esperado), o Estado generosamente cobre a diferença. Caros leitores, estamos perante uma obra-prima, um negócio privado com lucros garantidos pelo Estado!”

(Jorge Palmeirim e J. Joanaz de Melo
- «Público», 30.03.98)

“Veremos, no pós-fatura, quanto vale esse Cavaco de rosto humano que é António Guterres.”

(João Carreira Bom
- «Diário de Notícias», 29.03.98)

Plenários, concentrações, greves

Protestos sobem de tom

Os trabalhadores exigem melhores salários, garantia de emprego com direitos, medidas que assegurem o futuro estável das empresas, políticas determinadas pelos interesses do País e não pelo sucesso de grupos económicos privados. Depois das greves e plenários realizados, com forte adesão, nos últimos dias, estão marcadas novas acções: amanhã, páram os ferroviários, enquanto os trabalhadores da Função Pública se concentram em São Bento e o pessoal da Sodía (ex-Renault de Setúbal) realiza um plenário junto do Ministério da Economia.

A concentração de representantes dos trabalhadores da Função Pública, marcada pela FNSFP/CGTP para as 15.30 horas, frente à AR, tem por objectivo acompanhar a delegação que entregará no Parlamento uma petição, acerca da reestruturação de carreiras. Anteontem, segundo adiantou ao «Avante!» o dirigente sindical Paulo Trindade, estavam já recolhidas mais de 23 mil assinaturas para aquele documento, que contesta a solução imposta pelo Governo dia 9 de Janeiro, com a cobertura de sindicatos da UGT.

A federação e os sindicatos da CGTP, que lançaram a petição, contestam severamente a solução apontada pelo Governo, considerando que não respeita compromissos assumidos com todas as organizações sindicais, para além de criar novas e graves injustiças no sistema de carreiras. Entre os trabalhadores, tal solução tem suscitado «grande descontentamento», referiu Paulo Trindade, notando que mesmo sindicatos da Fesap/UGT consideraram, em comunicados, que o acordo destas estruturas com o Governo é «infame».

Depois da entrega da petição na AR, os sindicalistas vão à residência do primeiro-ministro para ali deixarem uma cópia do documento.

A greve de 24 horas dos ferroviários insere-se na luta por aumentos salariais justos, contemplando ainda reivindicações relativas a prémios, subsídios de turno e de alimentação, carreiras, avaliação profissional e garantia de manutenção de direitos e postos de trabalho. Ao apelar à adesão dos trabalhadores, o Sindicato dos Ferroviários do Centro sublinha que «a posição de luta da estrutura sindical da FSTFP/CGTP foi a componente essencial e decisiva que obrigou o CG da CP e administrações das empresas do sector ferroviário, a evoluir, ainda que

insuficientemente, para valores na tabela salarial superiores àqueles que foram impostos, com o conluio da UGT, na Função Pública e que eram também para ser estrategicamente aplicados aos ferroviários».

A paralisação de sexta-feira é acompanhada por greve ao trabalho extraordinário desde as zero horas de hoje e até às 24 horas de sábado.

Uma acção de protesto da Fenprof tem lugar hoje, a partir das 16 horas, junto do Ministério da Educação, onde vão ser entregues dezenas de milhares de assinaturas contra o projecto de lei do Governo sobre autonomia e direcção e gestão das escolas. A federação alerta assim para as consequências que teria a publicação de um diploma à revelia das posições das escolas e dos docentes, expressas no período de discussão pública, e previne que «os professores não aceitarão passivamente a imposição de um modelo que claramente rejeitaram, assente numa enorme desconfiança face aos professores e prefigurando um caminho de desresponsabilização do Estado face à escola pública».

Carvalhas solidário com trabalhadores da Sodía

Uma delegação do PCP, chefiada pelo secretário-geral do Partido, visitou segunda-feira a fábrica da ex-Renault de Setúbal, manifestando toda a solidariedade para com a luta dos trabalhadores.

A delegação - que integrava ainda Octávio Teixeira e Jorge Pires, da Comissão Política, Ruben de Carvalho, do Comité Central, Regina Marques e Augusto Flor, da direcção regional de Setúbal, e o deputado Joaquim Matias, entre outros quadros - foi recebida com manifestações de grande apreço por membros da Comissão de Trabalhadores da empresa, percorreu toda a linha de montagem e teve encontros separados com a CT e com a Administração.

Respondendo a questões levantadas pelos jornalistas, o secretário-geral do PCP lembrou as promessas feitas aos trabalhadores pelo PSD e as suas cedências à Renault, enquanto Governo, bem assim como as pro-



Reunido segunda-feira, o Secretariado Nacional da Fenprof manifestou pelo facto de o Ministério propor, mais uma vez, para a reunião sobre carreira docente e grelha salarial, a «negociação da metodologia», esperando que o ME avance para a apresentação da proposta, que anunciara para o passado mês de Fevereiro.

A deslocação a Lisboa dos trabalhadores da ex-Renault de Setúbal tem partida marcada para as 9 horas de amanhã. A CT da Sodía informou que vai ter lugar um desfile entre a Praça do Comércio e o Largo de Camões, onde os trabalhadores se mantêm concentrados, exigindo a concretização das promessas

que o Governo vem fazendo quanto a garantias de emprego e reformas antecipadas, entre outras questões.

Os trabalhadores e as suas organizações representativas continuam a opor-se à «completa submissão dos interesses do País e dos cidadãos portugueses aos interesses da multinacional francesa, que deixa para o Governo português o trabalho sujo de despedir» mais de 600 pessoas, quando a 31 de Julho cessar a produção do modelo Clio. Num comunicado das ORTs da Sodía exige-se que o Governo honre o compromisso de defender a unidade fabril de Setúbal e o emprego dos seus trabalhadores.

A mais elementar justiça

Ao reclamarem melhores salários e emprego com direitos, sem estar permanentemente sujeitos a ameaças, os trabalhadores portugueses não estão a exigir o impossível, realçou Manuel Carvalho da Silva, ao intervir na passada quinta-feira num plenário frente às instalações das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Salientando que «quem faz a Ponte e a Expo é o trabalho», o coordenador da CGTP voltou a insistir na posição da Central sobre a necessidade de a imagem de crescimento da macroeconomia e do País ter reflexos na melhoria do nível de vida dos

trabalhadores e numa mais justa distribuição do rendimento nacional.

Referindo-se à situação nas OGFE - onde o Governo deu cobertura a projectos que apontam para a existência de 500 trabalhadores excedentários, num total de 633 -, Carvalho da Silva refutou a ideia de que a empresa não tem futuro e sublinhou que os trabalhadores não podem ser deitados fora como trapos velhos ou peças gastas.

Os aplausos à exigência de que uma reestruturação das OGFE signifique investimentos em maquinaria e na formação profissional voltaram com redobrado vigor quando Celeste Soeiro, coordenadora do sindicato do sector (STEFFAs), disse que «não precisamos é de computadores para controlar as nossas idas à casa de banho», ideia recente que imputou à direcção das Oficinas. Também foi fortemente apoiado (na foto) o apelo espontâneo à solidariedade para com uma dirigente sindical que viu o seu salário reduzido em 35 contos por não ter aceite trabalho extraordinário.



messas do PS enquanto oposição e a sua prática política agora no Governo.

Carlos Carvalhas afirmou que a Administração da empresa não tem quaisquer garantias quanto ao

necessários actos concretos.

A delegação afirmou que iria sugerir à Comissão Parlamentar de Economia que receba os trabalhadores da Sodía com urgência.

emprego noutras empresas da região em relação àqueles trabalhadores, nem tem qualquer solução em perspectiva para a continuação da laboração da empresa por outra qualquer multinacional do ramo automóvel.

O secretário-geral do PCP afirmou também que o Governo não pode lavar as mãos, como Pilatos, dos problemas daqueles trabalhadores e suas famílias e que não bastam palavras, são

Política de incêndios

Nas refinarias do Porto e de Sines da Petrolgal ocorreram ultimamente «vários incêndios» que «estão a gerar situações gravíssimas, incluindo potenciadoras de pânico», alertou a Comissão Central de Trabalhadores da empresa.

Num comunicado que fez chegar à nossa Redacção, a CCT afirma que «ninguém tem dúvidas sobre o comportamento exemplar e até de estoicismo que, de uma maneira geral, tem caracterizado os trabalhadores que nestes acontecimentos têm sido envolvidos» e também «quanto ao papel dos respectivos departamentos de Segurança, das suas preocupações e empenhamento no dia-a-dia». «Mas, mais do que o reconhecimento e qualquer louvor, o que importa é proceder urgentemente a uma análise séria de tudo o que vem acontecendo, de modo a rapidamente se tomarem adequadas medidas de prevenção e segurança a nível da política de gestão, que contribuam verdadeiramente para o afastar do pânico, dos perigos e dos riscos que nos últimos dois anos vêm crescendo assustadoramente», reclama a CCT, sublinhando que a administração deve modificar a sua política e «os detentores do capital da Petrolgal, com particulares responsabilidades para o Governo, têm de colocar entre as principais prioridades da empresa a sua segurança e não a extinção de postos de trabalho e a redução de custos a qualquer preço».

Buziã

Os trabalhadores da EPAC marcaram para ontem um «buziã» à porta da sede da empresa, na Avenida Gago Coutinho, no quadro da luta que vêm desenvolvendo em defesa dos postos de trabalho. Ao anunciar esta jornada, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP) recorda que, ao mesmo tempo que as estruturas representativas dos trabalhadores têm efectuado contactos com várias entidades ligadas ao processo de decisão sobre o futuro da empresa, todos os dias cerca de 50 trabalhadores concentram-se junto da sede, à hora do almoço, manifestando o seu descontentamento face às intenções do Conselho de Administração de prosseguir os despedimentos anunciados.

Cantão suíço discrimina emigrantes sazonais

O parlamento do cantão suíço de St. Gallen desceu os abonos de família dos filhos dos emigrantes sazonais portugueses para 50 por cento do valor oficial do subsídio, alegando que *quem vive mais barato deve receber menos dinheiro*.

Este «princípio» começou a vigorar no início de 1997. Para a definição dos abonos a pagar a filhos de emigrantes que residem nos países de origem, as autoridades de St. Gallen repararam os estrangeiros por quatro categorias: um primeiro ou segundo filho de emigrantes de 9 países da UE, dos EUA e do Canadá recebe 170 francos; da Finlândia, Reino Unido, Israel e Espanha - 127,5 francos; da Grécia, Eslovénia e Chipre - 85 francos; da Turquia e ex-Iugoslávia - 42,5 francos.

Desde Janeiro, os portugueses baixaram do segundo para o terceiro escalão, o que provocou justa indignação.

«Se todos pagamos os nossos impostos, os estrangeiros muitas vezes mais do que é normal, todos deveríamos receber por igual», defende Manuel Beja, sindicalista e membro do Conselho das Comunidades Portuguesas, para quem a lógica dos parlamentares de St. Gallen é esclarecedora de quem quer poupar à custa da população

estrangeira. «Não será verdade que, para além de um acto discriminatório, estão a ser colocados em causa alguns dos princípios de atribuição dos abonos de família? É chocante ver como, uma vez mais, os estrangeiros estão a ser tratados por certos cantões retrógrados» - comenta Manuel Beja, num breve depoimento para o «Avante!». «Se os senhores deputados estão tão empenhados em economizar, por que razão não começam por reduzir os seus próprios salários?», pergunta. Lembrando que «os estrangeiros pagam os seus impostos e não têm direito de voto», Manuel Beja afirma que «se os imigrantes tivessem esse direito, certamente que os deputados do cantão de St. Gallen receberiam a resposta que merecem».

como os deputados de St. Gallen decidiram atribuir os abonos de família aos filhos dos emigrantes que residem no país de origem, os comunistas alertaram para a existência de «cada vez mais rumores» sobre uma redução das reformas de invalidez e velhice, que colocaria em causa o critério de atribuição segundo a duração e o valor dos descontos. Preveniram ainda que, na discussão de um futuro acordo entre a UE e a Suíça sobre livre circulação de pessoas, devem ser tidos em conta os verdadeiros interesses dos cidadãos europeus, reclamando a garantia de um prazo mínimo de 5 anos (após a entrada em vigor do eventual acordo) para o levantamento dos fundos das caixas de pensões, no momento de deixar a Suíça.

O deputado comunista José Calçada, que em Março esteve na Suíça, apresentou na semana passada na Assembleia da República um requerimento para que o Governo, com urgência, informe que medidas concretas já desencadeou ou pretende desencadear «com vista à anulação de um tratamento tão gravemente discriminatório» das autoridades de St. Gallen relativamente aos emigrantes portugueses.

PCP intervém

A atitude do parlamento cantonal foi energeticamente condenada na recente **assembleia de organização do PCP na Suíça**, que teve lugar a 22 de Março na cidade de Thun (como noticiámos no último número). Além de considerarem «claramente discriminatória» a forma

Decretada requisição civil dos funcionários judiciais

O Governo decretou segunda-feira a requisição civil dos funcionários judiciais, quando estes iniciaram uma greve de cinco dias. Esta medida extrema, tomada pela 22ª vez desde o 25 de Abril, destinar-se-ia, segundo o ministro Vera Jardim, a assegurar o cumprimento de serviços mínimos.

O presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais manifestou «surpresa» e «estupefação» pela decisão «de um Governo que pertence a um partido que tem sido o paladino na defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos». Citado pela Agência Lusa, Fernando Jorge considerou a requisição como ilegal e referiu que a direcção do SFJ iria estudar a possibilidade de a impugnar ou contestar judicialmente.

O Conselho de Ministros mostra assim, «não uma grande preocupação em assegurar os serviços mínimos e defender os direitos dos cidadãos, mas, sim, em aniquilar o direito à greve e obrigar os oficiais de justiça a trabalhar sob ameaça ou coacção», comentou o dirigente sindical. O SFJ entendia que os serviços considerados como mínimos indispensáveis pelo ministro poderiam ser desempenhados, provisoriamente, pelos magistrados em serviço e pelas forças policiais, como frequentemente sucede nos tribunais de turno de fim-de-semana, aos quais os oficiais de justiça fazem greve há vários anos.

Fernando Jorge criticou o Governo por este considerar «irrealista» a exigência de equiparação dos oficiais de justiça às carreiras congêneres dos tribunais tributários, dependentes do Ministério das Finanças.

A requisição civil foi também condenada pela CGTP. Joaquim Dionísio, dirigente da central, disse à Lusa que o direito à greve nunca pode ser posto em causa totalmente e que «o Governo deve resolver os problemas que levaram à marcação desta greve».

Vodratex

A ameaça de encerramento da empresa e despedimento de meio milhar de pessoas «paira no ar» depois de a família Fernandes, principal accionista, ter mostrado a sua indisponibilidade para garantir a viabilização da Vodratex - denunciou a federação dos Têxteis. Para analisar a situação em que a empresa de Vodra (Seia) é colocada ao fim de dois anos de gestão controlada, bem como as últimas propostas do Ministério da Economia e outras entidades, o Sindicato Têxtil da Beira Alta convocou para ontem um plenário de trabalhadores. No final, estava previsto que o pessoal da Vodratex se deslocasse até à Câmara de Seia.

Xavi

A **Segurança Social não deve aceitar** a dação em pagamento de um imóvel da Xavi, reclama a União dos Sindicatos de Braga. Numa nota de imprensa em que revela ter já exposto o «escândalo» da empresa de António Xavier ao ministro do Trabalho e Solidariedade e ao secretário de Estado da Segurança Social, a USB/CGTP afirma que uma aceitação da dação constituiria um acto de autoprivilegio no crédito e contribuiria para que os trabalhadores não recebam os seus direitos, nem sequer os salários que a Xavi ainda não pagou.

A Xavi, lembra a União, já empregou 800 pessoas, mas actualmente está encerrada. Em Novembro de 1994, a Segurança Social, contra a vontade dos trabalhadores, viabilizou uma proposta que previa a laboração com 125 funcionários e o pagamento a todos dos salários em atraso. «Nada foi cumprido, os salários e indemnizações não foram pagos, não foi garantido o emprego aos 125 trabalhadores e agravou-se a situação dos cerca de 80 que laboravam, ao não lhes pagarem os salários de Dezembro de 1997, Janeiro de 1998, férias e subsídio de férias e 13º mês», afirma a USB, acusando a Segurança Social de colaborar com tais comportamento, «vindo agora a descobrir-se que o fazia com objectividade e má-fé». Caso o Governo não intervenha para o esclarecimento da situação, o apuramento de responsabilidades e a renúncia à dação da Xavi, a União dos Sindicatos de Braga afirma-se disposta a recorrer aos tribunais para obter a anulação daquele acto.

Sindicalistas do Porto reclamam medidas contra a precariedade

Mantêm-se escandalosas taxas de emprego precário e instala-se o trabalho completamente clandestino, num quadro de profunda exploração em que mulheres e jovens são os mais penalizados - denunciou a União dos Sindicatos do Porto, num encontro que reuniu, dia 26 de Março, 75 dirigentes e delegados sindicais.

A situação tem sofrido, desde 1996, um «enorme agravamento» no distrito, refere-se numa resolução em que os sindicalistas portugueses exigem do Governo «uma mudança radical de atitudes» e «medidas que contrariem a tendência de precarização do emprego, facultando à Inspeção Geral do Trabalho todos os meios necessários para uma eficaz intervenção que ponha cobro a todas as ilegalidades de trabalho e aplicando o princípio de que *a um posto de trabalho fixo corresponde um contrato de trabalho permanente*».

Os participantes no encontro da USP/CGTP reclamam ainda a revogação da disposição legal que condena à contratação a prazo os jovens à procura do primeiro emprego e os desempregados de longa duração. Exigem do Governo que combata a economia paralela, o trabalho clandestino e a multiplicação de formas precárias de emprego, bem como a publicação urgente de legislação «que ponha cobro à exploração dos trabalhadores a recibo verde».

Recordistas

No encontro, foi dada informação sobre os níveis de precariedade em alguns sectores e empresas, surgindo à cabeça a fabricação de material eléctrico e electrónico: na Schupa Eléctrica, de Penafiel, estavam a prazo 62% dos trabalhadores contabilizados no final de 1996; na Yazaki Saltano, com fábricas em Ovar e Serzedo, os contratos a prazo abrangiam na mesma data 46% dos 7241 trabalhadores registados; na UTAP, de Valongo, havia 43% de contratados a prazo no total de 550 trabalhadores; na ABB Stotz Kontakt, da Areosa, que tinha 242 trabalhadores, estavam a prazo 41%. Nestas empresas eram mulheres entre 69 e 89 por cento dos trabalhadores com vínculo precário.

Foram ainda apontadas, como empresas com elevados níveis de precariedade, a McDonald's, a Soares da Costa, os centros comerciais Via Catarina, Arrábida Shopping e Gaia Shopping. Refere-se também o caso da Administração Pública, onde o problema persiste, apesar da legislação e dos compromissos do Governo.

As estatísticas do INE para todo o Norte, citadas no encontro, registam um aumento de 25,7% dos contratos de trabalho não permanentes, entre o segundo trimestre de 1996 e o segundo trimestre de 1997; o número de trabalhadores a tempo parcial aumentou 18,6%, representando as mulheres cerca de 73% do total.

A USP calcula que corresponda a efectivo emprego precário uma parte significativa dos 400 mil trabalhadores por conta própria registados no final do segundo trimestre do ano passado, designadamente entre os 293 mil sem pessoal ao serviço.

TRABALHADORES

Resposta vigorosa nos transportes

Os trabalhadores da Carris, do Metropolitano de Lisboa, da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto e da TAP (pessoal de terra) deixaram clara a sua determinação de lutar por melhores salários, pelo emprego e os direitos e contra a política de privatizações.

«Em todas as empresas existe um inexplicável bloqueio e incumprimento da lei da contratação colectiva», denunciou o organismo de direcção do sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP. Num comunicado em distribuição aos trabalhadores, são imputadas responsabilidades ao Governo do PS, que «vai cumprindo os critérios de Maastricht, penalizando o País, as empresas, o investimento público e os trabalhadores, com vista à entrada no Euro», para o que procede ao desmantelamento da CP, anuncia a privatização da TAP, desarticula a Carris. «Como consequência, em todas elas diminuem os postos de trabalho, precariza-se o emprego, tenta-se retirar direitos, flexibilizar os horários de trabalho e congelar salários», protestam os comunistas, saudando a luta dos trabalhadores e apelando à sua continuação como «única maneira de se alcançar resultados».

As acções dos últimos dias constituíram uma resposta vigorosa a esta ofensiva.

A greve de 24 e 26 de Março na Carris teve,

segundo a Festru/CGTP, uma adesão superior a 95 por cento. Contudo, na reunião de dia 27, a administração apenas efectuou «parcos avanços», mantendo posições muito distantes das reivindicadas pelos sindicatos

nação de subsídios, o valor das diuturnidades, a duração máxima dos contratos a termo. A Festru faz depender da resolução destas matérias a sua posição final quanto à tabela salarial.

No cumprimento da deliberação tomada no plenário geral da passada quinta-feira, foi entregue novo pré-aviso de greve para segunda e quinta-feira.

A Festru anunciou que a greve do Metropolitano, anteontem de manhã, teve

A federação pretende prosseguir a discussão sobre os salários e encetar um processo negociado sobre o regulamento de carreiras.

Na sexta-feira, teve lugar um muito participado plenário na STCP, onde a administração levantou, nos últimos três meses, cerca de 120 processos disciplinares por faltas ao serviço, mesmo que justificadas com o exercício de direitos consagrados. O protesto dos trabalhadores, que se reflectiu na marcação de



O plenário de dia 26, na TAP, mandatou o Sitava para convocar as acções necessárias, incluindo a greve, esperando que a reunião com a administração, marcada para dia 8, seja produtiva e ali seja finalmente dada resposta à revisão salarial reivindicada pelo sindicato em Novembro

relativamente a matérias como o prémio de produtividade, a criação de anuidades nos primeiros 4 anos de trabalho na empresa, a agluti-

«uma adesão total», que confirma as razões dos trabalhadores e condena a interrupção das negociações salariais por parte do conselho de gerência.

uma greve para o próximo dia 24, deve-se também às injustiças e discriminações geradas pelas contratações com vínculo precário.

3ª Conferência da Interjovem

Trabalho, futuro e mais participação

Três centenas de jovens sindicalistas de todo o País participaram no passado sábado, em Aveiro, na 3ª Conferência da Interjovem, que decorreu sob o lema «Ter trabalho, ter futuro». Sob este título, foi aprovada uma resolução político-sindical onde se afirma a necessidade de «promover uma permanente discussão no seio do movimento sindical, que vise o aumento da participação e co-responsabilização dos jovens a nível de todos os órgãos».

Contendo um levantamento dos principais problemas que hoje atingem os jovens trabalhadores e reiterando o empenhamento da organização de juventude da CGTP nas lutas pela sua resolução, a Interjovem propõe-se «realizar iniciativas centrais, distritais ou sectoriais (centralizadas ou descentralizadas), que podem assumir a forma de iniciativas com expressão de rua, seminários e debates». «Nenhum país tem futuro se não cuida da preparação pessoal e profissional

dos seus jovens, se não souber criar perspectivas de vida que respondam aos seus anseios e aspirações», declara-se na resolução.

Carvalho da Silva, intervindo no encerramento da Conferência, denunciou os pro-

jectos do Governo no sentido de **aumentar o prazo máximo dos contratos a termo** de 3 para 4 anos e continuar a apoiar empresas pela criação de postos de trabalho precário. A lógica do contrato a prazo, na admissão de jovens

no primeiro emprego, foi cimentada pelo PSD ao longo de dez anos, e seria grave se o Governo do PS viesse aumentar a «pena» a que os jovens estão condenados, de 3 para 4 anos, alertou o coordenador da CGTP.

Falta mão-de-obra na indústria naval

Era previsível que se mostrasse insuficiente o número de efectivos da actual Lisnave, comenta a comissão coordenadora das CTs da indústria naval, lembrando que desde 1979 foram liquidados mais de 18 mil postos de trabalho no sector.

Em comunicado, a coordenadora recorda que as estruturas representativas dos trabalhadores, quando da celebração do acordo do Governo com o Grupo Mello, chamaram a atenção para o facto de o número de efectivos apontado para a Lisnave e a Gestnave não permitir responder à capacidade do mercado. «Desde 1993, quando da apresentação do plano de reestruturação, os trabalhadores têm vindo a travar uma luta tenaz na defesa dos seus postos de trabalho e pelo rejuvenescimento da empresa», refere-se no comu-

nicado, denunciando que, «como ótimos profissionais saíram da empresa por serem considerados excedentários, jovens que já deviam ter sido formados e não foram, agora têm que recorrer à mão-de-obra estrangeira».

A coordenadora das comissões de trabalhadores da indústria naval salienta que o sector «merecia medidas que conduzissem à sua consolidação e desenvolvimento», tendo em conta que «não temos frota de pesca, que «o País é cada vez mais dependente em consequência de não possuir uma frota para garantir os transportes de abastecimento e a movimentação do nosso comércio externo» e que o crescente recurso a navios estrangeiros «representa um pesadíssimo encargo para a economia portuguesa».

Expectativa nas Pirites

Reúne amanhã em Aljustrel, nas instalações do Sindicato dos Mineiros, o plenário de trabalhadores das Pirites Alentejanas, com o objectivo de analisar os resultados de uma reunião com o presidente da EDM (holding estatal para o sector) agendada para anteontem.

A reunião de terça-feira era «aguardada com grande expectativa pelos mineiros e a população de Aljustrel», pois fora marcada «por indicação do secretário de Estado da Indústria, esperando-se por isso que, previamente, transmita ao presidente da EDM as decisões governamentais quanto à reabertura da mina», referiam o sindicato e a comissão de trabalhadores. Num comunicado que divulgaram sexta-feira, os representantes dos mineiros de Aljustrel expressavam ainda a esperança de «obter o descongelamento dos salários, congelados há 6 anos, e a garantia de que serão acautelados os direitos e a dignidade dos trabalhadores que vierem a acordar o recurso às pré-reformas». Sindicato e CT previnem que «o actual quadro de pessoal da mina é já manifestamente insuficiente sequer para os trabalhos de manutenção, sendo visíveis as consequências na acelerada degradação dos equipamentos, o que poderá vir a constituir mais um motivo de atraso no rearranque da laboração, a todo o momento que o Governo o decida».

Reformados

No distrito de Setúbal os reformados e idosos estão a mobilizar-se para participar na manifestação do próximo sábado, promovida pela Inter-Reformados e o Murpi, a partir das 14,30 horas, em Lisboa (Terreiro do Paço). A informação foi dada pela União dos Sindicatos de Setúbal, numa nota da sua comissão executiva que chama a atenção para os **conflitos laborais em desenvolvimento** no distrito, onde a situação social e laboral «apresenta vários indícios de agravamento, quer quanto à perspectiva de mais desemprego, quer quanto às tentativas de bloqueio patronal nos processos de revisão salarial, o que se tem vindo a reflectir em diversas acções de luta». Na nota são citadas a Sodia, a Siderurgia Nacional - Longos e a Siderurgia Nacional - Serviços, a têxtil Carolino, a Sommer Allibert, os supermercados Modelo e Continente, a Carbogal, a Metalsines, a Facmil e a Mset.

Labirinto

Os trabalhadores das autarquias expõem até amanhã, no Terreiro do Paço, um «labirinto de problemas», procurando chamar a atenção da opinião pública para questões como as carreiras profissionais, o suplemento de insalubridade, penosidade e risco, o valor dos salários e as consequências das privatizações.

A iniciativa, que tem por lema «Exigimos... apenas respeito!», é promovida desde terça-feira pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa. O STAL e o STML convocaram para ontem, no local da exposição, uma conferência de imprensa onde iriam dar conta das suas posições sobre os problemas do pessoal das autarquias e revelar os contornos de futuras acções que estão a preparar para os próximos.

Regina

Após três meses de salários em atraso e três anos de promessas não cumpridas, os trabalhadores da Fábrica de Chocolates Regina impediram terça-feira a entrada dos actuais gestores nas instalações da empresa, uma vez que os consideram responsáveis pelo impasse criado - revelou o sindicato da Alimentação do Sul e Tabacos. Na semana passada, em reunião realizada no Ministério da Economia, os representantes dos trabalhadores verificaram que a Regina alienou o seu património ao Banco Comercial Português, o maior credor da empresa, que agora é também seu «senhorio», uma vez que lhe aluga as instalações fabris. Tudo isto foi «feito "às claras", na frente do Governo, que não teve o cuidado de fiscalizar se estavam ou não a ser cumpridos os compromissos assumidos em 1995, entre a gerência e os ministérios da Economia e do Trabalho», protestam as organizações representativas dos trabalhadores, num comunicado em que afirmam que «estes últimos anos apenas serviram para que se mantivesse em funções uma gestão ruínoza, que quase duplicou a dívida de 1995». Neste tempo, «o Governo nunca tomou a iniciativa de exigir responsabilidades, quer aos gestores anteriores a 1995, quer aos actuais, quando, para protelar as dívidas ao Fisco e à Segurança Social, até aí existentes, autorizou a utilização de subinheiros públicos», sublinham as ORTs da Regina.

Independência do povo saaraui



O Grupo Parlamentar do PCP quer ver esclarecida a posição do Governo face à

Frente Polisário, tendo solicitado nesse sentido a presença no Parlamento do ministro dos Negócios Estrangeiros. A clarificação da posição portuguesa assume importância, na perspectiva da bancada comunista, dado o facto de o nosso país integrar neste momento o Conselho de Segurança das Nações Unidas e de geográfica e historicamente "nos constituirmos em inevitáveis vizinhos do povo saaraui". A justificar esta iniciativa, segundo os deputados José Calçada e Corregedor da Fonseca, que subscrevem a carta em que é solicitada a reunião, está a circunstância de o processo conducente à autodeterminação e independência do povo saaraui, a decorrer sob a égide das Nações Unidas, atravessar momentos "particularmente difíceis e difíceis para o futuro do território". Com efeito, está em curso a elaboração do processo de recenseamento e do referendo, estando a ser envidados esforços no sentido de garantir, como sublinha o texto, a "seriedade de todo este difícil processo, em defesa dos princípios da Carta e do direito de cada povo decidir do seu próprio destino".

Verificação da morte



"Decepção", assim classificou a deputada comunista Odete Santos a

proposta de lei que estabelece "os princípios em que se baseia a verificação da morte". Em debate na semana transacta, o diploma consagra simultaneamente o critério tradicional - baseado na cessação irreversível das funções circulatória e respiratória - e o critério da morte cerebral. Ora, é precisamente nesta aceitação dos dois critérios que reside a discordância da bancada comunista, uma vez que, como recordou Odete Santos, é hoje pacífica na comunidade científica a tese de que a morte ocorre pela cessação irreversível das funções cerebrais, isto é, "a morte é a morte cerebral". A paragem irreversível das funções cardíaca, circulatória e respiratória "constituiem apenas alguns dos sinais dessa morte, sublinhou a parlamentar do PCP, que lamentou o facto de o Governo ter alinhado pelos poucos países, como a Dinamarca, em que prevalece o conceito tradicional, responsável por "pressões irracionais" sobre a medicina e os cidadãos.

Portagens na A12 e Ponte Vasco da Gama Custos e critérios lesam populações

O PCP considera que os valores das portagens na Auto-Estrada A12 e na Ponte Vasco da Gama, apresentados pelo Governo, defraudaram as expectativas das populações da margem sul do Tejo. Os preços estabelecidos, assinalam em requerimento os deputados Joaquim Matias e Luís Sá, contrariam critérios aplicados em todo o País, lesando severamente os utentes daquelas infra-estruturas viárias. Por isso, querem uma reunião urgente no Parlamento com a presença do ministro do Planeamento, João Cravinho.

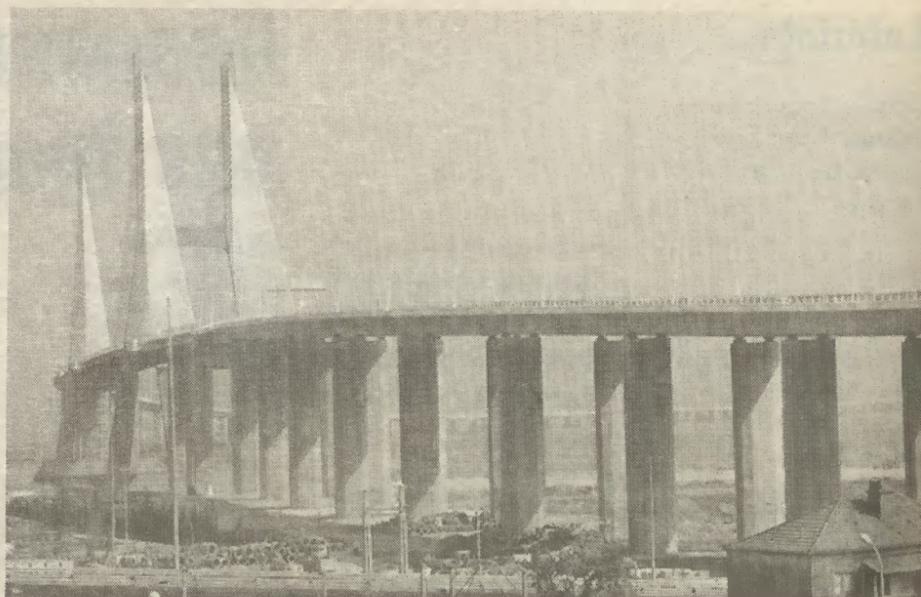
"Os valores das portagens na Auto-Estrada A12 e na Ponte Vasco da Gama, tornados públicos no final da semana passada, contrariam as expectativas criadas aos actuais utentes da Ponte 25 de Abril, devido à grande diferença de custo entre as duas alternativas para os utentes de Setúbal, Moita e Barreiro", afirma-se no requerimento da bancada parlamentar do PCP.

"Já se sabia que muita da população da Área Metropolitana de Lisboa não seria desviada da Ponte 25 de Abril para a nova Ponte Vasco da Gama, mas as pessoas da parte oriental da península de Setúbal poderiam ser desviadas para a nova ponte", disse aos jornalistas o deputado do PCP Joaquim Matias, justificando o pedido do PCP para a referida audição parlamentar com o ministro do Equipamento.

Joaquim Matias sublinhou que com o novo tarifário apresentado o trajecto entre Setú-

bal e Lisboa (para os utentes que utilizem a A12) custará 590 escudos para os automóveis ligeiros e 2.220 para os pesados.

Acresce, como refere o documento, que os valores apresentados "não estão de acordo com os critérios aplicados em todo o país de isen-



O PCP quer levar o ministro do Equipamento à AR para que explique quais os critérios que presidiram à fixação de portagens

ção do pagamento de portagem no primeiro troço de auto-estrada de saída de Lisboa e Porto", o que vem criar uma "situação discriminatória para as populações da zona oriental da Península de Setúbal".

"O critério estabelecido para os preços na A12 é um novo facto político", adiantou

o deputado comunista, para quem o primeiro troço da nova auto-estrada, Montijo-Pinhal Novo, não deveria ser pago.

Tanto mais que, como é salientado no requerimento, as populações abrangidas estão a ser duplamente lesadas, porquanto as alternativas à auto-estrada A12 -

sem o anel de Coima construído -, são vias que atravessam pelo interior de localidades importantes, todas elas, já hoje, mesmo sem o acréscimo de tráfego gerado pela Ponte Vasco da Gama, claramente insuficientes para drenar os congestionamentos de tráfego permanente.

Metro a Sul do Tejo

Uma outra matéria de inegável interesse para as populações da Margem Sul do Tejo esteve, entretanto, igualmente em debate no Parlamento. Falamos do Metro a Sul do Tejo, questão recentemente levada a plenário, em sessão de perguntas ao Governo, pelo deputado Joaquim Matias. Em causa está não apenas o atraso no início das obras de construção, prometidas pelo Governo para o primeiro trimestre que agora termina, como também a atitude de falta de diálogo e de marginalização a que este tem votado as câmaras municipais abrangidas pelo projecto.

Com efeito, depois de concluído o anteprojecto, o Governo fechou-se em copas, recusando-se, pura e simplesmente, a dialogar, não dando "sequer um parecer sobre os documentos que as câmaras lhe entregaram", acusou Joaquim Matias.

No decorrer do debate, o parlamentar do PCP questionou concretamente o secretário de Estado sobre as garantias dadas pelo Executivo quanto à execução de toda a rede, embora

faseada, de todo o projecto, bem como quanto ao cumprimento das suas disposições técnicas e funcionais.

"Que garantias dá o Governo de que o concessionário operador assegurará, nos termos do concurso, a sua integral exploração e não vai ficar apenas por algumas pequenas fases muito rentáveis?" Que garantias dá o Governo de que assume as suas competências próprias na parte que respeita ao serviço público de transporte intermunicipal e regional?", inquiriu Joaquim Matias.

Perguntas estas que não obtiveram um esclarecimento cabal do secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, que, evasivo, depois de se limitar a insistir na partilha de responsabilidades com os municípios no que se refere à exploração do empreendimento, acabou por implicitamente reconhecer que não tem havido diálogo com as câmaras ao mostrar-se disponível para o reatar durante o mês em curso.

Lei Eleitoral

Apesar das suas inconstitucionalidades admitido projecto de lei do PSD

Apesar das manifestas inconstitucionalidades que perpassam o texto e que foram reconhecidas pelos partidos com assento parlamentar, à excepção do seu proponente - o PSD -, o diploma por este apresentado de revisão da lei eleitoral vai ser debatido na Assembleia da República. Não obteve assim vencimento o recurso interposto pela bancada do PCP no sentido da não admissão do projecto de lei laranja, que apenas obteve os votos favoráveis dos deputados comunistas e do PEV. Os restantes grupos parlamentares votaram pela admissão do projecto de lei do PSD.

Para além das suas considerações próprias quanto ao modo como a iniciativa legislativa social-democrata fere o texto constitucional, o

Grupo comunista invocou no seu recurso o despacho de admissão do diploma de Almeida Santos, em que este considerava que o projecto apresentava muitas dúvidas quanto à sua constitucionalidade.

Estas mesmas dúvidas ficaram expressas no relatório da comissão de assuntos constitucionais relativo ao requerimento do PCP, elaborado pelo deputado socialista Jorge Lacão. Submetido à apreciação e votação do planário faz hoje oito dias, neste documento o seu relator não tem dúvidas em considerar que o projecto do PSD "enferma de soluções manifestamente desconformes à Constituição e incompatíveis tanto com a natureza constitucional do sistema eleitoral de representação proporcional



O PSD quer subverter o sistema de representação proporcional

como com princípios como o pluralismo de expressão".

Não obstante as críticas ao projecto do PSD, o documento elaborado por Lacão concluiu que "em vista da pertinência da abertura do processo legislativo relativo à reforma do sistema eleitoral para a Assembleia da República dá-se por admitido o

diploma do PSD e indefere-se o recurso apresentado pelo PCP".

No momento da votação, enquanto o ponto do relatório em que se critica o projecto de lei do PSD mereceu a aprovação com o voto contra dos social-democratas e favorável das restantes bancadas parlamentares, já o ponto em que o

documento é admitido teve o voto contra do PCP e favorável das restantes bancadas. Por outras palavras, enquanto PCP e PSD mantiveram uma posição de coerência, embora em campos distintos, PS e PP não puderam deixar de reconhecer que o diploma padece de inconstitucionalidades, mas admitiram-no à futura discussão na Assembleia da República.

Depois de ter considerado que o projecto de lei do PSD tem "ostensivas e chocantes inconstitucionalidades", o deputado comunista Luís Sá chamou a atenção para a incongruência da postura assumida por populares e socialistas, que, tendo apontado inconstitucionalidades no diploma, acabaram depois por permitir a sua admissão.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Criação das Regiões

Lei volta a ser aprovada

A lei de criação das regiões administrativas foi aprovada na Assembleia da República, em votação final global. Foi a segunda vez que o diploma foi submetido ao juízo da Câmara, porquanto, após a aprovação em Outubro último, houve declaração de inconstitucionalidade em dois dos seus pontos, o que levou à sua devolução para ser reapreciado pelo Parlamento.

Expurgado dessas normas inconstitucionais, esse texto que agora voltou mereceu os votos favoráveis do PS, PCP, PEV e do deputado do PSD Mendes Bota. PSD e PP votaram contra o diploma, registando-se ainda a abstenção de outros dois deputados laranja eleitos pelo Algarve.

responsáveis pelas situações que dizem denunciar”.

“Foram eles, PSD e PP - denunciou de forma demolidora João Amaral -, que tentaram boicotar a consulta aos municípios, que deram instruções às suas bancadas nas assembleias municipais para não exprimirem opinião, que andaram a

É preciso explicar...

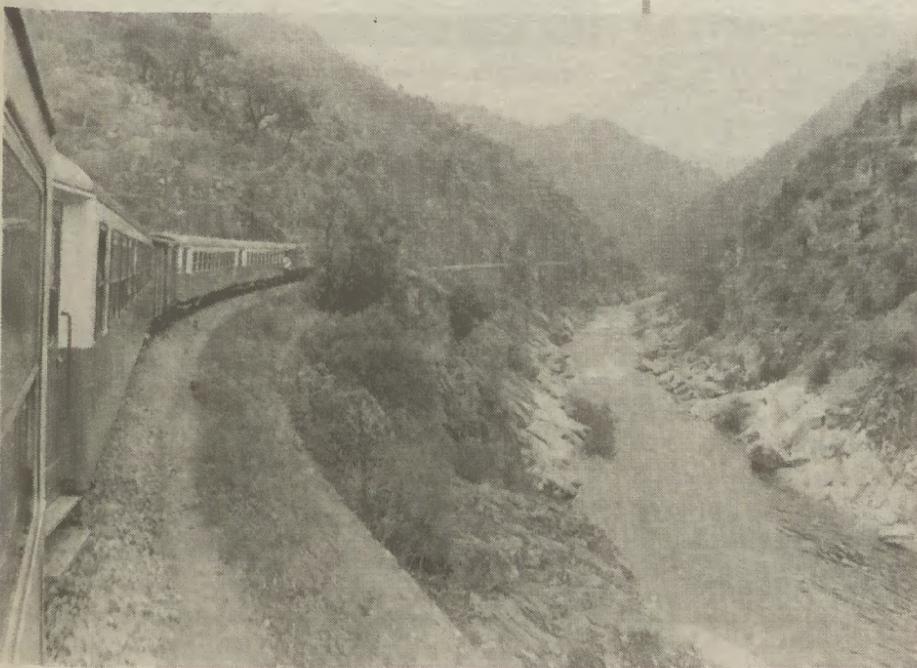
Da necessidade de proceder a um debate e esclarecimento sobre a criação das regiões administrativas falou João Amaral. Não do debate sobre delimitações ou “sobre se o concelho A fica melhor aqui ou ali, ou como é que a cidade B ganha ou perde importância” - porque esse debate já foi feito na consulta pública realizada em 1996, lembrou -, mas sim de um “debate e esclarecimento serenos”, sobre as regiões

administrativas tal qual estão desenhadas na Constituição da República e na Lei-Quadro aprovada em 1991, por unanimidade, por todos os partidos com assento parlamentar.

Foi para essa urgente batalha de esclarecimento que João Amaral apelou, contribuindo, pela sua parte, com um conjunto de questões que, do seu ponto de vista, carecem de explicação, e que enunciou da seguinte forma:

“O que é preciso é explicar qual a natureza das regiões, com poderes administrativos do mesmo nível dos que têm municípios. Explicar por que razão as regiões são importantes para a democratização do Estado, para a aproximação do poder às populações, para o desenvolvimento harmonioso do País, para uma mais correcta gestão dos serviços públicos, para a reforma da administração pública. Explicar que as regiões servem para combater a burocracia centralista hoje existente.

Servem para dar melhor resposta a problemas do quotidiano dos cidadãos. Explicar que elas vão gerir meios financeiros e serviços já hoje existentes na administração central que serão transferidos para a sua esfera de competências, e que assim não representem nem mais funcionários nem mais impostos. É preciso explicar que as regiões são uma forma de descentralização, e que devem ser criadas com o simultâneo reforço dos municípios. É preciso explicar que as regiões reforçam a coesão nacional porque promovem desenvolvimento mais harmonioso e combatem assimetrias hoje existentes, essas sim perigosas para a coesão nacional. É preciso explicar que as regiões não são Estados, nem têm drama nenhum. É preciso explicar que os adversários das regiões, queiram ou não, são defensores do centralismo e da sua burocracia.”



As regiões reforçam a coesão nacional e promovem um desenvolvimento mais harmonioso

Retirado do texto da lei, aprovado em votação final global faz hoje oito dias, foi a norma que previa a possibilidade de regimes diferentes para cada região, bem como a que admitia a alteração dos limites das regiões por decreto da Assembleia da República. Além da eliminação destes dois artigos, o mapa das regiões foi objecto de duas alterações com a passagem dos concelhos de Meda e Foz Coa da região da Beira Interior para Trás-os-Montes e Alto Douro.

No decorrer do debate que precedeu a votação, voltou a ficar clara, entretanto, a linha que demarca os defensores da regionalização dos seus opositores, no caso, respectivamente, PCP e PS, de um lado, e PSD e PP, do outro.

“A regionalização serve para alimentar desígnios partidários que nada têm que ver com o desenvolvimento e progresso de Portugal”, exclamou, por exemplo, Torres Pereira (PSD), vertendo a sua catilinária sobre um processo do qual, disse, “em caso algum seremos cúmplices”.

A resposta a este tipo de discurso deu-a João Amaral, quando, em nome da bancada comunista, acutilante, acusou os partidos da direita parlamentar de serem os “principais

tentar pôr os municípios uns contra os outros. No seu combate à criação das regiões, até nisso foram centralistas, deram ordens político-partidárias a autarcas esquecendo os interesses das populações e esquecendo as suas obrigações no Estado democrático de direito, e o dever de, no quadro das institu-

ções, respeitar a sua dignidade e os seus poderes próprios”.

Mas as críticas de João Amaral tornaram-se igualmente extensíveis ao comportamento do PS em todo este processo. Apesar de José Junqueiro, vice-presidente da bancada parlamentar socialista, ter considerado a aprovação do diploma

“uma passo significativo para o prosseguimento do processo de regionalização”, não pôde deixar de lhe ser lembrada pela bancada comunista a responsabilidade do PS pelos sucessivos atrasos impostos ao processo.

João Amaral falou mesmo de “atrasos, confusões e armadilhas” que apenas têm servido para alimentar a campanha contra as regiões, considerando que neste capítulo uma pesada responsabilidade cabe ao PS, não apenas pelas hesitações e capitulações reveladas face às exigên-

cias do PSD, mas também pela sua falta de uma vontade política clara na aprovação da lei.

“Da nossa parte, registamos aqui uma posição clara sem ambiguidades: as regiões administrativas são para instituir no presente mandato”, sublinhou o parlamentar do PCP, vice-presidente da Assembleia da República, confirmando ser esse um “objectivo político” do PCP, para o qual, esclareceu, urge uma mobilização que dê “uma resposta incisiva e combativa à campanha dos centralistas”.

Taxa de activação dos telefones

PCP propõe revogação imediata

O Grupo Parlamentar entregou na semana transacta na mesa da Assembleia da República um projecto de lei que prevê a revogação imediata da taxa de activação cobrada pela Portugal Telecom. Pôr termo a uma medida fortemente penalizadora para os utentes residenciais constitui o objectivo visado com o presente diploma que, deste modo, vem dar corpo à exigência nesse sentido igualmente feita pelo forte movimento de protesto popular que desde a primeira hora denunciou a gravidade da situação e exigiu a sua alteração.

Não incidindo em nenhum plano do ajustamento geral das tarifas de telecomunicações, o projecto visa, pois, tão-só, eliminar a aplicação da injusta taxa de activação, que os deputados comunistas consideram ser, em certo sentido, uma “tripla tarifação”.

Na verdade, como assinalam na nota preambular do diploma, existe já a assinatura mensal que garante o serviço, a que acresce o pagamento por impulso do preço de um tempo de comunicação, aos quais se vem juntar agora, por último, uma taxa de activação incrementada sem que sequer tenha sido introduzida a tarifação ao segundo.

Entendendo que uma medida desta natureza, pela sua gravidade, não deixa outra alternativa que não seja a de exigir a sua

revogação imediata, para o PCP, do que se trata, por conseguinte, é de libertar os utentes do pesado ónus que esta taxa representa nos seus orçamentos familiares.

É que, como se recorda no texto do diploma, o recente aumento das tarifas telefónicas, homologado pelo Governo, não pode deixar de ser avaliado sem levar em conta a realidade do nosso país. Ora esta realidade mostra, por um lado, que o custo das telecomunicações em Portugal para clientes residenciais é o mais elevado da Europa, e, por outro lado, que a Portugal Telecom realizou no ano transacto cerca de 70 milhões de custos de lucro.

Realçado pelo Grupo comunista é ainda o facto de estar cometida ao serviço público de telecomunicações uma importante função social, função esta que fica fortemente afectada com as alterações agora introduzidas, as quais penalizam duramente os utentes residenciais.

De acordo com o articulado do projecto de lei, “é proibida a cobrança, pela entidade concessionária, aos utentes do serviço fixo de telefone, de qualquer taxa ou montante suplementar, mesmo se cobrada sob a forma de impulso, referente a comunicação telefónica, que não resulte exclusivamente da sua duração”.

Conselho das Comunidades Portuguesas



Na véspera do seu primeiro encontro anual, realizado no final da passada semana, os

15 elementos do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas (CCP) reuniram-se no Parlamento com representantes das bancadas parlamentares. Para o deputado José Calçada, que recebeu a delegação em nome do PCP, existem motivos de preocupação quanto ao futuro do CCP, uma vez que, disse, a verba disponibilizada pelo Orçamento de Estado é “meramente simbólica” e o Governo não tem ouvido o Conselho sobre matéria que diga respeito aos emigrantes. “A dificuldade de reunirem-se é tal que para se encontrarem, mesmo a nível local, os conselheiros têm que avançar com dinheiro do próprio bolso”, exemplificou José Calçada, que adiantou ser intenção da bancada comunista apresentar dois requerimentos ao Governo sobre esta matéria, estando igualmente em estudo a possibilidade de levar o assunto a plenário da Assembleia da República através de uma intervenção.

Incêndio do Chiado



O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de se desresponsabilizar das suas obrigações

para com os trabalhadores que foram afectados pelo incêndio do Chiado. Passados quase dez anos sobre o trágico acontecimento, o assunto voltou a incitar as atenções do Parlamento a propósito de uma petição subscrita por quatro mil cidadãos. Definindo a posição da bancada comunista sobre esta matéria, em debate na passada semana, Rodeia Machado exigiu que o Governo desbloqueie a verba de cem mil contos que se comprometeu a disponibilizar com vista a acções de formação dos trabalhadores e que diligencie junto das empresas que operavam no Chiado no sentido da admissão com direito de preferência dos trabalhadores que ali exerciam a sua actividade profissional e que há dez anos estão sem emprego e sem salário.

Morte de D. António Ribeiro



A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pela morte do Cardeal

Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro. O voto foi apresentado pelo próprio presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, faz hoje oito dias, e após recolher a votação unânime da Câmara, procedeu-se a um minuto de silêncio. O voto sublinha que D. António Ribeiro foi “um príncipe da igreja” que exerceu durante décadas a sua missão “com excepional elevação e sentido de Estado”. “O país habituou-se à sua imagem serena, à sua palavra eloquente e ao seu conselho avisado, nomeadamente nos momentos mais delicados da história recente. A sua morte deixa Portugal de luto”, sublinhou Almeida Santos.

Apelo de "Os Verdes" em defesa da floresta

No quadro do *mês de luto pela floresta*, "Os Verdes" realizaram, dia 27 de Março, um encontro com o representante da ONU em Portugal, em que foi entregue um documento que visa alertar e sensibilizar esta organização para a necessidade de intervir de forma eficaz na Amazónia.

Neste documento, "Os Verdes" avançam algumas propostas, nomeadamente: a criação de um corpo especial de *soldados da paz*, dotados de meios de combate aos incêndios e em articulação com uma rede de vigilância e prevenção de incêndios; definição de regras claras e transparentes para abate controlado da floresta, numa perspectiva de sustentabilidade; elaboração de programas de reflorestação, com o apoio da comunidade científica internacional e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que permita também a negociação da dívida internacional do Brasil.

Alda Nogueira homenageada em Sintra

A Assembleia Municipal de Sintra aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Grupo Político da CDU para que seja considerada a atribuição do nome de Alda Nogueira na toponímia do concelho.

Na recomendação, agora aprovada, é feita uma breve síntese da biografia de Alda Nogueira, com destaque para a sua participação, como comunista, na luta das mulheres.

Referida é, também, a publicação de alguns livros infantis, escritos ou imaginados na prisão, que se prolongou por cerca de 10 anos.

Deputados da CDU acorrentados em protesto

Os dois deputados da CDU/Madeira acorrentaram-se a cartazes da coligação contra os aumentos das tarifas telefónicas colocados no centro do Funchal, para evitar a sua remoção pela Câmara. Os cartazes criticam o novo tarifário da Portugal Telecom e têm escrito: "Os telefones vão mesmo aumentar / Governo e PT mentem / Não se deixem enganar".

A Câmara do Funchal, alegando o impacto negativo na paisagem da cidade, mandou retirar os cartazes, a pedido do Governo Regional.

O deputado da CDU, Edgar Silva, manifestou-se revoltado com esta situação e defendeu que colocar cartazes de protesto "é um direito que diferencia as ditaduras de uma democracia". Estiveram também presos aos suportes dos cartazes o deputado Leonel Nunes e os advogados e dirigentes partidários João Lizardo e Rui Nepumoceno.

A CDU já apresentou queixa-crime no Tribunal Judicial do Funchal contra a actuação da Câmara.

Soldados indonésios torturam agricultor

Um jovem agricultor timorense foi detido e torturado por soldados indonésios, no início deste mês, na zona de Baucau, e encontra-se ainda gravemente ferido, sob os cuidados da família, revelou uma organização de solidariedade com Timor-Leste, "East Timor International Support Center".

O jovem terá sido capturado pelos soldados de um batalhão especial, quando se dirigia para o pequeno campo de arroz pertencente à família, e torturado até perder a consciência. Continua ainda ferido com gravidade, não tendo recebido qualquer assistência médica.

Timor-Leste em debate

A análise da actual situação em Timor-Leste e o crescimento do movimento pró-democrático indonésio serão dois dos temas centrais da 1ª Conferência de Solidariedade da Ásia e Pacífico, agendada para os dias 10 a 13 de Abril, na cidade australiana de Sidney.

Com a participação prevista de centenas de activistas e representantes de dezenas de organizações não-governamentais e políticas, a conferência será o maior encontro de sempre, subordinado a este tema, na Austrália.

Organizada por um conjunto de organizações humanitárias e políticas australianas, entre as quais a "Action in Solidarity with Indonesia and East Timor", a conferência deverá contar com a participação de vários líderes da resistência timorense.

De acordo com a agenda provisória de trabalhos, uma das sessões mais importantes terá como tema "Destronar Suharto e o futuro: As lutas em Timor-Leste e na Indonésia".

CNA promove concentração contra reforma da PAC

Uma grande concentração, promovida pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, vai reunir dia 17, em Lisboa, agricultores de todo o país. Em causa está protestar e marcar claro posicionamento face à reforma da PAC, a ser debatida em Bruxelas. Uma reforma que, nas palavras do dirigente da Confederação, Joaquim Casimiro, em conferência de imprensa realizada em Coimbra, "não serve a agricultura mediterrânica, só beneficia os países ricos do Norte da Europa".

Num momento em que estão em curso, na União Europeia (UE), negociações no âmbito da Agenda 2000/Reforma da PAC (Política Agrícola Comum), a CNA reclama do governo português "a maior firmeza, no sentido de não fazer cedências e de não vir a assinar a sentença de morte" da agricultura portuguesa.

As propostas de reforma de várias OCM (Organização Comum de Mercado) - do azeite, leite e produtos lácteos, cereais/arvenses e carne bovina - introduzem "grandes baixas nos preços de intervenção, sem compensações suficientes através das ajudas directas ao rendimento" desligadas dos rendimentos e entretanto indexadas a produtividades históricas, penalizadoras para o nosso país.

Mantêm-se assim, ou acen-

tuam-se mesmo, denuncia a CNA, "as restrições às nossas produções, impedindo o crescimento e o desenvolvimento da nossa agricultura e a diminuição da nossa dependência agro-alimentar em relação ao estrangeiro".

As grandes explorações e os maiores produtores continuarão a embolsar a grande parte das ajudas enquanto "os pequenos e médios agricultores, os países do Sul da Europa, vão continuar a receber muito menos e a ser discriminados".

Quanto às medidas de desenvolvimento rural, "mantêm-se confusas e não quantificadas em aspectos fundamentais".

Em conclusão, a CNA afirma que "a manterem-se, tal como estão, estas propostas fazem antever o pior para a nossa agricultura e para o mundo rural português e, por isso, são ina-



O mundo rural está ameaçado

ceitáveis". E sublinha que estão em causa "interesses vitais para o nosso país".

Reunião dos Baldios em Vila Real

Os principais órgãos gestores dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro estiveram reunidos domingo passado, em Vila Real.

De entre as questões tratadas no encontro, destacam-se o funcionamento das Assembleias de Compartes, as questões de natureza jurídica, a aplicação dos regulamentos comunitários na vertente florestal, as medidas agro-ambientais, a gestão das áreas forrageiras dos baldios para efeito de subsídios comunitários, o projecto da empresa pública para a gestão das matas públicas e terrenos baldios.

No quadro dos debates realizados, foram reafirmadas acesas críticas às medidas que impedem que as Assembleias de Compartes se possam candidatar a projectos de Medidas Agro-Ambientais, cuja importância na limpeza das matas, aceiros, abertura de estradas, poderão ser factores determinantes na prevenção e combate dos incêndios florestais.

Na apreciação da proposta de criação da Empresa Pública florestal, os representantes dos Baldios exprimiram uma série de preocupações quanto à eficácia da sua gestão e sublinharam os cuidados especiais a ter relativamente à propriedade dos baldios.

Por último, foi decidido mobilizar para uma participação em massa na manifestação convocada para Lisboa, contra a reforma da PAC.

Jovens exigem uma outra política

O Dia Internacional da Juventude, 28 de Março, foi assinalado em vários pontos do país, nomeadamente pela Juventude Comunista e pela Ecojovem "Os Verdes".

Os jovens comunistas do Concelho de Cuba, no Alentejo, assinalaram este dia com um encontro concelhio, que começou com um jogo amigável de futebol, pela manhã, a que se seguiu uma tarde de debate.

A iniciativa contou com a participação de jovens provenientes de todo o Concelho e à presença de Luísa Araújo, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

No encontro foi decidido avançar com várias iniciativas. De par das comemorações do 25 de Abril, e na perspectiva dum aprofundamento do debate político entre os jovens comunistas, está previsto um conjunto de realizações sob o lema "Arejando ideias sobre o Ambiente" e uma campanha de sensibilização pela Educação Sexual e Planeamento Familiar.

A JCP da Ilha Terceira, Açores, em comunicado divulgado à imprensa, sublinha os múltiplos problemas hoje defrontados pelos jovens, com destaque para o desemprego, a habitação, uma política de ensino "onde se promove o elitismo e a discriminação", a falta de actividades para os tempos livres, em que se faz sentir a ausência de "estruturas para a prática de teatro e outras formas de criação artística e cultural".

Em documento de imprensa, a juventude do Partido Ecologista "Os Verdes - Ecojovem, condena as atitudes do governo, em matéria de política de juventude, "em que são tomadas decisões sem auscultar os jovens" e defende a necessidade de "uma política de juventude horizontal e integrada, ou seja, que articule a área da saúde, ensino e formação profissional, emprego, ambiente e qualidade de vida, entre outras; e não uma política que trata estas diversas áreas de forma desarticulada, ou que é concebida de cima para baixo".

A Ecojovem sublinha ainda que "é preciso que os jovens estejam conscientes e intervenham na sensibilização e alerta para a crescente globalização dos problemas ambientais, sendo disso exemplo a destruição da floresta amazónica".

"Correr com o racismo" Inovação e criatividade

"Correr com o racismo" vai ter a sua 4ª edição este ano, a 16 de Maio. Uma iniciativa que, uma vez mais, vai ser promovida pela Interjovem, organização juvenil da CGTP-IN, juntamente com outras associações, entre as quais a Frente Anti-Racista, o Corpo Nacional de Escutas, a Federação Portuguesa das Colectividades e o Instituto Luso-Africano.

Em causa está combater o racismo que, *hoje mais que ontem*, procura instalar-se na consciência e no subconsciente. Um combate pela solidariedade.

Nesta 4ª edição, vão ser introduzidas algumas alterações, pretendendo-se juntar à lista de apoiantes as entidades oficiais e nomes destacados da cultura dos cinco PALOP, bem como associações de Minorias étnicas em Portugal.

Mia Couto, conhecido escritor moçambicano, está a redigir o Manifesto que será subscrito pelos apoiantes.

Os promotores desta iniciativa vão propor aos professores que nas aulas fale e reflectam sobre esta temática e à comunicação social o apoio expresso e concreto.

O programa global envolve várias acções. Uma primeira fase que culmina com a corrida de 16 de Maio, a que se segue uma segunda fase, com base no debate e na reflexão, na edição e divulgação de materiais úteis. Pretende-se valorizar a cultura, a música, a gastronomia, os valores das minorias étnicas em Portugal.

Carvalhas no Dia do Utente da Saúde

Cuidados primários são prioritários

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, visitou no passado dia 26 de Março, o Centro de Saúde de Marvila, iniciativa que segundo disse serviu para «assinalar o Dia Nacional do Utente da Saúde e manifestar o nosso empenho na reforma e defesa de um Serviço Nacional de Saúde capaz e eficiente».

Na sua breve declaração, o secretário-geral do PCP chamou também a atenção para o encerramento de algumas unidades, nomeadamente no interior do País, o que «causa gravíssimos problemas às populações».

Os centros de saúde, desde que funcionem «com horários e com meios que dêem resposta às necessidades das populações são fundamentais para evitar a sobrecarga das urgências hospitalares», disse Carlos Carvalhas.

«A aposta nos cuidados primários de saúde, o fim do *numerus clausus* que dificultam a existência de mais médicos, a formação de enfermeiros e de outros profissionais de saúde têm de ter prioridade se se quiser acabar com o caos que existe em muitas unidades hospitalares e com as filas de espera para uma simples consulta, o que é inaceitável para um país que toca trombetas por entrar no euro».

Para o dirigente comunista, «o centro de Saúde de Marvila é um exemplo de um centro que espera obras há vários anos e que não tem as mínimas condições para servir a população».

«É um edifício de cinco andares, com dois elevadores, que não tem condições para entrada, por exemplo, de uma cadeira de rodas, é exíguo para a população que abrange. Há bichas pelas escadas para as consultas, para serem atendidos pelos trabalhadores da parte administrativa...»

«Há falta de médicos, de enfermeiros, de pessoal auxiliar e administrativo...»

«O centro de Saúde devia estar aberto aos sábados e domingos, no entanto, nestes dias funciona em termos de convencionado com uma clínica

privada. Era necessário resolver esta situação. É necessário ter em atenção que ele serve uma população de mais de 60 mil cidadãos numa zona carenciada



O centro de Saúde de Marvila espera obras há vários anos e que não tem as mínimas condições para servir a população

e com graves problemas sociais».

Lisboa

Aproveitando a passagem do Dia do Utente da Saúde, a Direcção da Cidade de Lisboa do PCP divulgou um comunicado chamando a atenção da população para algumas das propostas do PCP para a cidade na área da Saúde.

A reestruturação da rede hospitalar; concretização do início da construção do Hospital na Zona Oriental de Lisboa, em Chelas; criação planificada de mais 14 Centros de Saúde, com prioridade para as freguesias de Ameixoeira/Charneca, Marvila/Olivais, Alfama, Stº Condestável/Casal Ventoso e Beato;

alargamento do horário das consultas nos centros de saúde e hospitais; ampliação da rede de cuidados primários de saúde ao domicílio; abolição das taxas moderadoras são algumas das reivindicações dos comunistas.

A par destas medidas, o PCP exige o regular funcionamento dos Conselhos Gerais dos Hospitais, com participação dos membros da autarquia já designados pela Assembleia Muni-

Simultaneamente, a aplicação dos chamados Planos Directores de equipamento e serviços de saúde concelhios, apresentados com o objectivo de racionalizar meios e equipamento, estão a criar novas dificuldades no acesso aos serviços. A DORSA refere o exemplo recente de Tomar em que «a partir das 30 extensões de saúde se está a procurar concentrar a assistência em 15 pólos e a prestação de consultas

pal de Lisboa, considerando urgente que se faça sentir «uma efectiva vontade quanto à alteração de rumo deste sector».

Santarém

Por seu lado, a Direcção Regional de Santarém veio a público denunciar a «crónica e persistente insuficiência de médicos que faz com que dezenas de milhares de utentes continuem sem médico de família atribuído (seis mil em Benavente e Torres Novas e mais de dois em Coruche)». A isto somam-se «as tentativas de encerramento nocturno de serviços de atendimento permanente e a carência de várias instalações destinadas à localização de novos centros e extensões».

programadas em apenas quatro locais».

A estrutura comunista não tem dúvidas de que se está a preparar «o encerramento de algumas extensões (de que é exemplo o caso de Cem Soldos na Freguesia da Madalena, em cuja extensão se encontram inscritos mais de mil utentes).

A DORSA sublinha que a concretização do Plano Hospitalar da Unidade de Saúde do Ribatejo «não pode deixar de ter em conta o respeito pela relação entre os centros de saúde e o respectivo hospital de referência bem como a avaliação dos critérios e das repercussões que eventuais trocas de valências entre as três unidades hospitalares terão para as populações».

SAMORA CORREIA

Explicação necessária

Face à publicitação por parte de alguns órgãos de comunicação social da apresentação próxima pelo PSD na Assembleia da República de um projecto de lei de Criação do Concelho de Samora Correia, a Comissão de Freguesia de Samora Correia do PCP denuncia a «manipulação de informação» que tais notícias evidenciam e as pessoas que permanentemente confundem «pluralismo e independência» com «revanchismo e anticomunismo».

De facto, o PCP foi o primeiro partido a apresentar o projecto de lei de elevação de Samora a concelho - em 1982, 1983 e 1988 -, cujo agendamento, contudo, foi sistematicamente rejeitado quer pelo PSD quer pelo PS. Em Fevereiro último, com «espírito renovado de seriedade e coerência», o Grupo Parlamentar do PCP voltou a apresentar o projecto de lei para a Restauração/Criação do Concelho de Samora Correia, razão por que os comunistas entenderam necessário vir a público repor a verdade dos factos.

BAIXA DA BANHEIRA

Governo dificulta entrega do IRS

Por sua vez, a Comissão de Freguesia de Baixa da Banheira do PCP veio publicamente manifestar o seu repúdio face à não instalação de um posto de recepção do IRS na freguesia, após a Junta ter disponibilizado instalações para tal. Uma tal decisão «expressa claramente» a forma como o Governo PS e o Ministério das Finanças «tratam a população desta freguesia», diz o PCP exigindo que o Governo satisfaça a «velha aspiração banheirense» de instalação da Repartição de Finanças na freguesia e apelando à organização da população no sentido de verem concretizadas esta e outras aspirações.

MOSCAVIDE

Contra fecho de apeadeiro

A Comissão Concelhia de Loures, considerando «inaceitável» a intenção da CP de fechar o apeadeiro de Moscavide sem acautelar os interesses da população da freguesia, solidarizou-se com a acção de luta que esta recentemente levou a efeito.

Ao mesmo tempo, o PCP lembra a proposta já apresentada na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP da extensão do Metro a Moscavide e Sacavém e, afirmando que não contesta a necessidade de modernização da Linha Ferroviária do Norte, exige, contudo, que «as condições de vida e transporte das populações não sejam agravadas».

ALCÂNTARA

Obras exigem segurança

A segurança das populações é outra preocupação do PCP. Designadamente a Comissão de Freguesia de Alcântara, desde que se iniciaram as obras para a instalação do comboio na ponte 25 de Abril, tem discutido com as populações os vários problemas que as referidas obras têm causado na vida quotidiana dos cidadãos da freguesia. Os comunistas chamam a atenção para o facto de terem já sido efectuadas diversas diligências junto da administração da Ponte, no sentido de alertá-la para a queda de objectos provenientes da obra que, felizmente, até há pouco tempo não causaram senão danos de ordem material. Lamentavelmente, porém, há dias, uma trabalhadora grávida foi atingida por um objecto proveniente da obra e hospitalizada num estado de saúde que inspirava cuidados e indiciava inclusive a necessidade de uma intervenção cirúrgica.

Por isso, o PCP, pretendendo evitar a repetição de situações idênticas, exige da Lusoponte efectivas medidas de segurança, nomeadamente a colocação de redes receptoras de materiais que eventualmente caiam.

Aniversário em Viseu

Vale a pena lutar

Para comemorar o 77º aniversário do PCP, a direcção da Organização Regional de Viseu realizou, no passado domingo, um convívio gastronómico, em que participaram militantes e amigos do Partido, oriundos de todo o distrito, sobretudo dos concelhos do sul.

A iniciativa contou com a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, que salientou a importância histórica dos 77 anos de vida e de luta do PCP, lembrou a persistência da luta de gerações de comunistas e outros democratas durante a ditadura fascista, não esquecendo o papel determinante de «tantos e tantos lutadores anónimos».

Referindo-se também à actualidade, Jerónimo de Sousa criticou a política de direita do actual governo, e observou que muitos cidadãos conseguem hoje, sem grande dificuldade, inumerar as famílias monopolistas detentoras do poder económico que, por sinal, são as mesmas que antes do 25 de Abril «servindo-se do fascismo e servindo a ditadura alimentavam os mesmos impérios económicos, hoje reconstruídos e actualizados».

Abordando a temática europeia, Jerónimo de Sousa questionou as vantagens de Portugal integrar o «pelotão da frente», quando a reforma da política agrícola comum continua a lesar os agricultores, designadamente do distrito de Viseu; quando continua a não garantir a melhoria de vida dos trabalhadores no que respeita à segurança social, ao emprego para os jovens e os desempregados.

Apontando os perigos da bipolarização pretendida pelo PS e pelos partidos de direita, o dirigente comunista sublinhou a importância da militância para o prosseguimento da luta social e política. Jerónimo de Sousa apelou aos presentes para que se empenhem em «conquistar um amigo, um vizinho, um trabalhador, um agricultor para a luta de transformação social e política do nosso país». Os comunistas disse «recusam um futuro em que reinem a exploração, a pobreza e o desemprego, o racismo e a xenofobia. Por isso, vale a pena ser comunista hoje, como valeu a pena ontem, vale a pena continuar a lutar por um futuro em que não mandem os capitalistas mas em que mande o nosso povo, a democracia».

Vale de Alcântara

Concretizar a operação integrada

O futuro do Vale de Alcântara foi tema de um debate promovido na passada semana, dia 26 de Março, pela Direcção da Organização da Cidade de Lisboa, que apresentou uma conjunto de medidas que apontam designadamente para a reconversão urbanística e integração social do Casal Ventoso.

Na iniciativa, realizada nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, participaram Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP, dirigentes do PCP na Cidade de Lisboa, Rui Godinho, vereador da CML, os presidentes das juntas de freguesia de Alcântara e Stº Condestável, representantes da Administração do Porto de Lisboa, do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso, técnicos e autarcas, entre uma assistência numerosa e interessada.

Já em Abril de 1997, o PCP tinha realizado um debate sobre a problemática do Casal Ventoso com a população e estruturas da zona. A presente sessão visou ir mais longe e «alargar a reflexão e o debate a todo o Vale de Alcântara».

Entendido como uma zona estratégica da cidade, o Vale conta um Plano de Urbanização que abrange o troço da Avenida de Ceuta, compreendido entre Rotunda e o Viaduto Eng. Duarte Pacheco, bem como as encostas adjacentes e o tecido urbano nelas contido.

Santo Condestável, Prazeres e Alcântara são as freguesias para as quais foram elaborados cinco planos de pormenor ainda por aprovar pela CML.

A reconversão urbanística, realojamento e integração social da população do Casal Ventoso constituem «os elementos-chave de uma estratégia» para esta zona, a qual, segundo o PCP, deve merecer particular atenção.

Nesse sentido, o debate concluiu que CML e AML devem aprovar «com carácter de urgência, os instrumentos legais - planos - que garantam uma visão integrada do projecto, clareza e transparência». Deve ser dado início à construção do novo bairro do Casal Ventoso, área comercial e de serviços e os equipa-

mentos respectivos: complexo desportivo, ATL, Centro de Dia, parque infantil, escola básica, centro de saúde.

Os comunistas querem ainda que seja definido um plano de realojamento, discutido com a população, para os mais de 50 fogos em construção, e defendem medidas de apoio social a jovens idosos e população em geral nas vertentes do acompanhamento escolar e dos tempos livres, da cultura, da saúde e da formação profissional, assim como condições para criação de actividades geradoras de emprego.

Salientando a necessidade de policiamento como forma de combate e prevenção do tráfico e consumo de droga, o PCP considera que no seguimento das iniciativas da CML, também o Estado deve assumir responsabilidades na concretização do progra-

ma integrado de intervenção e na criação de uma estrutura permanente para a sua concretização.

O PCP afirma ainda que é necessário limpar o terreno que fica disponível, através da Declaração de Área Crítica e Reconversão Urbanística, e que a área central do Casal Ventoso deve beneficiar de um projecto de realojamento para a restante população, que inclua o estudo da capacidade de construção e uso do solo, bem como a abertura do bairro ao exterior através da ligação de Campolide-Amoreiras até à Avenida de Ceuta, através da Rua Costa Pimenta.

No debate mereceram ainda grande atenção a questão dos acessos ao porto de Lisboa, cujo desenvolvimento implica necessariamente um reforço da sua acessibilidade ferroviária. O PCP admite uma passagem de nível ou desnivelada para o comboio, notando que se nada se fizer o caudal de tráfego pesado rodoviário e ferroviário será catastrófico para a Zona Ocidental de Lisboa, prevendo-se que no ano 2005 por ali passem por dia mais de dois mil camiões e 16 comboios.

Um momento crucial

Intervindo no debate, Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP, observou que o Casal Ventoso se tornou «duplamente emblemático». Se por um lado é «um símbolo do tráfico de drogas e das mais negras situações de toxicod dependência existentes no país», por outro, as decisões da CM de Lisboa «criaram grandes expectativas e podem tornar o Casal Ventoso no emblema de um projecto inovador de reconversão e de prevenção da toxicod dependência».

Francisco Lopes considerou que o Casal Ventoso «está num momento crucial e perante um dilema»: ou se concretiza a operação integrada na sua globalidade, dando-se uma resposta exemplar, única no país, de reconversão urbanística, realojamento, reinserção social e de prevenção da toxicod dependência; ou se for sacrificado o conceito global da intervenção, por medidas casuísticas ou pela cedência a pressões diversas, incluindo de natureza mediática, corre-se o risco de transferir o gueto de um lado para o outro e de transformar este processo num desencanto, numa profunda frustração de expectativas da população do bairro e de todos aqueles que nele acreditaram, num processo de investimento de vastos recursos sem atingir minimamente os objectivos».

Barreiro

Desemprego continua a crescer

O Organismo de Direcção dos Trabalhadores da Indústria Química do PCP no Barreiro, por ocasião da passagem do 77º aniversário do Partido, emitiu um comunicado sobre a situação política e social no concelho, nomeadamente sobre o desemprego que «cresce desenfreadamente» e os despedimentos individuais «encapotados de "rescisões por acordo mútuo"».

Para manter a actividade das empresas, denuncia o PCP, o patronato recorre «habilidosamente» à admissão de trabalhadores com vínculo precário, sem segurança social, sem direitos, sem garantia de emprego, em substituição dos efectivos afastados.

Na mesma linha, as Associações e Confederações Patronais vêm boicotando a negociação da contratação colectiva e tentando impor o nivela-

mento dos salários pelos da função pública (2,75%).

A Adubos de Portugal (ex-Quimigal Adubos), a Plasquisa, a Quimitecnica, a Atlanport, a Quimiparque, a Lusol, a CIN, a C.P.B. e a Fisipe são algumas das empresas onde o patronato empurra os trabalhadores para o desemprego e mantém a actividade à custa da acumulação de funções e da polivalência pelos outros, ou através do recurso a empresas de prestação de serviços ou da admissão de trabalhadores com vínculo precário.

Uma situação social que necessita «de um grande impulso na dignificação do trabalho e no respeito pelos direitos», o qual só é possível com «uma grande unidade na acção dos trabalhadores».



Mirandela

Vantagens de centralidade devem ser reconhecidas

A Comissão Concelhia de Mirandela do PCP realizou, no passado domingo, duas iniciativas que tiveram forte adesão dos militantes, simpatizantes e amigos do PCP.

Durante a tarde, nas instalações da Junta de Freguesia de Mirandela, decorreu a 3ª Assembleia da Organização Concelhia que fez um balanço do trabalho realizado nos últimos três anos, definiu as linhas de orientação e de trabalho para o futuro e elegeu a nova Comissão Concelhia que integra 13 militantes, entre os quais quatro mulheres e um jovem. Os trabalhos decorreram de forma viva e participada, tendo os delegados levantado nas suas intervenções um conjunto de problemas que urge resolver a nível local e manifestado a sua determinação de reforçar o PCP no concelho.

A 3ª Assembleia aprovou ainda, por unanimidade, uma moção que afirma a certa altura: «Mirandela e o seu concelho são, já hoje, o principal pólo de desenvolvimento económico, social e cultural da região da Terra Quente. A sua privilegiada localização geográfica, quer por se situar no eixo Bragança/Vila Real, quer ainda a nível da região, confere-lhe uma efectiva centralidade». E mais à frente a moção refere: «estas vantagens não têm sido suficientemente reconhecidas, tanto no plano autárquico por responsabilidade do PSD, como no plano governamental por responsabilidade do PS».

A moção aprovada propõe ainda «a exigência de apostar em Mirandela e no seu concelho como importante pólo de desenvolvimento a nível regional» e manifesta «o seu apoio à Criação da Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro».

À noite, realizou-se, num restaurante da cidade de Mirandela, um jantar comemorativo do 77º aniversário do PCP.

Henrique de Sousa, membro do Secretariado que participou nestas duas iniciativas, fez uma análise da situação política nacional e referiu-se às decisões, tomadas na última reunião do Comité Central, de dar um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido.

Henrique de Sousa alertou ainda para os próximos tempos, que terão de ser de grande empenhamento na procura de uma alternativa democrática à política de direita que o PS está a desenvolver a nível do Governo, na continuação, no fundamental, da política anterior do PSD. Dela, aliás, não se podem desligar os referendos que se avizinham sobre o aborto, a regionalização e o euro, nem a tentativa de perversão do sistema eleitoral contida nas propostas recentemente apresentadas pelo PSD e pelo PS. Que é preciso impedir, ao mesmo tempo que o prosseguimento da luta dos trabalhadores e das populações por melhores condições de vida e de trabalho com direitos.

Finalmente, o dirigente comunista apelou aos militantes e amigos do PCP no sentido de também a nível local e regional se criar uma perspectiva mobilizadora e combativa de afirmação, crescimento e dinamismo do Partido. E concluiu, afirmando que cabe ao PCP a responsabilidade de definir uma orientação estratégica clara e afirmada: **um projecto de esquerda e de poder, para um novo rumo democrático.**

2ª Assembleia de Viana do Alentejo

Organizar para intervir

Com a participação de 45 delegados e cerca de duas dezenas de convidados, a Organização Concelhia de Viana do Alentejo do PCP realizou recentemente a sua 2ª Assembleia.

A necessidade de uma maior intervenção junto dos trabalhadores e da população do concelho, o rejuvenescimento da organização foram duas das questões que mais atenção mereceram da Assembleia. À Assembleia foram, no entanto, colocados diversos problemas vivos da comunidade local, como a preservação do meio ambiente, a falta de médicos, a urgência do «sempre adiado» Centro de Saúde concelhio, a falta de emprego.

Face ao reconhecido envelhecimento da organização no concelho - ligado, aliás, à elevada média etária da população -, o rejuvenescimento do Partido e das suas organizações foi considerado tarefa prioritária, a que, afinal, as recentes listas para os órgãos autárquicos já deram início com a grande movimentação de jovens que propiciaram. Alguns deles já vieram ao Partido, outros poderão ainda vir, sendo que o mais importante - segundo a 2ª Assembleia de Viana do Alentejo - é proceder à sua integração orgânica.

Como propostas de trabalho, a Assembleia apontou, entre muitas outras, a realização de uma acção política pelo direito

à saúde e com vista à fixação de médicos no concelho; a formação de uma coordenadora da CDU para enquadrar eleitos e não eleitos da CDU; a constituição de um organismo de acompanhamento do trabalho junto das colectividades e associações culturais e desportivas no concelho; a promoção de acções de recrutamento, nomeadamente de jovens; o lançamento uma campanha de assinaturas do «Avante!» e do «Militante».

No encerramento dos trabalhos, José Soeiro, membro a Comissão Política do PCP, salientou a importância do reforço da estrutura orgânica do Partido, de acordo designadamente com as recentes decisões do Comité Central.

Encontro sobre o Desporto Por uma política nacional clara e coerente

«O PCP e o Desporto do Século XXI» foi o lema do Encontro promovido pelo Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva que, no passado dia 28, reuniu no Centro de Trabalho Vitória mais de 60 quadros comunistas ligados a esta importante área de intervenção.

Um documento bastante exhaustivo serviu de base aos trabalhos que durante todo o dia de sábado se desenrolaram no Centro Vitória e foram encerrados por Agostinho Lopes, membro da Comissão Política.

Depois de um rigoroso diagnóstico à situação que existe na área do Desporto, questão que os comunistas consideram «decisiva para a Nação», o documento aborda a nova política que o PCP defende e apresenta as suas propostas para o sector.

«Políticas incorrectas do ponto de vista social, educativo, cultural e desportivo têm sido seguidas, provocando uma crescente mercantilização das actividades, o agravamento dos fenómenos da violência e da corrupção, o tráfico de influências e a abusiva utilização do desporto com finalidades políticas inaceitáveis», diz o documento a determinada altura. Por outro lado, «a progressiva desresponsabilização dos Governos da sua função dinamizadora apoiante e criadora de estruturas e a submissão a concepções economicistas estreitamente neoliberais e anti-sociais, tem obrigado o Poder Local e o Movimento Associativo a desempenharem essas funções».

Uma política «inaceitável», diz o PCP, alertando para o que se passa aos mais diversos níveis, seja do desporto e instalações escolares, do desporto de Alto Nível, da medicina desportiva ou do orçamento para o Sistema Desportivo que, em média, continua nas últimas décadas a ser um dos mais baixos da Europa (entre 0,27% e 0,24% do O.E.).

É indispensável uma política «desportiva nacional, clara, coerente, ajustada à realidade, participada por todos os «entes» desportivos, integrada no processo global de desenvolvimento do País e que vise responder às necessidades individuais e sociais do Povo Português».

Para tanto, os comunistas apresentam as propostas resultantes do estudo aprofundado da questão e que vão do lançamento das bases do desporto nacional às medidas orgânicas necessárias.

A educação física escolar; o desporto escolar, universitário, federado e de alta competição; o movimento associativo desportivo popular; o desporto e as autarquias locais; o desporto no trabalho; o Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo são elementos essenciais de um processo de desenvolvimento

para os quais o documento aponta soluções.

Merecedores de uma análise não menos importante são também os «elementos estruturais», ou seja, aspectos como a formação de técnicos, as bases materiais da prática desportiva, o desporto profissional e o desporto amador, a investigação cientí-

fica, a medicina desportiva, o desporto para grupos específicos da população, o Projecto Nacional de Férias, as novas formas de prática desportiva na natureza, o desporto enquanto actividade económica.

As medidas orgânicas, essas, passam «pela participação e representação na definição da Política Desportiva Nacional», designadamente do Conselho Nacional do Desporto, de uma Comissão Nacional de preparação de atletas para o Desporto de Alta Competição (a criar), de atletas, treinadores, árbitros e outros técnicos.

O papel do Comité Olímpico Português e a afirmação internacional do desporto português e do País nos organismos internacionais; o papel do desporto na prevenção do consumo da droga, da delinquência, da marginalidade e da exclusão social; a substituição do quadro legislativo em todos os aspectos que manifestem desadaptação à realidade, são questões que também não foram esquecidas no debate travado no sábado pelos comunistas com vista a uma política desportiva que se pretende já virada para o século XXI.



O Encontro do PCP fez um diagnóstico rigoroso à situação no Desporto e apontou medidas para atacar os problemas existentes nesta área

Direito ao desporto — um bem «transaccionável»?

Para Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP que encerrou os trabalhos do Encontro, a situação do desporto português «evidencia com total clareza a política do Governo PS» e revela «marcas e traços que podem também ver-se» nas políticas de outras áreas da vida nacional.

Por exemplo, a opção por uma política de saúde onde crescem orientações neoliberais e as restrições orçamentais, incapaz de responder às necessidades dos portugueses, «não poderia deixar de traduzir-se no ostracismo a que foi votada a medicina desportiva» e no afastamento do Governo do cumprimento das suas obrigações em matéria de cultura física e desporto. Razão por que o Poder Local se vê «forçado a substituir-se à Administração Central na função dinamizadora e criadora de estruturas para a actividade desportiva».

Enfim, «uma política desportiva de classe», que não acompanhou a «evolução verificada nestes últimos vinte anos», com o aparecimento de «novas modalidades», «novas formas de prática», com o crescer da «profissionalização» e do «espectáculo desportivo». A Lei de Bases do Sistema Desportivo, diz Agostinho Lopes citando o documento, constitui hoje «um autêntico travão à adequação do desporto às necessidades de uma sociedade moderna e desenvolvida».

Aliás, para o dirigente comunista, a situação do desporto em Portugal reflecte o «espartilho» imposto pelos «dogmas da convergência nominal», sendo que «ao voto, à livre e soberana decisão dos portugueses, sobrepõem-se os interesses do grande capital e finança europeia». Assim, o direito à prática desportiva, «como o direito à saúde, à educação, à segurança social, passa a ser um bem transaccionável no mercado, a que tem acesso quem tem rendimento para a ele aceder». E

assim também se rompe «a solidariedade colectiva, nacional».

É que, tal como os governos do PSD, também o Governo do PS utiliza e instrumenta o desporto, afirma Agostinho Lopes, referindo «o uso ilegítimo do aparelho e recursos do Estado para influenciar escolhas eleitorais dos cidadãos via resposta a problemas no campo das infra-estruturas desportivas».

Entretanto, pela justiça e coerência das propostas feitas, o documento-base é, na opinião deste dirigente, «um importante instrumento para os comunistas portugueses», já que o fenómeno desportivo pode na verdade constituir «um privilegiado meio para chegarmos a muitos sectores e grupos da sociedade portuguesa».

O documento representa ainda «uma importante contribuição para prosseguir a afirmação do PCP como oposição de esquerda, combativa, consequente e responsável» e contrapõe propostas alternativas às orientações neoliberais do PS. Por outro lado, ele vai permitir enriquecer a intervenção do PCP na Assembleia da República e contribuir para orientar o trabalho nas autarquias locais nesta matéria.

Pela sua capacidade mobilizadora dos cidadãos e da cidadania, e motor de participação popular; pelo seu papel estruturante de sociabilidade humana, de integração social, de formação de elevados valores e comportamentos éticos e cívicos; pela sua inestimável e possível função pedagógica; pelas suas potencialidades de resposta a terríveis flagelos das sociedades actuais, como a droga, a exclusão social, o racismo, a violência, «vale a pena lutar por outra política desportiva». «Não é uma batalha fácil, também aqui a dos comunistas», diz Agostinho Lopes. Mas a verdade é que «nunca os comunistas tiveram ou terão combates fáceis!»

PAREDES PCP informa e presta contas

O aumento de votação e de mandatos obtidos pela CDU nas últimas eleições autárquicas no concelho de Paredes, sendo «claramente insuficientes para a mudança» necessária, exigem desta coligação um maior empenho na procura e na defesa de soluções para os grandes problemas do concelho.

Assim, e pretendendo «incentivar a prática de uma ampla informação e prestação de contas à população», a Comissão Concelhia de Paredes do PCP, em nota à comunicação social, dá conhecimento público da acção do eleito da CDU na Assembleia Municipal de Paredes recentemente realizada. A apresentação de uma moção de protesto contra o aumento das tarifas telefónicas, aprovada com a abstenção da direita (PSD e PP), e de uma reflexão escrita sobre os problemas da segurança e delinquência; a chamada de atenção ao Presidente da Câmara para a sua ausência nas cerimónias efectuadas em Penafiel com a presença do primeiro-ministro, reveladora de «conluio mesquinho» com alguns dos seus pares; a defesa de um funcionamento democrático da Assembleia foram algumas questões levantadas pelo eleito da CDU na Assembleia Municipal, marcando logo no início do mandato a sua postura participativa.

VIANA DO CASTELO Não à barragem de Sela

Em tomada de posição pública, as Comissões Concelhias do PCP da Ribeira do Minho pronunciam-se contra a construção da barragem de Sela, em Ceivães - Monção, já que «há consequências definitivas que só por si justificam» o seu abandono.

A Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo, a quem cabe a divulgação da posição do PCP, destaca entre essas consequências a afectação negativa de toda a zona fluvial; a criação de um lago artificial de 480 ha; a destruição de 700 pesqueiras, a interrupção do percurso de desova para espécies piscícolas como o salmão, a lampreia e o sável; a alteração das características do clima e os seus efeitos na produção agrícola. Por outro lado, para o PCP, «as medidas propostas pelo Estudo Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico de Sela para minimizar os efeitos negativos - dispositivo de passagem para as espécies piscícolas; criação de desovas artificiais; manutenção de caudal ecológico e recuperação das paisagens afectadas - não são fiáveis, nem tecnicamente nem em termos de exequibilidade».

SANTARÉM Se houvesse regionalização...

O Ribatejo não deve ser privado do acesso à captação e aplicação dos fundos comunitários, diz a Direcção da Organização Regional de Santarém, a propósito das notícias divulgadas sobre a eventual exclusão da Região de Lisboa e Vale do Tejo do «objectivo 1» do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Entretanto, a proposta do PS para a criação de uma sub-região do Ribatejo e Estremadura como forma de autonomizar o Ribatejo da Região de Lisboa e Vale do Tejo é, para o PCP, no mínimo «curioso» por vir da parte dos principais responsáveis pelo bloqueamento do processo da Regionalização.

«Se a criação das regiões administrativas se tivesse já verificado, a questão do direito legítimo e inquestionável desta região aos fundos estruturais não se colocaria», acusa a DORSA do PCP, esperando que, por detrás da iniciativa do PS/Santarém não se esconda nova manobra visando atenuar os efeitos do «congelamento» da Regionalização.

AÇORES Deputado contesta fusão de escolas

«Quando em relação a uma dada realidade se pretende fundir duas escolas, uma do 2º ciclo do Básico com outra do 3º ciclo do Básico e Secundário, ter-se-á que ponderar, desde logo, a dimensão do novo estabelecimento e a repercussão funcional e pedagógica que tal intenção poderá gerar», defende Paulo Valadão, deputado do PCP na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

O Deputado do PCP, no voto de protesto que no passado dia 25 de Março apresentou na Assembleia Legislativa, denuncia assim o facto de a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, sem qualquer audição prévia de órgãos escolares e organismos representativos dos professores, trabalhadores não docentes, pais e alunos, ter decidido a fusão da Escola Básica 2 da Horta com a Escola Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga.

No voto de protesto, aprovado por maioria, o deputado do PCP refere ainda o facto da decisão não ter sido anulada, mesmo «depois de se conhecer a discordância frontal que a generalidade dessas entidades manifestaram relativamente a esse assunto».

COMUNIDADE EUROPEIA

INTERNACIONAL

Em contacto com eurodeputados Olivicultores preocupados com o futuro do azeite

Alguns dias depois da divulgação pública das propostas da Comissão Europeia para a área da olivicultura, o eurodeputado comunista Honório Novo e o deputado espanhol Salvador Jové estiveram em diversas zonas do país para discutir o futuro do azeite.

Salvador Jové, deputado espanhol da Esquerda Unida, e Honório Novo, do PCP, ambos membros do Grupo Confederal da Esquerda Unitária no Parlamento Europeu, mantiveram diversos contactos e participaram em diversas reuniões na Beira Baixa e no Alentejo na semana passada, começando por se encontrar com a associação de olivicultores de Malpica do Tejo.

Seguiram depois para o Fundão, onde se reuniram com a Direcção da Associação Distrital de Agricultores e com membros da Direcção da Confederação Nacional de Agricultura (CNA).

No dia imediato, estiveram reunidos com dirigentes cooperativos em Serpa, tendo na ocasião visitado igualmente as instalações da Cooperativa de Brinches, naquele concelho da margem esquerda do Guadiana.

Estes contactos dos dois deputados comunistas ocorrem alguns dias após a divulgação pública das propostas da Comissão Europeia (CE) para o futuro do sector do azeite, aprovadas no passado dia 18 de Março em Bruxelas.



Os deputados comunistas insistiram no facto destas propostas da CE esquecerem aspectos fundamentais do relatório que Salvador

Jové elaborara durante o ano de 1997 e que o Parlamento Europeu aprovara por uma maioria muito larga no passado mês de Dezembro.

Salvador Jové recordou, ao longo das diversas reuniões, que a resolução política que o PE então aprovara defendia, entre outros aspectos, que as ajudas continuassem a ser dadas à produção real do azeite, que a quantidade de produção de azeite autorizada fosse largamente aumentada para fazer face ao acréscimo do consumo europeu e mundial, que passasse a haver ajudas acrescidas aos pequenos produtores e que fosse criado um mecanismo de controlo, desde a produção ao consumo, que

impedisse a fraude (por exemplo, a mistura de azeite com óleos vegetais).

Pelo contrário, adiantou insistentemente o deputado comunista espanhol, as propostas da Comissão aprovadas a 18 de Março fazem tábua rasa daquelas orientações, pretendem adiar a reforma do sector do azeite para 2001 (com vista a desligar as ajudas da produção real e passar a apoiar o rendimento, através de mecanismos de ajuda à árvore ou ao hectare), faz desaparecer (sem alternativas) as ajudas fixas aos pequenos produtores, propõe um valor para a produção garantida comunitária - que não é alterada desde 1987 - inferior ao valor actual da produção (ver caixa).

Os olivicultores e seus representantes manifestaram aos deputados da Esquerda Unitária Europeia a sua profunda preocupação pelas propostas de desaparecimento dos preços de intervenção (mecanismo que desempenha funções estabilizadoras do mercado), bem como pela impossibilidade de se vir a aumentar a produção de um sector agrícola estratégico para Portugal.

Salvador Jové, que vai agora elaborar o relatório do Parlamento Europeu sobre este pacote de normas aprovadas pela Comissão, insistiu na necessidade dos olivicultores e suas organizações continuarem a sua mobilização e a sua pressão política, designadamente junto dos respectivos governos, para conseguir que as propostas da Comissão sejam profundamente alteradas na reunião dos Ministros de Agricultura a realizar em Junho.

Os números da discriminação

Salvador Jové forneceu números que permitem uma real percepção da verdadeira discriminação entre as produções agrícolas mais relevantes para os países do centro e norte da Europa, por um lado, e as produções agrícolas tipicamente mediterrânicas.

A evolução orçamental prevista até ao ano de 2006, no contexto da reforma da PAC e da Agenda 2000, propõe que o sector do azeite tenha uma evolução zero (isto é, o orçamento para este sector não deverá variar até 2006). O mesmo acontece para o vinho e para o tabaco, enquanto que para as frutas e hortaliças se propõe mesmo uma evolução negativa (-2,5%).

Enquanto isso acontece para as produções mediterrânicas do Sul, para a carne de vaca prevê-se uma evolução positiva (mais cerca de 70%), para o leite, mais cerca de 60% e para os cereais um incremento positivo de "apenas" 14%...

Médio Oriente Quase na estaca zero

O Dia da Terra, assinalado na segunda-feira, ficou marcado por novos confrontos entre palestinianos e israelitas, em diversas localidades da Cisjordânia. Ramala, Hebron e Belém foram as localidades onde se registaram os incidentes mais graves, que se saldaram por mais de 20 feridos.

Paralelamente às manifestações de jovens, os beduínos protestaram contra a perda das terras públicas e semipúblicas que serviam para os seus rebanhos, recentemente confiscadas pela administração israelita.

No mesmo dia, os árabes que vivem em Israel estiveram em greve geral, respondendo à convocação de organizações árabes-israelitas.

O processo de paz do Médio Oriente sofreu mais um revés esta semana, com o enviado especial norte-americano a ver todas as portas de diálogo se fecharem.

Dennis Ross reuniu-se inúmeras vezes com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat. Mas pouco mais conseguiu do que acentuar o pessimismo presente em todas as partes.

A proposta dos EUA de uma retirada israelita de 13 por cento da Cisjordânia não foi aceite por nenhuma das partes. Netanyahu não vai mais longe que os nove por cento, alegando a segurança pública de Israel, enquanto que Arafat exige a devolução de um mínimo de 30 por cento numa primeira fase.

«Estou muito pessimista com o processo de paz», afirmou Ross. Por seu lado, Madeleine Albright, secretária de Estado norte-americana, afirmou que «nos aproxi-

mamos do fim do processo de paz», acrescentando que o seu país se afastará se não se derem progressos.

«Não posso aceitar ditados», declarou o primeiro-ministro israelita. «Não enganámos ninguém, nem a nós mesmos, nem aos eleitores, nem aos palestinianos e nem sequer aos Estados Unidos. Não é minha intenção proibir os EUA de dar ideias, mas estas deveriam ser boas», acrescentou.

Esta posição, de facto, não é uma surpresa para nenhuma das partes. Os palestinianos continuam a reivindicar o cumprimento dos acordos assinados em Oslo, enquanto que o governo de direita liderado por Netanyahu faz tudo para voltar atrás com o acordado.

Na semana em que morreu Belén Elias Freij, presidente da Câmara de Belém durante mais de 25 anos e um dos primeiros dirigentes palestinianos a defenderem o diálogo com Israel, a paz continua distante.

Mas, se a população palestiniana lida diariamente com humilhações e graves problemas económicos, os israelitas não são de todo indiferentes à questão. Prova disso é a realização de mais uma manifestação do movimento judeu «Paz Agora», realizada no fim-de-semana, pela retirada da Cisjordânia.

Manifesta vitória nacional?

Gomes da Silva, ministro da Agricultura, considerou que o facto da Comissão propor um valor de 43 900 toneladas para a produção de azeite em Portugal constituía "manifestamente, uma vitória portuguesa" (Público, 17 de Março).

Honório Novo glosou a afirmação ministerial perguntando:

«- Como pode Gomes da Silva dar-se por satisfeito se os últimos dados estatísticos do Comité Oleícola Internacional (COI), departamento pago pela própria Comissão, informa que Portugal terá produzido 50 000 toneladas de azeite na campanha de 96/97 e cerca de 60 000 toneladas na de 97/98?

- Como pode Gomes da Silva dizer que 44 000 toneladas é

uma vitória portuguesa se o Plano de Desenvolvimento da Fileira Oleícola (PDO) - aprovado pelo próprio governo - afirma que a produção nacional de azeite deverá vir a atingir 120 000 toneladas? Que utilidade terá, nestas circunstâncias, Portugal poder continuar a plantar novas oliveiras até 2001?

Com os valores apontados para as produções das últimas campanhas, e com o valor definido no PDO português, considerar-se que a atribuição de uma "quota" de produção de azeite de 43 900 toneladas é "manifestamente uma vitória portuguesa" não é apenas uma brincadeira de mau gosto. É também uma ofensa à inteligência e à dignidade dos olivicultores portugueses", respondeu Honório Novo.

Rússia Os caprichos de Yeltsin

A braços com problemas de toda a ordem que comprometem não só o seu presente mas também o seu futuro, a Rússia assistiu nos últimos dias a mais um espectáculo bem ao estilo de Yeltsin: a demissão fulgurante do governo, logo de seguida praticamente todo reconduzido à excepção do primeiro-ministro Víktor Chernomirdin, substituído por Serguéi Kiriyenko.

Entre entradas e saídas de bastidores deste aparente teatro do absurdo, Chernomirdin anuncia a sua candidatura às presidenciais que em princípio só se deverão realizar daqui a dois anos, para o que contaria desde já com o apoio do próprio Yeltsin. Quase em simultâneo, o presidente russo, sem confirmar tal apoio, deixa no ar a ideia de que poderá não se recandidatar a um terceiro mandato, mas fá-lo de forma tão confusa que ninguém arrisca afirmar ser efectivamente essa a sua intenção.

Enquanto isso, o senhor do Kremlin vai ameaçando a Duma (parlamento) de dissolução no caso do seu governo provisório ser rejeitado. O primeiro-ministro designado, Serguéi Kiriyenko - que a si mesmo se considera não um político mas um tecnocrata e, sobretudo, «um homem do presidente» -, não conta com a simpatia dos comunistas, maioritários na Duma.

Entregue aos caprichos de Yeltsin, um homem de 67 anos sistematicamente doente e apontado por muitos como sofrendo de demência senil e arteriosclerose cerebral, a Rússia encontra-se de facto à mercê dos grupos económicos e financeiros que constituem a corte presidencial. As mafias proliferam, bem menos provisórias do que os governos.

Clinton na África do Sul entre críticas e sermões

O saldo da visita de quatro dias de Bill Clinton à África do Sul foi positivo tanto para os representantes de Pretória como para os de Washington, mas os discursos foram mais do que uma cortês troca de galhardetes.

Na sexta-feira, em conferência de imprensa, Nelson Mandela recusou a política internacional dos EUA e defendeu as conversações pacíficas em prejuízo do uso de força em caso de crise. Nas palavras do presidente sul-africano, os norte-americanos deveriam «convocar os seus inimigos e dizer-lhes "vamos sentar e falar de paz"». «Não tenho dúvida que o papel dos Estados Unidos como líder mundial seria assim realizado», acrescentou.

O presidente sul-africano referiu-se também às divergências entre os dois países quanto às relações com Cuba, com o Líbano e com o Irão, nações «inimigas» dos EUA. Mandela expressou a intenção de continuar os laços com estes países e lembrou o apoio que os opositores do regime do *apartheid* receberam.

«Facilitaram-nos recursos e instrução para podermos lutar e ganhar, e aqueles sul-africanos que me condenam por ser leal aos nossos amigos podem, literalmente, ir plantar batatas», afirmou o presidente.

Quanto aos convites enviados ao líder cubano Fidel Castro e ao chefe de Estado líbio Muammar el Kaddafi, Nelson Mandela sublinhou: «Faço isso porque a nossa autoridade moral nos dita que não podemos abandonar aqueles que nos ajudaram nos momentos mais sombrios da história do nosso país.»

Clinton não reagiu a estas afirmações, mas um membro da sua comitiva comentou-as junto aos jornalistas: «Mandela não se esqueceu do tempo em que nós apoiávamos o *apartheid*.» «Foi uma mensagem clara para alguns dos seus de que, mesmo que as relações bilaterais sejam boas, a África do Sul não vai prostrar-se perante os EUA», salientou.

Reservas para política americana

Mandela, antes de visitar com Clinton a prisão da ilha de Robben - onde passou 18 dos 27 anos em que esteve preso -, manifestou «sérias reservas



Bill Clinton durante a visita

em relação à política americana para o continente africano. A Lei sobre o Crescimento e a Igualdade em África, baseada no fundamental nas trocas comerciais e menos nas ajudas humanitárias, «não é aceitável no seu estado actual», disse Mandela.

Mas nem na África do Sul, a largos milhares de quilómetros de distância do seu país natal, Clinton se viu a salvo dos casos de assédio sexual de que

é acusado. No sábado, o presidente americano ouviu um sermão sobre o adultério durante uma missa numa igreja católica, no bairro negro do Soweto.

Segundo os relatos dos jornalistas presentes, Bill Clinton permaneceu impassível até o sacerdote comentar o capítulo da Bíblia que trata da parábola

da mulher adúltera salva por Cristo de apedrejamento. «Deve haver muitas pessoas entre nós que se podem sentir indignos», afirmou. No fim da cerimónia, e apesar de pertencer à religião baptista, Clinton comungou graças a uma decisão tomada pela Conferência Episcopal Sul-Africana.

Perspectiva de paz para o Ulster

O futuro da Irlanda do Norte continua em discussão durante esta semana. Apesar da recente onda de violência com origem nos grupos extremistas republicanos e unionistas, a paz não parece estar longe para os irlandeses.

Pró-britânicos e pró-irlandeses estão na recta final da concretização de um acordo de paz, que provavelmente dará origem a um referendo de consulta sobre o grau de autonomia da região em que participaram os cidadãos do norte e do sul da ilha.

A próxima quinta-feira é a data apontada para a finalização do documento, tanto pelos porta-vozes do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, como do seu homólogo irlandês, Bertie Ahern.

Gerry Adams, o líder do IRA, é mais optimista. «Londres e Dublin consideram que deverá ser negociado um acordo até à Páscoa, mas creio que é possível alcançá-lo ainda antes dessa data», afirmou no domingo, em conferência de imprensa.

Na ocasião, Adams apelou aos republicanos para desistirem da violência como forma de apoiarem o processo de paz. «Todos os republicanos envolvidos em acções armadas devem cessá-las e aceitar este novo desafio», disse.

«É preciso enfrentar o governo britânico e as outras partes envolvidas no processo para que sejam possíveis as mudanças necessárias e a democracia na ilha», defendeu o líder do IRA, acrescentando: «Venha de onde vier, a violência não deve travar os que trabalham para uma mudança institucional e uma transição na ilha.»

Durante a mesma conferência de imprensa, Gerry Adams exigiu uma investigação internacional sobre a suposta cumplicidade entre o exército britânico e grupos paramilitares protestantes, que assassinaram 15 membros do IRA entre 1987 e 1990.

«É preciso uma investigação internacional totalmente independente. Houve vítimas resultantes directamente da participação dos serviços militares de informação britânicos nos assassinatos perpetrados por lealistas», sustentou.

Na sua última edição, o semanário «The Sunday Telegraph» publicou documentos que implicam agentes dos serviços secretos em mortes de militantes do IRA, indo ao encontro de antigas acusações desta organização republicana.

França Unidos contra a extrema-direita

Foi uma jornada de afirmação. No sábado, milhares e milhares de pessoas saíram para as ruas de Paris para afirmarem a sua rejeição das teses da extrema-direita. Milhares e milhares de pessoas gritaram não ao racismo e à xenofobia. Milhares e milhares de pessoas que manifestaram a sua determinação perante as ameaças à liberdade e à democracia.

Naquela verdadeira maré humana, entre a República e a Nation, passando pela simbólica Praça da Bastilha, jovens, muitos jovens. Um vento de esperança num país onde a Frente Nacional, de Jean-Marie Le Pen, continua perigosamente a avançar no terreno político.

As recentes eleições regionais francesas, que tradicionalmente não passam de um simples escrutínio de transição entre duas eleições nacionais, provocaram em 1998 uma verdadeira tempestade política, após as alianças de uma parte direita democrática com a Frente Nacional.

Alianças reveladoras de um perigo: o de ver a pouco e pouco essa mesma direita ceder perante o discurso simplista, demagógico e perigoso da extrema-direita. Um discurso que vai buscar a sua ideologia em sinistras doutrinas que todos pensavam já relegadas para a noite da História.

A presença de uma delegação portuguesa na grande manifestação de sábado não foi o fruto de um mero acaso. A «preferência

nacional», defendida por Le Pen e os seus amigos, não visa apenas os árabes ou os africanos, mas sim todos os estrangeiros acusados de «roubaram o pão e o trabalho dos franceses».

Daí a necessidade de uma vigilância permanente de todos os trabalhadores portugueses perante as ameaças que pairam num país que é também a pátria dos Direitos Humanos. Daí a sua presença naquela manifestação que foi, antes de mais, uma afirmação de repúdio e de rejeição das teses fascistas defendidas pela Frente Nacional.

Foi uma jornada importante para os camaradas comunistas de Paris que estiveram presentes na manifestação e que participaram depois numa reunião em Bobigny, nos arredores de Paris, consagrada aos direitos da cidadania. Uma reunião de reflexo, rica em ensinamentos e onde foram traçadas as grandes linhas de intervenção do PCP na operação de recenseamento eleitoral que começa esta semana nos consulados portugueses.

Uma ocasião para os militantes de Paris manifestarem a sua determinação em participar activamente num acto que poderá ser o primeiro passo para que, nas próximas legislativas, a comunidade portuguesa possa a vir a ter, na Assembleia da República em Portugal, os dignos defensores dos seus direitos e aspirações.

■ FM

Comunistas vencem na Ucrânia

De acordo com dados preliminares da Comissão Eleitoral Central da Ucrânia, o Partido Comunista venceu as eleições legislativas, realizadas no domingo, com cerca de 35 por cento dos votos. O Rukh (direita nacionalistas) e «Os Verdes» foram os partidos mais votados a seguir aos comunistas. Segundo a Lusa, dos 30 partidos que se candidataram, oito deverão ultrapassar os quatro por cento necessários para ingressarem no Parlamento.

Jornalistas italianos em greve

Os jornalistas italianos estiveram em greve na segunda-feira, em protesto contra a não revogação dos contratos de trabalho e exigindo a adopção de regras para as empresas auxiliares de serviços. Ao mesmo tempo, realizaram-se manifestações em Roma e Milão em solidariedade com os jornalistas que foram despedidos nos últimos anos e «com todos aqueles que correm o risco de perder o emprego devido às políticas empresariais».

Fazendeiros brasileiros contratam pistoleiros

Os proprietários rurais de nove Estados brasileiros anunciaram no início da semana a criação de uma milícia armada, composta por 500 homens, com o fim de fazer frente ao Movimento dos Sem-Terra. O secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo já afirmou que a milícia «é uma organização paramilitar, o que é ilegal», enquanto que os sem-terra consideram que esta iniciativa mostra «o que (os fazendeiros) nunca tinham reconhecido antes: que são assassinos de trabalhadores».

Lula representa alternativa política

«Quero fazer uma campanha que possa mostrar ao povo que é possível construir uma outra alternativa», afirmou recentemente Luís Inácio Lula da Silva, candidato da Esquerda às eleições presidenciais brasileiras. O seu programa passa pela defesa dos sectores económicos nacionais, por uma política de emprego, de educação, de habitação e de saúde e pela reforma agrária. Na ocasião, defendeu que o governo está «efectivamente comprometido com os sectores mais conservadores da sociedade».

Revogação, já!

Mais de uma dezena de milhar de estudantes concentraram-se em S. Bento, numa das maiores manifestações de protesto contra a política de ensino. A exigência de revogação da Lei de Financiamento do ensino superior - revogação, já! - foi gritada a plenos pulmões frente à Assembleia da República. Uma afirmação clara da vontade dos estudantes que o ministro intenta agora reduzir a "concertação" entre forças políticas. Um bem velho argumento, de triste memória.

A manifestação reuniu gente de todo o país, do Minho ao Algarve, passando pela Beira Interior e Alentejo, testemunho de uma generalizada rejeição da lei e de uma mobilização que já ultrapassa largamente a das três grandes academias do país - Lisboa, Porto e Coimbra. Uma acção de massas que se distinguiu também pelo esforço de esclarecimento, que assumiu nomeadamente forma lúdica, com o "Grilo", carregado com as bolas de chumbo e grilhetas dos argumentos do ministro da Educação - do "estudante elegível" às "propinas". Um "Grilo" vaiado, mesmo quando agitou a bandeira da "subida na Acção Social", e finalmente conduzido à gaiola e despedido por milhares de lenços brancos.

A grande concentração de estudantes de todas as regiões,

em Lisboa - ponto alto de todo um processo de mobilização que visa um novo salto na luta contra a Lei do Financiamento - não foi a única acção de protesto estudantil no país.

Com os mesmos objectivos, cerca de quinhentos estudantes da Universidade dos Açores (UA) associaram-se, em Ponta Delgada, ao protesto nacional. Em comunicado divulgado pelos jovens comunistas açorianos, sublinha-se que "as propostas que o governo PS pretende levar à prática não constituem alternativa" à educação no país e responsabilizam-se também os anteriores governos sociais-democratas pelo "estado de degradação intolerável" do ensino.

Também em Santarém, e por decisão da RGA, realizada na Escola Superior Agrária, centenas de estudantes manifestaram-se, dia 24 de Março,

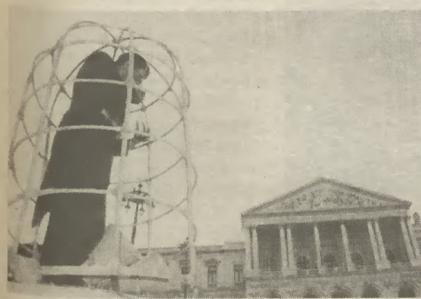
frente ao Governo Civil, pela revogação da Lei de Financiamento.

Os estudantes entregaram ao governador civil um documento com as suas principais reivindicações, incluindo um documento aprovado pela Federação das Escolas Politécnicas, na reunião nacional de 9 de Março realizada em Évora.



Em manifestação

Mais de dez mil estudantes contra Lei de Financiamento



Partir para outras formas de luta

"Esta manifestação, não a consideramos como um ponto de chegada, mas como uma mola impulsadora do movimento." Esta, em síntese, a apreciação mais global da grande manifestação de estudantes de dia 25, nas palavras de Ângelo Alves, dirigente da JCP, ligado ao ensino superior, com quem mantivemos breve conversa.

Um balanço em que assume também particular destaque o trabalho desenvolvido pelos estudantes comunistas.

Ângelo Alves começou por sublinhar, como "os dois traços marcantes da manifestação", o grande trabalho de preparação, o envolvimento dos estudantes ao nível de todo o país, por um lado e, por outro, uma clarificação, perante a opinião pública, de quais são as reivindicações dos estudantes, o que é está de facto em causa, "para que o ministro da Educação não possa reduzir esta luta a um grupelho, que já será um grupelho de dez mil...".

Dois grandes linhas que caracterizam, não apenas a própria manifestação, mas toda a movimentação que a precedeu.

Em causa está, antes do mais, um salto no envolvimento estudantil. "Todo o historial da luta contra as propinas, centrada em algumas alturas em duas ou três academias principais que sempre demonstraram ter uma grande capacidade de mobilização, e todo o movimento que antecedeu esta manifestação, que envolveu milhares e milhares de estudantes, transformou-se num movimento claramente nacional".

Esta nova dimensão, agora assumida pela luta dos estudantes, é particularmente sublinhada por Ângelo Alves que refere o envolvimento de associações que, em processos anteriores, tinham



Ângelo Alves da Comissão Política da JCP

mobilizado poucos ou nenhuns estudantes, "e agora, do norte ao sul, do Minho a Faro, passando pelo interior, todas as associações do ensino superior público, ou quase todas, participaram na mobilização para esta manifestação".

Mobilização nacional que levou à participação de um tão elevado número de estudantes na manifestação de dia 25, "que excedeu largamente os dez mil".

Um êxito tanto mais significativo quanto o ministro tentou levantar sucessivos obstáculos, "homeadamente pressionando os estudantes na altura do boicote, coagindo-os a pagar as propinas, desacelerando um pouco o processo de contestação à lei das propinas, ou afirmando que os dirigentes associativos e os estudantes que contestavam a lei eram um grupelho de perigosos comunistas e esquerdistas que não queriam pagar propinas". Afirmações que criaram algumas dificuldades, entretanto ultrapassadas e de que esta manifestação testemunha o ridículo.

Outra linha muito forte deste grande movimento estudantil foi "deitar por terra os argumentos que o governo vinha trazendo a público", reduzindo a luta à questão das propinas.

Na acção de esclarecimento que tem acompanhado todo este processo, "os estudantes provaram, com exemplos concretos, como o orçamento de Estado ou a falta de regulamentação de uma série de artigos referentes à lei do Financiamento, que as propinas são a ponta do iceberg - e o iceberg é a desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento do ensino superior e a progressiva privatização do sistema público do ensino superior".

Em todo este processo ganha relevo o trabalho desenvolvido pela JCP, em particular nas associações com menor capacidade de mobilização, "quer inserindo-se no trabalho de mobilização, quer pela coerência das posições que foi defendendo e que culminou com a apresentação da nossa proposta de projecto de lei na Assembleia da República".

Um papel reconhecido pelos estudantes. É significativo, sublinha Ângelo Alves, que, "quando os nossos deputados desceram as escadarias da Assembleia da República, foram aplaudidos pelos estudantes que estavam na manifestação".

A envergadura assumida pela manifestação de dia 25 abre, naturalmente, novas perspectivas à luta estudantil. "Aqui que se exige neste momento - depois desta manifestação de força e de razão - é a revogação da lei".

Um exigência que o ministro parece querer continuar a ignorar. "Se tal acontecer, certamente se irá partir para outras formas de luta", sublinha Ângelo Alves. "Neste momento há uma grande reflexão interna no movimento associativo, e já se falou numa semana nacional de protesto, que incluíse também os professores." Com uma preocupação permanente - "de se poder garantir, acima de tudo, a unidade".

Estado não pode alienar responsabilidades

• Depoimento de António Filipe

1 - As iniciativas do PCP em matéria de financiamento do ensino superior assentam numa ideia central: a de que é indispensável encontrar uma saída política para a crise que está instalada com a obstinação do Governo em fazer aplicar, a qualquer preço, a lei de financiamento aprovada na Assembleia da República, por proposta sua.

A crise está instalada porque a realidade já demonstrou que esta lei não serve. Trata-se afinal de uma lei que expressa a preocupação obsessiva do Governo em aumentar as propinas e que não contribui para resolver nenhum dos problemas do ensino superior. Não contribui para melhorar a qualidade do ensino, não corresponde às aspirações, nem dos estudantes, nem dos docentes, nem das próprias instituições, não representa qualquer acréscimo de investimento público no ensino superior, e consagra uma concepção perversa e minimalista da acção social escolar.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou três iniciativas no sentido de superar a crise existente: propõe, em primeiro lugar, que a Assembleia da República reabra o debate sobre o financiamento do ensino superior público e sobre a acção social escolar em bases sérias. Isto é, um debate que não seja um mero simulacro para dar uma aparência de legitimidade às medidas que o Governo pretende impor, mas que conte com a participação dos estudantes, dos docentes, das suas organizações representativas e das próprias instituições académicas, e que, fundamentalmente, tenha em conta as suas opiniões.

Por outro lado, o PCP entendeu dever apresentar desde já as suas propostas sobre a matéria. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar entregou na Mesa da Assembleia da República projectos de lei quadro do financiamento e da acção social escolar no ensino superior. Estas iniciativas incluem, como é evidente, a revogação da actual lei de financiamento do ensino superior. Essa revogação, reivindicada pela generalidade do movimento estudantil, é um pressuposto indispensável para a encontrar uma saída para a grave situação que o Governo, com o apoio dos partidos de direita, criou ao ensino superior público.

Os projectos de lei do PCP assumem a ideia fundamental de que o Estado não pode alienar as suas responsabilidades no desenvolvimento do sistema de ensino superior público, devendo para isso assegurar o seu financiamento em termos suficientes e adequados, e de que o



António Filipe, deputado do PCP

desenvolvimento do sistema, indispensável para o próprio desenvolvimento nacional, implica uma elevação significativa dos níveis de qualidade e das taxas de acesso ao ensino superior incompatíveis com o actual sistema de "numeros clausus" e com a mercantilização crescente do ensino superior a que temos vindo a assistir. Por outro lado, a elevação das taxas de acesso ao ensino superior é inseparável de uma política de acção social escolar que a promova e que elimine os obstáculos de natureza económica à frequência do ensino superior.

2 - A manifestação de 25 de Março em frente à Assembleia da República, que foi até à data a expressão culminante de uma luta que de há vários meses tem vindo a crescer em todo o país contra a actual lei de financiamento do ensino superior, foi uma extraordinária e elucidativa demonstração da capacidade de intervenção do movimento estudantil e do enorme coro de protesto que a política do Governo para o ensino superior tem vindo a suscitar.

A recepção calorosa que os manifestantes dispensaram à delegação do Grupo Parlamentar do PCP que se lhes dirigiu - e foi o único Grupo Parlamentar que o fez - foi muito significativa e, do nosso ponto de vista, gratificante. As posições que todos os partidos têm tomado nesta matéria são conhecidas. Com o PS a defender hoje no Governo o que combatia quando era oposição; com o PSD e o PP fiéis às políticas neoliberais que sempre defenderam, de elitização e mercantilização do ensino superior; os estudantes reconhecem no PCP o único partido que, coerentemente, luta por um sistema de ensino superior mais desenvolvido, de melhor qualidade e socialmente mais justo, com que a própria luta estudantil se identifica. Os estudantes sabem que podem contar com o PCP e não hesitaram, honestamente, em afirmá-lo.

JCP saúda estudantes em luta

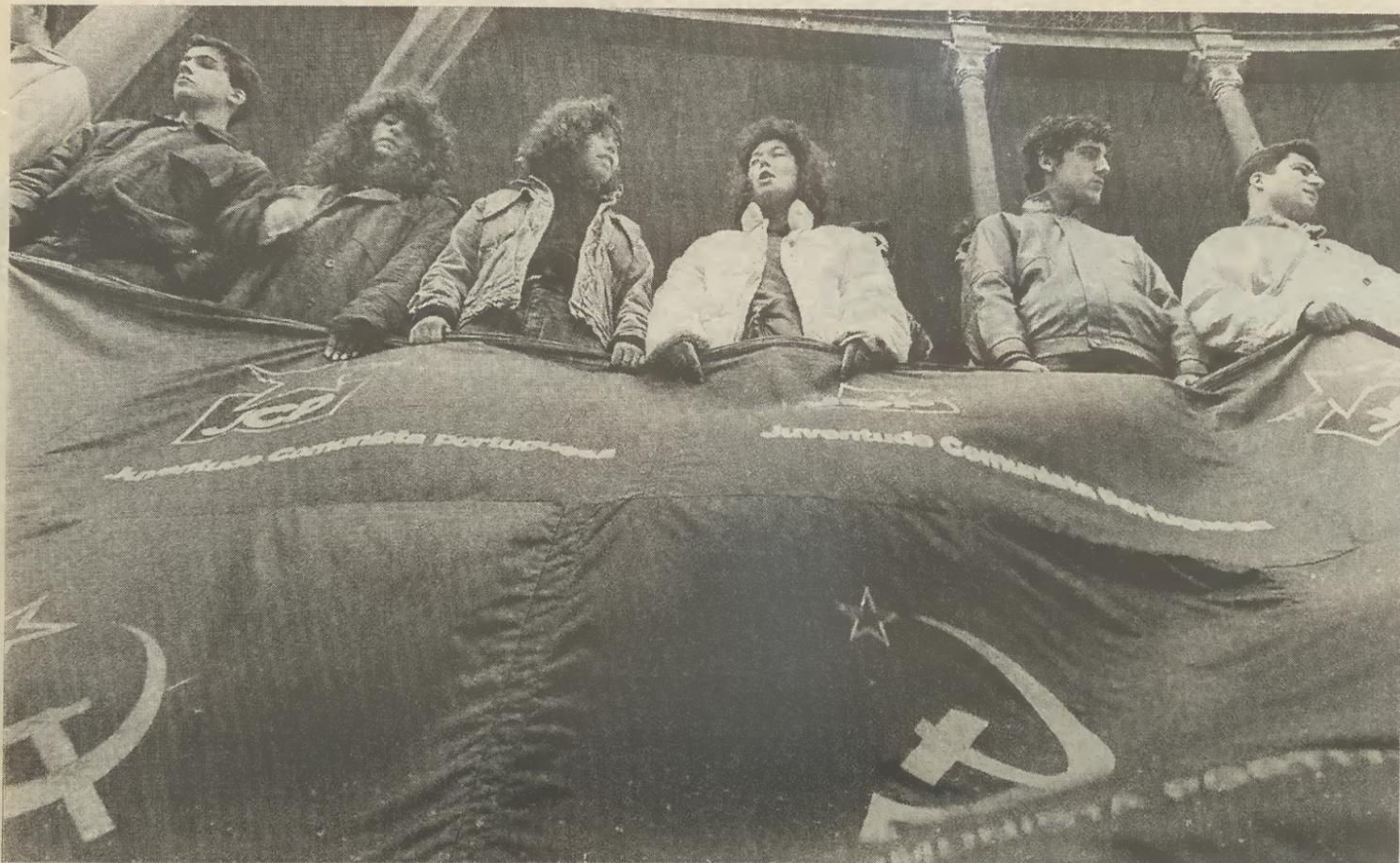
"No dia em que milhares de estudantes do Ensino Superior de todo o país descem às ruas de Lisboa, para uma vez mais demonstrarem a sua oposição contra o estado em que se encontra o ensino superior e à sua actual lei de financiamento, a Juventude Comunista Portuguesa saúda todos os estudantes e a sua luta", afirma-se em comunicado da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP, divulgado dia 25.

Os jovens comunistas sublinham a forte adesão estudantil nestas acções de luta como "prova de que os estudantes estão unidos na sua luta e que o Governo PS e o seu Ministro da Educação Marçal Grilo não podem prosseguir na sua já tradicional postura autista, ignorando a realidade - o Ensino Superior está em luta".

Desmontando os objectivos fundamentais da actual lei de financiamento, a JCP reafirma que a lei tem que ser revogada e substituída por outra que "não implique um aumento das já muito elevadas participações das famílias no financiamento do Ensino Superior".

Neste sentido, "o Grupo Parlamentar do PCP avançou com um conjunto de iniciativas parlamentares que satisfazem estas necessidades".





■ EDGAR
CORREIA

Membro da
Comissão Política

Os trabalhos dos comunistas

Num quadro marcado pela aceleração do processo privatizador e pela adesão de Portugal, a curto prazo, à moeda única, com todas as suas consequências; consumados importantes passos do acordo que tem ligado o PS e o PSD desde a revisão da Constituição e já agendado o próximo objectivo, a alteração do sistema eleitoral, de modo a favorecer a bipolarização entre os dois partidos; a vida nacional está a entrar rapidamente numa nova fase, marcada pela aproximação das eleições europeias e legislativas previstas para o próximo ano e pelo reposicionamento estratégico que elas determinam em todas as forças políticas.

Pela parte das forças da direita, PSD e PP, a sua estratégia está já clara. Apoio às políticas do governo que correspondem, em pontos essenciais, às suas próprias orientações. Em simultâneo com a concretização de passos no sentido do reagrupamento de um bloco de forças à direita e com o esforço de capitalização, à direita, do descontentamento e da frustração que alastram em sectores sociais muito amplos.

A iniciativa da chamada "alternativa democrática" que o líder do PSD apresentou publicamente para ser aprovada no próximo congresso do seu partido, "baseada num amplo movimento popular, democrático e reformista, aberto a forças políticas e sociais que concordem na ampliação e no aprofundamento dos objectivos estratégicos do PSD e, em qualquer caso, com ele convirjam", mostra, de forma expressiva, como está a ser concretizada essa estratégia da direita. E o apelo patético dirigido por Paulo Portas aos congressistas da Juventude Popular, no último fim-de-semana, para que "estejam onde estão os doentes", "consolem os mais velhos", "acompanhem os excluídos", "atendam os marginalizados", e "pacifiquem os desavindos", é suficiente para antecipar o tipo de caminhos que o populismo da extrema-direita se prepara para palmilhar no nosso país.

Quanto ao PS, sendo evidente que não chegou ainda a hora de assumir abertamente o seu plano hegemónico e de proclamar o objectivo da maioria absoluta nas legislativas, tal não significa que a actividade do governo não esteja neste momento a ser já orientada para a concretização metódica desse propósito.

Também não é arriscado prever que chegará o momento em que os dirigentes do PS aparecerão a esbater o significado das convergências e acordos que realizaram nos últimos anos com o PSD e com o PP e a acenar com o perigo do "regresso da direita ao poder", com o propósito de aprisionarem eleitores de esquerda ao voto na continuidade do actual governo monocolor e da sua política.

É neste quadro e circunstâncias que as cinco linhas fundamentais para a intervenção política do PCP estabelecidas na última reunião do Comité Central, realizada há pouco mais de um mês, assumem uma particular importância e oportunidade.

Linhas em que se afirma a natural necessidade de prosseguir a afirmação do PCP como oposição de esquerda, combativa, consequente e responsável. Em que se promove a defesa activa de uma política de desenvolvimento e de emprego, com direitos, com

esquerda e de um projecto de esquerda que suporte a perspectiva, a possibilidade e a luta pela concretização de um novo rumo democrático para o nosso país.

Projecto de esquerda e de poder

Os comunistas abordam assim a fase de intensificação da vida política e social em que o país já entrou com rigor de análise e com uma orientação estratégica clara e audaz.

Análise e orientação estratégica em que está presente a consciência de dificuldades objectivas e subjectivas e das acrescidas e incontornáveis exigências que fazemos ao nosso trabalho para uma afirmação partidária bem sucedida, no quadro das profundas mudanças e das complexas contradições que marcam a realidade da sociedade portuguesa. Mas em que é também reconhecido e valorizado o aparecimento de renovadas possibilidades de intervenção, à esquerda, dos comunistas e de outros sectores e sensibilidades políticas, mobilizadoras e envolventes de forças sociais e culturais diversas, abertas à participação directa dos próprios cidadãos.

Possibilidades de intervenção que têm a ver com a consciência da necessidade e que recolocam a possibilidade e a importância, da criação de condições para uma inflexão, no sentido da esquerda, do rumo político nacional.

Do que se trata, para os comunistas, a par da reforçada participação em toda a dinâmica social - com destaque para os trabalhadores e para a juventude -, e da natural afirmação da voz própria do seu Partido, é o de conseguirem abrir-se mais profundamente à sociedade e ao contacto com outras forças, posicionamentos, ideias e aspirações, que se manifestam criticamente em relação às ori-

uma justa repartição do rendimento nacional e a defesa e preservação do ambiente e se sustenta a indispensável realização de reformas democráticas na área da educação, saúde e segurança social. Em que se ergue a luta por um novo rumo para a construção europeia. E em que se assume, de forma empenhada, a contribuição do PCP para a afirmação de uma

igualmente percorrida sem a participação activa do PCP e sem o reforço objectivo da sua influência, social, política e eleitoral, na vida do país.

Novo impulso

Involgar, certamente, mas inteiramente justificado por indicações de dificuldades e por preocupações com a situação partidária, e pelos complexos e exigentes desafios a que os comunistas estão imperativamente chamados a dar resposta neste e no próximo ano, que o Comité Central na sua reunião de Fevereiro tenha proposto a todos os militantes e organizações o desenvolvimento de um vasto movimento de reflexão, debate, tomada de decisões e adopção de medidas, visando dar um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido.

É clara a interligação profunda existente entre a organização, o seu funcionamento e estilo de trabalho, a sua renovação e rejuvenescimento, a participação activa e inovadora dos comunistas em toda a vida partidária, e a capacidade de concretização de linhas de intervenção social e política do Partido ajustadas à realidade e determinantes para o reforço da sua influência nos processos reais que se desenvolvem no seio da sociedade portuguesa.

Desmentindo, pela inteligência e pela acção, os abutres do declínio irreversível do PCP; desgostando adversários que queriam ver o partido comunista reduzido ao papel (impotente) de "consciência crítica" do governo e ausente do combate democrático pelo poder; trabalhando para vencer atrasos e para corrigir insuficiências e erros; esclarecendo criticamente concepções que

ao desligarem e desintegrarem a intervenção social e política, conduzem à desvalorização e ao enfraquecimento do papel político que constitui a essência do combate do Partido; conjugando a intervenção de massas, a acção institucional e a intervenção política directa do Partido de acordo com a provada experiência existente; os comunistas portugueses não têm apenas um importante património político e ideológico a defender, têm um futuro pela frente a construir, com os trabalhadores, com as

juvens gerações, com o povo português. Os trabalhos dos comunistas são trabalhosos. Porque como há 150 anos, no impulso inicial dado pelo *Manifesto*, não nos conformamos com o que existe. Para que aquilo que não é ainda possível hoje se transforme amanhã em realidade.

Pela parte das forças da direita, PSD e PP, a sua estratégia está já clara. Apoio às políticas do governo que correspondem, em pontos essenciais, às suas próprias orientações.

Há 25 anos no caminho da liberdade

Foi há 25 anos. Em Aveiro. De 4 a 8 de Abril. O III Congresso da Oposição Democrática, que marcou o caminho para a liberdade e a democracia.



■ Lino de Carvalho

Na declaração final do Congresso pode ler-se: "Os milhares de democratas - reunidos em Aveiro - têm a consciência de que esta reunião - a que o Governo foi obrigado por pressão das condições internas e para tentar melhorar a sua imagem internacional - constitui uma grande vitória das forças democráticas. A longa mobilização de democratas efectuada em todo o País em torno da organização dos trabalhos, da elaboração das teses e do debate dos problemas apresentados, veio no seguimento da movimentação democrática crescente, ao mesmo tempo que traduz o descontentamento cada vez maior da população portuguesa em face do constante agravamento dos problemas fundamentais do País."

Como objectivos imediatos, o Congresso definiu a luta pelo fim da guerra colonial, a luta contra o poder absoluto do capital monopolista, a conquista das liberdades democráticas.

Nestes dois parágrafos da declaração final estão traduzidos os aspectos centrais do Congresso: a mobilização popular e a luta por um regime de liberdade, e ajudam a compreender também muitos aspectos programáticos retomados um ano depois nos textos do MFA e na luta do Portugal de Abril, que não nasceram por geração espontânea ou por uma aceleração artificial da história mas na continuidade de um processo de exigência e de luta com origem nos movimentos democráticos da oposição à ditadura e nas suas diversas componentes.

Mais de 4000 Congressistas convergiram de todo o País para uma cidade de Aveiro cercada pela polícia de choque, pela GNR e pela PIDE. Havia obviamente um clima de forte tensão e expectativa mas respirava-se simultaneamente um ambiente de forte solidariedade e empenhamento numa iniciativa que, todos tinham consciência disso, era um momento alto no combate pela democracia e contra o fascismo. A ditadura também tinha consciência disso, o que explica a mobilização, sem precedentes, das forças repressivas e o desencadeamento, antes, durante e depois do Congresso, de múltiplas provocações, intimidações e perseguições.

A preparação do Congresso assentou, durante meses, em centenas de reuniões pelo País fora, na constituição de amplas Comissões Distritais, Grupos de Trabalho, Comissões Coordenadoras e uma Comissão Nacional com cerca de 500 elementos de todas as zonas do País.

Na definição dos contornos e objectivos do Congresso, na sua preparação e na mobilização popular, o PCP, em duras condições de clandestinidade, teve um papel determinante. Percorrendo a lista da Comissão Nacional é fácil depararmos com quadros comunistas hoje largamente conhecidos, como é o caso do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Mas o movimento vinha de trás. As elei-

ções de 1969 tinham marcado um ponto de viragem e de ruptura com uma certa concepção conspirativa, fechada e reduzida a um grupo de personalidades que até então marcava a intervenção tradicional da chamada oposição democrática ao regime fascista.

A constituição de Comissões Eleitorais (CDE's) por todo o País, forçando a abertura de sedes e mobilizando milhares de democratas, introduziu uma nova dinâmica popular, de unidade na acção e de convergência democrática na organização e na luta pela liberdade. Método que desaguou no 3º Congresso da Oposição Democrática traduzido na elaboração de 169 teses das quais 67 eram colectivas. E se encontramos entre os autores das teses grandes vultos da democracia e da intelectualidade, muitos dos quais destacadas figuras da vida pública no Portugal de Abril também lá encontramos teses elaboradas por operários, camponeses, jovens, mulheres numa imensa mobilização popular que, aliás, constituiu o principal fermento da luta contra a ditadura que haveria de conduzir, cerca de um ano depois, ao 25 de Abril.

As teses apresentadas ao Congresso, os vivos debates que ocorreram, as conclusões aprovadas, percorreram todos os temas importantes, à época, da sociedade portu-

so. A imprensa nacional - embora a muito custo e com as notícias muito mutiladas - e a imprensa internacional fizeram-se eco do acontecimento.

A brutal repressão desencadeada contra a concentração e a romagem à campá de Mário Sacramento na manhã de 8 de Abril de 1973, de que resultaram mais de 70 feridos, foi a expressão do pânico que o Congresso provocou no regime mas também do seu enorme êxito. 25 anos depois recordo a solidariedade do povo de Aveiro, abrindo-nos espontaneamente as portas das suas casas para nos abrigarmos das cargas policiais, dos bastões e dos cães-polícias. Mas o clima de intimidação e perseguição e a repressão contra o Congresso tinham começado muitos dias antes: prisões de quem colocava cartazes a anunciar o Congresso; proibição de sessões de trabalho preparatórias; encerramento do parque de campismo de Aveiro; retenção dos comboios e camionetas que transportavam os congressistas, múltiplas operações stop. Aveiro foi cercada.

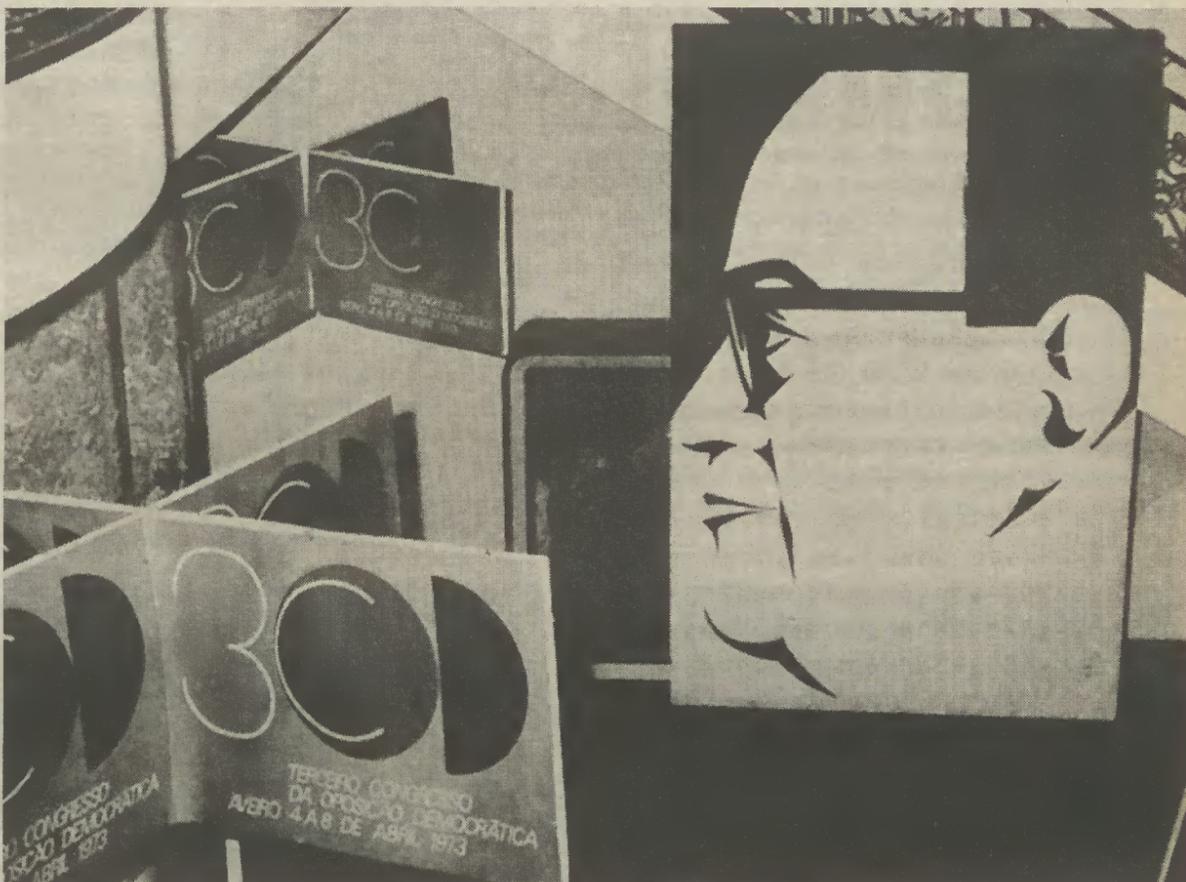
Mas tudo em vão. A pé, percorrendo quilómetros ou à boleia o cerco foi furado e milhares de democratas, grande parte dos quais jovens, chegaram às ruas da cidade e superlotaram o Teatro Avenida.

Esta imensa mobilização não se limitava

Como foi possível a mobilização e o êxito do Congresso? Não significaria que o regime se estava a democratizar, como proclamava à época a chamada "ala liberal"? Não era o Congresso, como afirmavam outros, uma concessão do regime que poderia conduzir ao branqueamento da ditadura e que poderia aparecer aos olhos do mundo como um regime de liberdade onde a oposição até podia realizar as suas iniciativas?

A vida provou que aqueles, como os comunistas, que sempre se bateram pela realização do Congresso tinham razão. O Congresso realizou-se e foi um êxito porque o fascismo não teve forças para conter o imenso movimento democrático e popular que crescia no País desde as eleições de 1969. A repressão que se abateu sobre o Congresso foi a prova de que o regime não se estava a abrir. Contribuiu para o isolamento internacional da ditadura e para o caminho que abriu as portas do 25 de Abril.

O Congresso só foi, entretanto, possível com um amplo entendimento e forte empenhamento das diferentes componentes das forças democráticas com especial relevo para os comunistas, os socialistas e os então chamados católicos progressistas que, com base num intenso diálogo, juntos



guesa. Questão central, presente em quase todas as secções, a exigência do fim do regime fascista e da guerra colonial, a liberdade de reunião, de associação, de expressão. Mas também as questões laborais e os direitos dos trabalhadores, o desenvolvimento global do País, o desenvolvimento regional e local, a situação da juventude, as questões da educação, do desporto e da cultura, a segurança, a saúde e até o urbanismo e a habitação, teses que só por si pressupõem um imenso trabalho de preparação prévia.

Apesar da censura e da repressão a ditadura não foi capaz de silenciar o Congres-

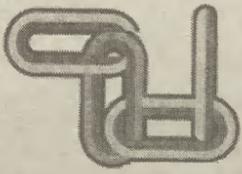
contudo ao Congresso. Na clandestinidade, o PCP conduzia dezenas de pequenas e grandes lutas nas fábricas, nos campos, entre a juventude. Na Universidade (por exemplo, na Faculdade de Economia do Porto) cresciam as greves. Nas Forças Armadas desenvolvia-se um largo movimento de consciência democrática entre os militares.

Quando alguns pretendem reescrever a história, branqueando o fascismo e omitindo ou reduzindo ao máximo o papel do PCP é oportuno lembrar, designadamente para as jovens gerações, o 3º Congresso de Oposição Democrática e tudo quanto o rodeou.

caminharam depois para as eleições de 1973.

25 anos depois, recordando convergências e entendimentos e sem querer fazer extrapolações despropositadas, é caso para perguntar: quantos temas existem hoje, neste final do século e em democracia, que aguardam e reclamam novos entendimentos (mas entendimentos leais) à esquerda dando corpo ao apelo final da carta-testamento de Mário Sacramento, citada na intervenção de encerramento do Congresso pelo Prof. Lindley Cintra: "Façam um mundo melhor, ouviram? Não me obriguem a voltar cá."

**Há 25 anos,
em Aveiro,
o 3º Congresso
da Oposição
Democrática**



**3º CONGRESSO
DA OPOSIÇÃO
DEMOCRÁTICA**

Unidade na acção rumo à conquista

No próximo sábado, 4 de Abril, completam-se 25 anos sobre o início, em Aveiro, dos trabalhos do 3º Congresso da Oposição Democrática que, com uma contribuição determinante do PCP e dos comunistas portugueses, constituiu um importante marco na luta contra a ditadura fascista e exerceu uma considerável influência no desenvolvimento do processo político que haveria de culminar com o derrubamento do fascismo e a conquista da liberdade, um ano depois, em 25 de Abril de 1974.

O grande número de democratas participantes nas estruturas de preparação, organização e direcção do Congresso; as duas centenas de teses apresentadas, muitas delas de elaboração colectiva, abordando os mais prementes problemas sociais, económicos e políticos do país; os milhares de participantes nas sessões do Congresso ou que afluíram a Aveiro para os actos do último dia, com destaque para a activa participação de jovens antifascistas - atestaram a grande, dinâmica e massiva mobilização democrática em que o Congresso assentou e na qual, em grande medida, colheu a combatividade e a firmeza política afirmadas naquela jornada.

Por outro lado, o 3º Congresso da Oposição Democrática representou um importante passo na unidade na acção das principais forças e sectores democráticos (comunistas, socialistas, católicos progressistas) em torno de orientações, análises, objectivos programáticos e grandes direcções de acção e intervenção combativa contra a ditadura fascista que marcaram uma superação clara das hesitações e concepções erróneas que alguns sectores antifascistas (principalmente a corrente integrada na Acção Socialista Portuguesa) tinham perfilhado aquando da substituição de Salazar por Marcelo Caetano.

O 3º Congresso de Aveiro, ao mesmo tempo, representou também uma incontornável demonstração do acerto da orientação de fortalecer o movimento democrático na base dos seus objectivos próprios e da sua ligação às massas e aos trabalhadores, e da exploração de todas as possibilidades de intervenção



A sessão inaugural do Congresso, com Álvaro Selça Neves no uso da palavra. A seu lado, uma cadeira vazia assinala o lugar de Presidente que deveria pertencer ao prof. Rui Luís Gomes, exilado no Brasil

aberta e de conquista de novos espaços de actuação pública forçando a legalidade fascista. Assim rejeitando quer o aprisionamento do movimento democrático nas estreitas malhas daquela legalidade quer a sua clan-

destinação que era defendida por grupos e correntes esquerdistas.

Se outras experiências precedentes na história da luta antifascista não existissem - e a verdade é que sobravam -, poder-se-ia dizer que toda a trajetória de luta e percurso combativo do movimento da oposição democrática entre o 3º Congresso de Aveiro em Abril de 1973 e o 25 de Abril de 1974 - que inclui essa grande batalha política da intervenção na farsa eleitoral de Outubro de 73 - aí estaria para evidenciar a justeza daquela orientação.

É que, além de tudo o mais, foi com ela que se procedeu a um amplo desmascaramento da demagogia caetanista, se fortaleceu a base de massas da oposição ao fascismo e se propiciou

a experiência política de milhares de quadros que viriam a dar uma contribuição determinante para a revolução democrática e para as tarefas de democratização da vida nacional, após o derube da ditadura.

Para além da reflexão sobre os problemas nacionais a que procedeu, das importantes orientações que aprovou e dos relevantes objectivos da luta democrática que fixou (com destaque para o fim da guerra colonial, a luta contra o poder absoluto do capital monopolista e a conquista das liberdades democráticas), o 3º Congresso da Oposição Democrática constituiu uma corajosa jornada de luta contra o fascismo que, só por si, mostrou o esquematismo e a falta de razão dos segmentos oposicionistas que argumentavam de que a sua realização só iria servir para melhorar a imagem externa e interna do regime fascista.

**O 3º COD
na primeira
página do
"Avante!"
de Maio
de 1973**



Com efeito, talvez se possa dizer que a atitude de firme combate e enfrentamento da repressão fascista que, no próprio decurso da sua realização, o Congresso adoptou, representaram um golpe final nos últimos resquícios da «demagogia liberalizante» de Marcelo Caetano e puseram de novo em evidência, no plano nacional e internacional, a cruel natureza repressiva e antidemocrática do regime.

Receosas da mobilização popular em torno do Congresso, o governo e as autoridades fascistas proibiram a romagem ao túmulo de Mário Sacramento (prestigiado intelectual comunista que tinha sido o impulsor dos 1º e 2º Congressos, reali-

zados, respectivamente, em 1957 e 1969). Mas a Comissão Nacional do Congresso decidiu realizá-la na mesma

O começo da carga da Polícia de Choque sobre a manifestação

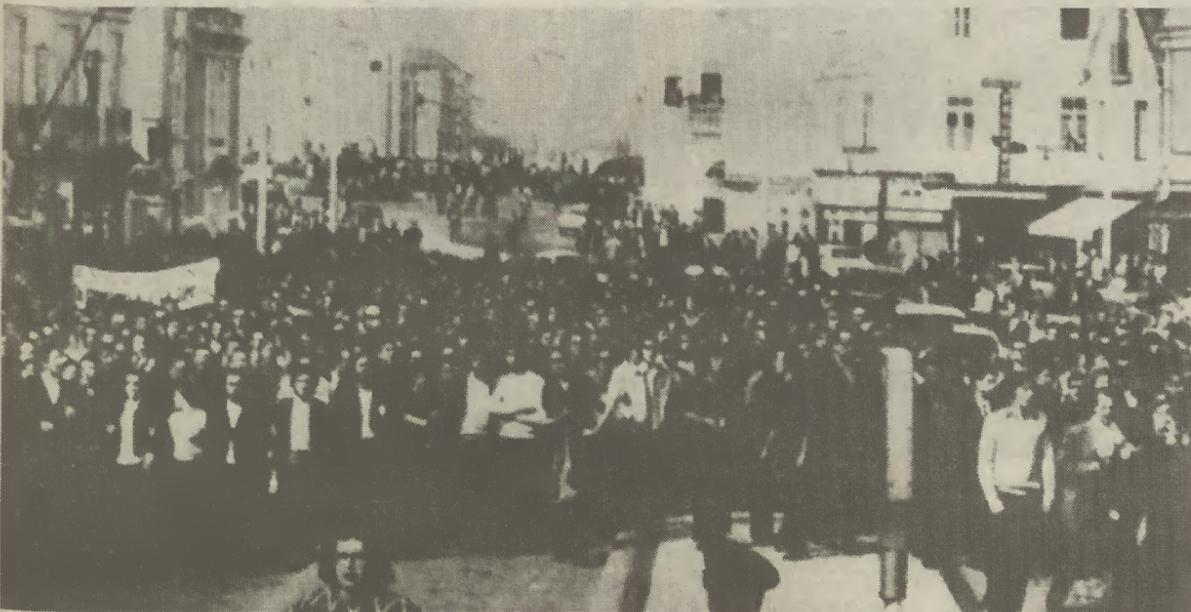
■ Vítor Dias

da liberdade

com a concentração e desfile na Avenida Lourenço Peixinho em que participaram milhares de democratas e sobre a qual foi desencadeada uma brutal carga da polícia de choque. Uma espécie de «cordão sanitário» foi montado à volta da cidade de Aveiro, no quadro do que uma nota do Governador Civil chamou expressamente de «providências para evitar o

cismo, a evocação do 3º Congresso da Oposição Democrática(*) é uma boa oportunidade para reavivar o que foi o fascismo, para lembrar merecidamente todos os que participaram ou contribuíram para este acontecimento que deu uma tão marcante impulso para a vitória da causa da liberdade e da democracia e no qual, em diálogo leal, sério e responsável com outras correntes antifascistas, o PCP e os comunistas portugueses tiveram um papel fundamental de que legitimamente se podem orgulhar.

(*) Sobre as características e significado do 3º Congresso de Aveiro, ver também artigo de Lino de Carvalho, neste número do «Avante!»



Desafiando a proibição do Governo, a manifestação na Av. Lourenço Peixinho

acesso à cidade» de «milhares de pessoas». As «providências» envolveram desde o encerramento do parque de campismo da cidade até à intercepção de todas as vias de acesso a Aveiro, com identificação de automobilistas e passageiros de camionetas alugadas e ordens para voltarem para trás, passando pela paragem de duas horas do rápido Lisboa-Porto, em Avanca.

Num tempo de tanta e tão desavergonhada reescrita da história e de tanta e tão chocante maquilhagem do fas-

Sábado: jantar de confraternização e outros actos evocativos em Aveiro

Por iniciativa de membros da antiga Comissão Executiva, realizam-se no próximo sábado, em Aveiro, diversos actos evocativos do 3º C.O.D., com destaque para uma sessão solene, presidida pelo Presidente da República, às 17.30 horas, no Centro Cultural e de Congressos e, às 20 horas, um jantar de confraternização no Restaurante «Olaria», anexo àquele Centro Cultural. As inscrições para o jantar, excepcionalmente ainda podem ser feitas durante o dia de hoje, quinta-feira, 2, pelo telefone (034) 234 59 ou pelo fax (034) 25 397.

Evocação do 3.º Congresso da Oposição Democrática na Internet

A página do PCP na Internet (<http://www.pcp.pt>) assinala a passagem do 25º aniversário do 3º C.O.D., colocando à disposição de todos os interessados um vasto conjunto de elementos informativos sobre o Congresso e sobre o contexto político da sua realização.

Assim, desde segunda-feira passada que estão disponíveis para consulta, na página do PCP, designadamente os objectivos, órgãos, programa e secções do Congresso; a lista dos membros das suas Comissão Nacional, Comissão Executiva e

Comissões Coordenadoras de Temáticas; a lista das Teses apresentadas ao Congresso; os textos integrais das conclusões da secção respeitante à situação política e da Declaração Final do Congresso; uma mesa-redonda publicada na «Seara Nova» de balanço do Congresso; textos do «Avante!» sobre o Congresso e bem assim como elementos indispensáveis para o conhecimento da orientação do PCP e da situação política anterior e posterior ao Congresso, comunicados do PCP de Março e de Maio de 1973.

A Declaração Final do Congresso

Uma orientação clara, uma atitude combativa

1) – Os milhares de democratas presentes no III Congresso da Oposição Democrática, reunido em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, têm a consciência de que esta reunião – a que o Governo foi obrigado por pressão das condições internas e para tentar melhorar a sua imagem internacional – constituiu uma grande vitória das forças democráticas. A larga mobilização de democratas efectuada em todo o País em torno da organização dos trabalhos, da elaboração das teses e do debate dos problemas apresentados, veio no seguimento da movimentação democrática crescente, ao mesmo

tempo que traz o descontentamento cada vez maior da população portuguesa em face do constante agravamento dos problemas fundamentais do País.

2) – Manifestam os democratas em Congresso o seu firme e veemente protesto contra as múltiplas acções repressivas com que o

Governo procurou intimidar, dificultar e impedir a sequência dos trabalhos. Tais acções vão desde as prisões de numerosos democratas quando em vários pontos do país colavam cartazes do Congresso, à proibição de sessões de trabalho preparatórias, desde o corte sistemático de notícias sobre o Congresso pela Censura, ao encerramento do parque de campismo em Aveiro para evitar o alojamento das camadas trabalhadoras e da juventude estudantil; desde a retenção de excursões do «rápido» em Avanca para identificação dos passageiros – tornando Aveiro uma cidade cercada – à criação de um clima de inquietação, propalando notícias falsas sobre pseudoviolências em Aveiro e tudo culminando com a ferocidade com que as forças policiais atacaram a romagem dos democratas à campa de Mário Sacramento na manhã de domingo 8 de Abril, causando feridos. Reconhecendo ser a violência um direito dos oprimidos, o Congresso pretende que o exercício da violência pelas autoridades contra o povo pacífico e indefeso toma o nome de desumanidade e brutalidade.

3) – Realiza-se o Congresso num momento em que os problemas do povo português são cada vez mais graves e se verifica a total incapacidade das forças dominantes para os resolver.

Doze anos de guerra colonial representam um crime contra a Humanidade pela destruição de populações e culturas africanas e um sacrifício absurdo que tem sangrado o país em vidas e recursos, constituindo profunda causa de

depressão das energias morais de um povo que precisa de as mobilizar para a construção do futuro.

O crescente domínio do capital monopolista internacional e nacional agrava pesadamente as condições de trabalho e de vida das massas trabalhadoras, transfere para essas massas trabalhadoras o custo da inflação e das pseudo-medidas para a debelar, reduz ainda mais os direitos sindicais, transformando-os em meros simulacros, esconde a sua incapacidade para responder aos problemas e exigências reais com a proclamação de projectos de ensino, habitação, saúde e segurança social que nada resolvem e deixam intactas as verdadeiras causas da gravíssima situação de carência em todos esses domínios.

O agravamento das contradições internas do regime e a limitação da sua base política de apoio tem levado o Governo, como resposta a essa agudização, a acentuar a escalada repressiva em todos os aspectos e sectores da vida nacional, criando uma situação em que para se ser acusado de subversão e receber os golpes de um poder que não conhece limites é suficiente tomar consciência dos problemas do país e legitimamente procurar-lhes caminhos de solução.

4) – Perante este quadro, que foi pormenorizadamente analisado por cerca de duas centenas de teses e comunicações e em vinte e cinco longas e largamente participadas sessões de trabalho, os democratas presentes no III Congresso da Oposição Democrática concluem que os objectivos imediatos, possíveis de atingir através da acção unida das forças democráticas, são:

- Fim da guerra colonial;
- Luta contra o poder absoluto do capital monopolista;
- Conquista das liberdades democráticas.

A luta por objectivos parciais e imediatos, sendo nas actuais condições amplamente mobilizadora, não deve, no entanto, fazer-nos esquecer o objectivo final da conquista do socialismo, o qual é indispensável para a construção de uma sociedade justa e digna.

5) – Perante a expansão das forças democráticas e a sua crescente projecção no povo português, perante a radical oposição entre o movimento democrático e o regime na análise e nas linhas de solução dos problemas fundamentais do país, não resta outra alternativa ao Governo a não ser a repressão total da movimentação democrática ou o reconhecimento da realidade política nacional.

O primeiro caminho, além de ferir os direitos elementares de qualquer povo, revelar-se-ia inoperante como a experiência histórica demonstra.

Por isso, deve ser igualmente objectivo imediato de acção a conquista do reconhecimento da organização democrática e da sua plena liberdade de actuação.

(Aprovada por aclamação na sessão de encerramento)

Património cultural português

O inventário adiado

O Inventário do Património Cultural é uma das maiores lacunas do relatório Intercalar, proposta de lei de bases do Património Cultural que o Ministério da Cultura lançou para discussão pública em meados de Março - considera a Célula do Património Cultural e Natural do Sector Intelectual da ORL, que divulgou na semana passada uma primeira análise do documento.

Os comunistas começam por sublinhar que o tempo designado para debate é demasiado curto para a importância do assunto e estranham que o documento tenha sido ocultado pelo Ministério durante dois meses. De facto, as duzentas páginas que contêm «uma série de princípios globalmente positivos» visam preparar o âmbito em que se virá a actualizar e regulamentar, proxima-mente, a Lei-Quadro nº 13/85.

Face à evidência de que as «intenções presentes apontam de novo, de forma mais ou menos encapotada para o adiamento do Inventário do Património Cultural», a Célula chama a atenção para este instrumento considerando-o como «base indissociável para assegurar a eficiência de qualquer Lei de Bases provida de futuro». Esta posição é fundamentada com rigor no documento do qual publicamos os extractos mais significativos.

Promessa adiada

O inventário do património português (sobretudo o dos bens móveis mas susceptíveis de degradação, extraviado e rapina) tem sido razão de promessas sempre adiadas. Todavia, é um instrumento insubstituível de controlo das existências, salvaguarda dos bens (estatais ou privados), e combate ao comércio clandestino de obras de arte e à mercantilização da cultura. Em suma, legítima a defesa da nossa memória colectiva, o mesmo é dizer, da nossa independência como nação.

Sem ele, a verdade é que não faz sentido o Ministério da Cultura criar uma nova Lei-Quadro do Património Cultural, nem faz sentido pretender firmar um mediático Pacto Patrimonial com a Conferência Episcopal e outras entidades.

Acresce que Portugal é o único país da Europa comunitária que não foi capaz apesar da exiguidade do seu espaço geográfico, de definir as suas próprias doutrinas de inventário e de levar à prática a sua realização - apesar de falar dessa necessidade desde o início do século XIX. Todos os outros países ou já dispõem do inventário exaustivo das existências ou possuem meios específicos para preservar os bens e controlar o seu destino. Quando a proposta de lei toma como dado adquirido as noções de «liberdade de comércio de obras de arte» e de «neutralidade fiscal» comunitária, deixa campo aberto à delapidação de bens nacionais, pois parte do errado princípio de que a política comercial comum é competência exclusiva da CE e não uma prerrogativa democrática de cada Estado.

Cremos que os objectos providos de valor patrimonial devem ser alvo de uma disciplina específica no que toca à sua transacção, o que constitui matéria inalienável de regulamentação de

cada Estado. Nos países providos de «carta de inventário» a comercialização pode ser, assim, regulamentada. No nosso caso, tal não sucede por falta de instrumentos, o que nos torna uma espécie de paraíso dos traficantes e delapidadores de património. Também esta questão se prende com um eficaz reforço técnico (em meios, formação e recursos) dos instrumentos de restauro e de conservação, potencialmente um vasto campo de emprego que deveria ser incentivado como prioridade.

Uma comissão inactiva

Foi criada pelo Ministério da Cultura, há mais de um ano, uma Comissão de Inventário que ainda não foi capaz, pese as boas palavras e o perfil dos técnicos nela envolvidos, de definir uma doutrina coerente de intervenção, nem de se abrir ao diálogo transversal interministerial, nem de assumir as bases do Pacto com a Igreja, nem de aglutinar as informações parcelares de inventariação já existentes. E é por aí justamente que se teria de começar: incorporando numa rede informatizada credível, com um trabalho de gabinete devidamente organizado, os dados de recenseamento já publicados, por exemplo, pela Academia Nacional de Belas-Artes (recolhidos desde 1942, quando oito distritos), por autarquias (como a de Sesimbra, em 1986) e por outras entidades públicas e privadas.

Para o PCP, neste campo tão sensível, só faria sentido agir com funções, âmbitos e prerrogativas de um Instituto autónomo



e centralizador, com uma doutrina de inventariação, uma estrutura leve, mas eficaz, definida por lei orgânica própria, um figurino informático compatível (apto a congregar os níveis de informação diversificados que se impõem controlar) e um número suficiente de técnicos de inventariação enquadrados no trabalho de campo.

Assim desguarnecida (pois não basta dispor-se de verbas nem de muitos inventariantes mandados para museus e palácios sem formação específica e definição prévia de critérios), perguntamos: qual o valor acrescentado que emerge de uma comissão de trabalho como esta para redefinir e lançar o inventário (tarefa que não cumprirá, por ser impossível fazê-lo)?

Os passos necessários

A Carta de Inventário do Património Nacional, segundo a Célula do Património Cultural e Natural do Sector Intelectual da ORL, devia ser faseada do seguinte modo:

1. Criação de um instituto dotado de prerrogativas suficientes e poder de diálogo transversal com outros organismos do Ministério da Cultura (IPPAR, Instituto Português de Museus, Instituto Português de Arqueologia, etc.), de outros ministérios (DGEMN, Plano, DGP, Finanças) poder autárquico, academias, universidades e instituições privadas (Igreja, etc.).

2. Definição prévia de uma política de inventariação que exclua o conceito de «património relevante» em nome do inventário em globalidade e que saiba antes de tudo integrar num modelo informático compatível os materiais já classificados em micro-inventário ou inventários parcelares (o da Academia Nacional de Belas-Artes, o da DGEMN, os do Patriarcado, os de algumas autarquias, o da Associação dos Arquitectos Portugueses, os de algumas associações de defesa do património, etc.).

3. Criação de brigadas técnicas de levantamento e de

verificação de campo que, devidamente enquadradas e com vertente interdisciplinar, possam completar (com fichagem, investigação, análise crítica, prevenção e registo fotográfico) a qualificação, a classificação e a verificação de espécimes a recensear.

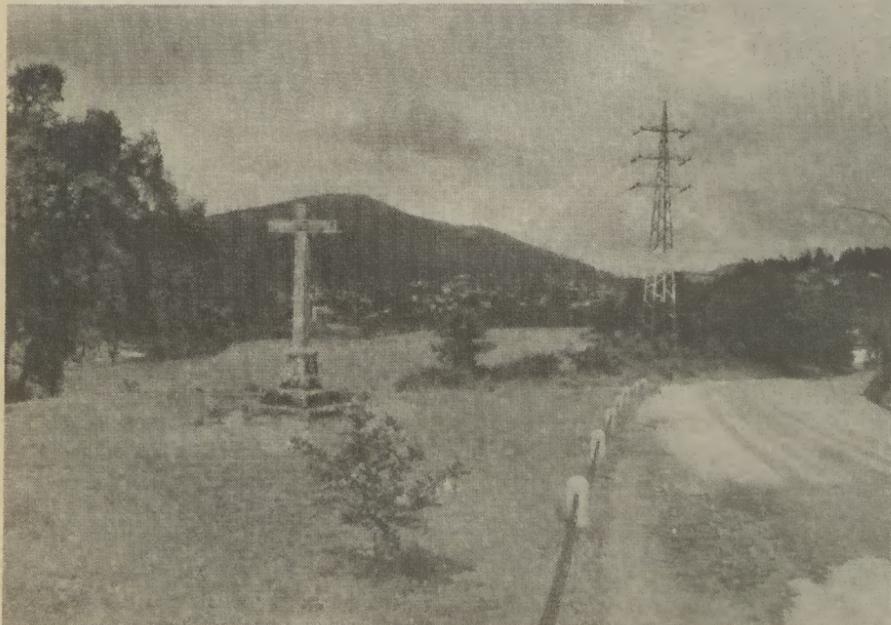
4. Clarificação das matérias inventariáveis, sem exclusão, num quadro que supera o actual confusãoismo, ainda que, sempre com instrumentos transversais de referência dos espécimes e valores a recensear.

5. Aglutinação num único corpo informatizado das contribuições constantes que decorrem do trabalho de outros institutos (museus, arqueologia, DGEMN, AAP, comissões de arte sacra da Igreja, etc.) a quem competiria - mantendo sempre as suas estruturas próprias de recenseamento - participar para o banco de dados nacional comum.

6. Ligação constante ao núcleo da PJ que investiga furtos de objectos artísticos (NIFOA), de modo a equipar esse organismo de meios de intervenção mais rigorosos e eficazes, mesmo enquanto se não regula uma Lei-Quadro de Património dotada de meios dissuasores ou punitivos.

7. Acompanhamento preventivo de técnicos de conservação nas fases de fichagem e verificação de espécimes «de campo».

8. Criação de normas específicas para registo e inventariação do património incóporo, cujo destino está inexoravelmente ameaçado e não pode, por isso, deixar de ser encarado entre as frentes prioritárias que uma Carta de inventário abrange.



■ Texto
Anabela Fino
■ Foto
Sérgio Morais

O que Cuba precisa é o fim do bloqueio

A pedido do Papa João Paulo II, os EUA decidiram aligeirar as sanções contra Cuba. Medidas ditas «humanitárias», que não mudam em nada o carácter de um bloqueio que há mais de 30 anos procura asfixiar a pequena ilha da América Central que reivindica o direito de decidir o seu destino. Como afirmou, ao «Avante!», Alberto Rodriguez Arufe, de visita a Portugal a convite do PCP, o que é preciso é pôr termo ao bloqueio, que o próprio Papa classificou de injusto e moralmente inaceitável. Apesar das dificuldades, o processo de recuperação económica prossegue em Cuba, que espera para este ano um crescimento de 2,5 a 3,5 por cento.

Como avalia a decisão dos EUA de aligeirar as sanções contra Cuba?

Em primeiro lugar, temos que esperar para ver qual o alcance das medidas anunciadas pelo Governo dos EUA. De qualquer forma, é importante ter em conta que estas medidas não implicam uma mudança em relação ao bloqueio, nem são medidas que tenham um efeito directo nas consequências do bloqueio para o povo cubano. Estas medidas incidem mais no domínio humanitário, nas relações entre os cubanos que vivem nos EUA e os seus familiares em Cuba.

São medidas que, neste âmbito, podem ser consideradas positivas. Mas é importante ter consciência de que a lei Helms-Burton permanece intacta, com todos os seus efeitos, e o que Cuba precisa é que o bloqueio termine. Não se pode daqui aduzir que este seja o começo da eliminação do bloqueio, pois nenhuma das medidas aponta nesse sentido.

A decisão dos EUA tem sido apresentada como resultado da visita do Papa João Paulo II a Cuba. Que importância atribui a esse acontecimento?

A visita do Papa foi um acontecimento muito bem recebido pelos cubanos e pelo mundo. O Papa conseguiu estabelecer uma comunicação directa com o povo cubano, que participou massivamente nas missas e em todas as actividades da visita papal. Recebêmo-lo como uma personalidade mundial que não se juntou à política de isolamento de Cuba e que, pelo contrário, decidiu visitar o nosso país nas actuais circunstâncias. O Papa teve toda a liberdade para transmitir as suas ideias e pontos de vista; com alguns estamos de acordo e podemos trabalhar em conjunto, em relação a outros pensamos de forma diferente mas nem por isso deixámos de o ouvir com atenção.

Consideramos muito significativa a sua declaração sobre o bloqueio, que classificou de injusto e eticamente inaceitável. Isso teve um grande impacto a nível internacional, e em particular no que respeita aos EUA.

A visita papal deu também ao mundo a oportunidade de ver Cuba, o que raramente acontece a um país como o nosso. O mundo viu que Cuba é um país normal, onde as pessoas vão à missa, onde o Papa é tratado com todo o respeito...

Estamos convencidos de que esta visita abre uma etapa prometedora nas nossas relações com o Vaticano, com quem de resto sempre mantivemos um relacionamento institucional normal.

Mas há quem pense que, tendo em conta o alegado papel deste Papa na história política internacional dos últimos anos, este aprofundar as relações com o Vaticano pode ser encarado como o «cavalo de Tróia» que faltava aos EUA em relação a Cuba...

Creio que se tem exagerado nos atributos do Papa. Têm-se escrito coisas como se o Papa fosse o responsável pelo desaparecimento do socialismo na Europa de Leste, pelo fim da União Soviética, pelo fim da revolução na Nicarágua... Há quem tenha uma imagem do Papa como se ele fosse um anjo exterminador. Na verdade, penso que há em tudo isto muito exagero. Evidentemente, o Papa é um homem que tem o seu pensamento político, a sua formação política... Nós assentamos o nosso conceito da política numa questão básica, que é a confiança no povo cubano, na cultura política do povo cubano, nas suas tradições patrióticas, nos seus sentimentos de solidariedade e na sua consciência. Quando estes valores existem, quando estes valores se desenvolvem e se expressam plenamente, penso que é muito superficial admitir que será por um facto como esse que se vai mudar o rumo

- Entrevista com Alberto Rodriguez Arufe, vice-chefe do Departamento Internacional do Partido Comunista de Cuba

da história de um país. Por isso não subscrevo semelhantes hipóteses.

Cuba tem-se debatido com sérios problemas económicos. Como está a evoluir a situação?

Entre 1990 e 1993, fruto do bloqueio e do desaparecimento do bloco socialista, o Produto Interno Bruto (PIB) de Cuba baixou cerca de 35 por cento. O ano de 1994 representa a altura em que conseguimos travar a queda da economia cubana. A partir de 1995, começou a recuperação progressiva da economia.

Passámos da etapa em que travámos uma luta de sobrevivência, uma luta para defender as nossas conquistas a todo o preço, para uma etapa em que, continuando a defender as nossas conquistas, começámos a recuperação económica do país.

No ano passado, a economia cresceu 2,5 por cento, e o crescimento previsto para este ano é de 2,5 a 3,5 por cento. Pode dizer-se que a maior parte dos sectores económicos do país entrou numa dinâmica de recuperação, de crescimento, ainda que uns de forma mais dinâmica do que outros.

Nesta etapa, podemos distinguir dois tipos de problemas com que nos deparamos. O primeiro diz respeito ao financiamento, e esse é um dos efeitos mais directos do bloqueio: o nosso país não tem divisas, não tem acesso às fontes normais de financiamento, seja o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Ibero-Americano. Cuba tem inclusive muitas dificuldades para negociar as suas dívidas. Os poucos financiamentos que obtém são a curto prazo, com juros muito elevados, o que torna particularmente difícil o funcionamento da economia.

O segundo aspecto prende-se com a recuperação da indústria açucareira, que foi até há pouco tempo o sector principal da economia cubana. Hoje esse lugar é ocupado pelo turismo, o sector com um desenvolvimento mais dinâmico e que funciona como motor de desenvolvimento de outros sectores, como é o caso da indústria agro-alimentar, da construção, da indústria ligeira, etc.

Há sectores da economia que já estão totalmente recuperados, como o da produção de níquel, que actualmente funciona com produções recordes; a produção de citrinos, de tabaco, entre outros.

Como é que esses resultados se reflectem na vida da população?

As melhorias de tipo macroeconómico não têm muitas vezes uma repercussão directa, imediata, na vida da população. Mas se compararmos a situação actual com a situação vivida nos anos de 93/94, os mais agudos da crise, encontramos diferenças que representam um alívio para as populações, ainda que as condições de vida continuem difíceis e longe dos níveis existentes em 1989, o último ano anterior à crise.

Por exemplo, os cortes de luz, que nessa altura chegaram a ser de 13 e 14 horas diárias, por falta de petróleo e possibilidade de fornecer energia, não só para a população como para a indústria e os serviços, são hoje mínimos. Apesar de não termos recuperado ainda plenamente, melhorámos muito.

Discretamente, é certo, mas já há uma recuperação no sector



alimentar, na prestação de certos serviços à população, nos transportes colectivos, na distribuição de combustível doméstico... Começamos a recuperar pouco a pouco na produção de medicamentos: Cuba tem uma indústria capaz de produzir cerca de 80 por cento dos medicamentos de que necessita, mas como ficamos sem matérias-primas e sem verbas para as comprar, essa indústria ficou praticamente paralisada. Ainda faltam muitos medicamentos, mas progressivamente estamos a recuperar.

Em síntese, podemos dizer que o impacto dos efeitos da recuperação económica é ainda limitado, mas já se começa a fazer sentir.

Como é que neste contexto se faz sentir a solidariedade internacional com Cuba?

Nestes anos de extrema dificuldade, Cuba recebeu uma enorme solidariedade internacional. Colocaria como

mais importante a solidariedade política, a solidariedade moral. Os EUA procuraram por todos os meios isolar Cuba, e sobretudo criar um estado psicológico na população cubana para que se sentisse sozinha, sem perspectivas. A solidariedade internacional de ordem política teve, em primeiro lugar, o efeito importante de conseguir que em todos estes anos nos sentíssemos acompanhados. Na verdade, nunca nos sentimos sozinhos. E esta solidariedade foi universal, desde a América Latina à Europa, África, Ásia. Não há nenhum canto do planeta onde não tenha havido vozes, em todos estes anos, a exigir o respeito por Cuba, a pronunciar-se contra o bloqueio, a apelar à ajuda ao nosso país.

Portugal, em particular, teve um papel destacado neste domínio. Muitos portugueses estiveram em Cuba em brigadas de trabalho, em acções de solidariedade de todo o tipo; há uma Associação de Amizade Portugal/Cuba que desempenha um papel muito activo neste sentido; o PCP mantém uma posição muito firme e militante de solidariedade connosco. Muitos outros portugueses, mesmo sem militância política, mas com um sentido de justiça, estiveram connosco; o mesmo se pode dizer de outras forças políticas, que se manifestaram contra o bloqueio. Nos últimos anos, também o Governo português votou nas Nações Unidas a favor de resoluções condenando o bloqueio e pedindo o seu levantamento. De Portugal recebemos igualmente ajuda material de todo o tipo, desde medicamentos, livros, alimentos, etc. E não podemos esquecer a Festa do «Avante!», que tem sido ao longo destes anos um espaço permanente de solidariedade com Cuba.

Portugal vai justamente ser palco, no próximo mês de Outubro, da Cimeira Ibero-Americana. Qual a importância deste evento se realizar na Europa? O Presidente Fidel Castro vai participar nos trabalhos?

Cuba atribui uma grande importância às cimeiras ibero-americanas, e o Presidente Fidel Castro esteve presente em todas as cimeiras que se realizaram. Temos sido um dos países que mais têm contribuído para o êxito dessas cimeiras, que consideramos um espaço aberto na cena política internacional, positivo para o desenvolvimento das nossas relações e contactos com a comunidade internacional.

Atribuímos uma importância particular à Cimeira do Porto por várias razões: é a primeira que se realiza em Portugal; é a segunda vez que a cimeira sai do espaço latino-americano; tem um tema de grande actualidade, respeitante aos desafios da globalização; e, ainda, porque é a cimeira que antecede a que deverá realizar-se em Cuba, em 1999.

É ainda cedo para entrar em detalhes, mas é previsível que Fidel Castro possa participar no evento, o que, a concretizar-se seria a sua primeira visita a Portugal.

■ Carlos
Gonçalves

Afinal, quem decide?

A face oculta deste Governo (e doutros)

Recentemente, a propósito da chamada "lei do aborto", quando "de um dia para o outro" o Primeiro-Ministro e o "líder" do PSD se entenderam num referendo, que contrariava tudo o que a Direcção e os deputados do PS tinham dito até à véspera, foi ensurdecedor o coro de referências explícitas ou implícitas à negociação, desse e de outros entendimentos, numa instância oculta, no caso um "triângulo dourado da Opus Dei". Fosse ou não o caso, o certo é que perversos democráticos deste teor são tão frequentes que é já maior a indignação que o espanto.

Sobre o tal "triângulo dourado da Obra", que tudo indica decidir muita coisa na vida política nacional, diz-se que tem como vértices Guterres, M. Rebelo de Sousa e o Padre Melfcias(1), mas há quem refira outros decisores, como o assumido "banqueiro de Deus" Jardim Gonçalves.

Mas a questão que assim está colocada é a de efectiva conflitualidade entre a democracia representativa e o carácter confidencial/secreto e não democrático dos mecanismos reais de decisão.

A perversão da democracia

Não se trata apenas, neste e noutros casos, dos deputados do PS cujo voto expresso num dia é virado do avesso no dia seguinte pela hierarquia do seu próprio Partido, ou do "governo-sombra do bloco central inorgânico" se sobrepõe à Direcção do PS ou à maioria expressa da Assembleia da República.

Trata-se de que, quase sempre, em Portugal como na grande maioria das ditas democracias ocidentais, os governos não cumprem os seus programas, não governam consoante os interesses dos seus eleitores, não impedem que as suas responsabilidades sejam alienadas a outras instâncias de decisão, muitas vezes ilegítimas e/ou subterráneas.

Trata-se de que este Governo do PS, ao transformar-se, como o anterior do PSD, em governo ao serviço de lobbies e grandes interesses financeiros, não está em condições de fazer respeitar o primado da política relativamente ao "mercado", nem sobrelevar os interesses nacionais relativamente aos dilemas das transnacionais ou dos respectivos organismos supranacionais não eleitos - Comissão Europeia, Banco Mundial, FMI, etc.

Trata-se de que nestas democracias "globalitárias", neoliberais e de "pensamento único" de fim de século, as verdadeiras decisões são tomadas, ou na melhor das hipóteses preparadas de forma imperativa, nas redes de conexões mais profundas de influências e interesses.

Nas reuniões preparatórias de Bruxelas, do G7, da Organização Mundial de Comércio, do Grupo de Paris, ou da OCDE - como agora acontece com o famigerado Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI), pelos "experts" que passam instantaneamente das funções de Estado para as de quadros superiores das transnacionais, porque já nem necessitam de fazer constar a troca da requintada casaca.

Nos *cocktails* informais dos "líderes globais" do Fórum Económico Mundial de Davos, nos seminários e encontros de "laboratórios de pensamento" e fundações de influência e financiamento político, nos "brain storming" dos magnatas dos *media* e das redes informacionais, nos "chá de caridade" e "soirées da sociedade", particularmente quando não está presente o fotógrafo da "Olá", ou de outra quejanda, nas reuniões das elites financeiras laicas e eclesiásticas, nos salões iniciáticos das Maçonarias ou da Prelatura Pessoal de João Paulo II.

Nos contactos mais ou menos informais entre governadores de bancos centrais - cada vez mais independentes dos respectivos Governos, especuladores bolsistas e grandes operadores do *off shore*, banqueiros e capitais de origem criminosa ou em fuga ao fisco, banqueiros e grandes patrões dos grupos financeiros e industriais.

As mais das vezes é em estas instâncias que se decide quanto ao que é efectivamente fundamental e estruturante, de tal forma que "... o poder político-económico apresenta características comuns: anónimo, secreto, arrogância, irresponsabilidade e ilegitimidade democrática"(2).

Aqui e agora

Começou no fascismo a rotação de quadros entre os governos e os postos-chave dos grupos financeiros, mas nunca como hoje a situação foi tão clara. Basta consultar a lista dos gestores das grandes empresas, incluindo as transnacionais que por cá andam.

Para não ir mais longe, atentemos numas muito poucas ligações passadas e presentes referidas por quem sabe: Almeida Santos - Entreposto, Jaime Gama - Fundação Oriente, Vera Jardim - Mitsubishi, Gomes da Silva - Pinto & Sotto Mayor, José Lello - Phillips, Daniel Bessa - Sonae, Victor Constâncio - BPI/BFE, Durrão Barroso - Espírito Santo, Álvaro Barreto - Sonae, Ferreira do Amaral - Cimiantio, Leonor Beleza - Totta, Fernando Nogueira - BCP, Eurico de Melo - BCI, Dias Loureiro - Roquette, Lobo Xavier - Sonae, Moraes Leitão - Totta e BCI, Baço Felix - Seguradoras/BCP, etc.(3).

Quanto ao papel de Fundações e *lobbies* em tudo isto, vale a pena lembrar que, por exemplo, a Fundação Herbert (alemã) e à respectiva influência e apoio político ao PS, se terá ficado a dever a opção pelo sistema PAL na televisão portuguesa(4), ou que a Fundação das Relações Internacionais, com apoio de Carlucci, terá sido um dos elementos-chave na história portuguesa da década de 80(5), mas poder-se-ia falar ainda outra vez da Fundação Oriente, ou da Fundação Mário Soares, que recentemente recebeu meio milhão de contos de subsídios deste Governo(6), ou do *lobby* de Macau que só actuais e ex-membros deste Governo conta com uma boa dúzia e meia, com destaque merecido para António Vitorino, Jorge Coelho, Maria de Belém e Vitalino Canas(7).

E que dizer das "obediências maçónicas", estruturas iniciáticas hoje especializadas no tráfico de influências e no clientelismo que, só no caso do "Grande Oriente Lusitano", entre nomes revelados e não desmentidos, além de A. Vitorino, contaria no Governo, com J. Coelho, J. Cravinho, M. Calha, Fausto Correia e Rui Cunha; o "cardinal Moura" fez apenas "aproximações"(8).

Já as ligações da "Obra" com o Governo são menos claras, mas são muitas as alusões de que Guterres faz esse percurso, tal como Marcelo Rebelo de Sousa, desde os anos da sua juventude. De concreto sabe-se que a Opus Dei é uma simbiose, muito conservadora e agressiva, entre grupo financeiro e associação religiosa, que procura dominar os negócios e a política. O "grupo Opus Dei" tem no BCP, tudo o indica, a "casa-mãe" em Portugal, mas a rede das empresas de obediência directa engloba, por exemplo, a Lusomundo - com posições dominantes ou de relevo no D. Notícias, J. Notícias, TV Cabo, SIC, TSF, etc., mas são ainda evidentes e importantes as ligações com o Banesto/Roquette (ex-Mário Conde), com o Santander/BCI, etc.(9).

Os *icebergs* têm 9/10 debaixo de água. No caso deste Governo não se sabe se o oculto e perverso chegarão tão longe, mas é impossível iludir que está colocada a questão da legitimidade democrática dos respectivos mecanismos decisórios. **Afinal, quem decide?**

Relegitimar a democracia

Os responsáveis visíveis por este estado de coisas são os mesmos que, hipocritamente, se queixam de que os cidadãos estão afastados da política, e que, com maquiavelismo, desenharam novas leis eleitorais para a batota bipartidarizadora - de que resultaria mais descrédito e perversão da democracia.

São os mesmos que enchem a boca de diatribes contra o "partido-aparelho" que os enfrenta, mas que se empenham na diluição das respectivas forças políticas em partidos neoliberais de "geometria variável", soma de tecnoburocracias ao serviço dos *lobbies* e do "business".

E são também os que escrevem tratados de má consciência contra os "partidos de cartão"(10) e que falam em legislar para que os *lobbies* possam assumir-se, fingindo ignorar a ilegitimidade da respectiva intervenção e visando, provavelmente, mais uns negócios tomados legais, enquanto escondem melhor as conexões mais profundas e mais essenciais.

É contra eles, contra a face oculta e perversa do seu exercício do poder e os interesses que servem, que, todos os dias, há que defender, aprofundar e relegitimar a democracia.

(1) Expresso, 07.02.98. (2) Christian de Briè - "Censeur tous les gouvernements de l'ombre", Le Monde Diplomatique, 05.97. (3) Revista Fórum n.º 56, 11.96. (4) e (5) Rui Mateus - "Contos Proibidos". (6) Expresso, 15.11.97. (7) O Independente, 28.11.97. (8) Visão, 15 e 22.01.98. (9) Jorge Messias - Veritée, 02.92. (10) M. Rebelo de Sousa - Expresso, 21.03.98.

“Ventos de mudança”

Explorados até quase ao seu limite as condições económicas proporcionais pela Revolução Industrial, pela abertura de imensos mercados coloniais, pela glória da navegação intercontinental e a apropriação global de matérias-primas, a inevitável estagnação surgiu. Diria Winston Churchill (1874-1965), uma insuspeita figura de historiador e participante nas últimas fases do Império: «A história do imperialismo moderno, um sistema que se mostrara tão firme e cheio de confiança até à morte da rainha Victoria, não durou mais de cem anos.» Os dias em que a City «dava baile ao mundo inteiro», financeiramente, começavam a perder-se na distância do tempo. Tal como os da diplomacia imperial de Palmerston.

Hidra com mil cabeças

Com efeito, os assombrosos triunfos espetaculares das grandes instituições bancárias modernas já mal passavam de recordações quando a primeira Grande Guerra Mundial começou e a Europa mergulhava no desconhecido. Os mais experimentados, os que haviam vivido a melhor parte do período que Churchill referiu, tinham saudades dos dias em que se publicavam relatórios como este:

Dinheiro, aos milhões, tem sido subscrito para ajudar a Turquia nas suas necessidades, ou para desenvolver os recursos do Egipto e de Marrocos. Enquanto os portugueses voltam sempre a pedir empréstado, o Peru foi autorizado a consolidar a sua dívida, mesmo em bases duvidosas; a Venezuela voltou ao primeiro plano com dois acordos financeiros.

Com o avanço da desregulamentação, os entraves à constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, desapareceram, praticamente, por exemplo, a Lusomundo - com posições dominantes ou de relevo no D. Notícias, J. Notícias, TV Cabo, SIC, TSF, etc., mas são ainda evidentes e importantes as ligações com o Banesto/Roquette (ex-Mário Conde), com o Santander/BCI, etc.(9).

Os *icebergs* têm 9/10 debaixo de água. No caso deste Governo não se sabe se o oculto e perverso chegarão tão longe, mas é impossível iludir que está colocada a questão da legitimidade democrática dos respectivos mecanismos decisórios. **Afinal, quem decide?**

Temiam, evidentemente, a entrada do capitalismo no reino das mil aventuras que o levariam a multiplicar renovações e alterações de processos até ao dia do Juízo Final. Precisamente, aquilo que se verificou e continua a verificar-se porque a natureza do capitalismo nunca se altera.

O luminoso império português que nasceu da descoberta do mundo, estava reduzido a meia dúzia de propriedades fortemente hipotecadas. Tal como o holandês, um global arquipélago. A Espanha imperial desmembrara-se. A Alemanha adquiria colónias em África. A França tomava o Magrebe de assalto. Em Itália olhava-se o mundo em busca de possibilidades. Sendo, ainda, o maior e o mais poderoso, o império britânico perdera originalidade. A instabilidade ameaçava-o. A dissipação de recursos a que o oportunismo dos meios de negócios presidia e os contínuos programas governamentais de austeridade procuravam contrabalançar, davam lugar a frequentes crises financeiras. E no mundo real, o povo britânico só tinha direito às cêdeas secas do petróleo.

A primeira Grande Guerra Mundial foi a guerra do imperialismo contra o imperialismo. Tudo começou com o célebre ultimato austríaco à Sérvia após o assassinato do herdeiro do trono imperial por um estudante bósnio em Sarajevo, a 23 de Julho de 1914. Mobilização geral em toda a Alemanha, a 1 de Agosto. A marinha de guerra britânica toma posições de combate no mar do Norte e o governo de Londres, a 4, declara a guerra ao de Berlim depois de este o ter feito, também, em relação à França. Todos se haviam preparado para um conflito de limitada duração.



20 Formação, trajectória e fim do Império Britânico

■ Manoel
de Lencastre



Pensava-se que as batalhas decisivas seriam travadas nos meses próximos. E garantia-se que a paz regressaria, vitoriosa, em 1915. Terrível engano que levou à perda de dezenas de milhões de vidas. Os alemães invadiram a Bélgica. A Grã-Bretanha despachou uma força expedicionária para Mons. A batalha de Marne, de 9 a 15 de Setembro de 1914, susteve o progresso germânico cujas tropas já se achavam a poucos quilómetros de Paris. «A obsessão com a teoria da invencibilidade do exército alemão», escreveu Churchill, «dispersou-se e entre os melhor informados círculos aliados ninguém mais duvidou do resultado final do conflito.»

Afinal, a guerra só terminaria quando os exércitos britânicos de Haig venceram a batalha de Amiens, a 8 de Agosto de 1918. Para a Grã-Bretanha, apesar da sua condição de nação vitoriosa, as consequências do devastador confronto militar no coração da Europa foram profundas. Contados os mortos (947 000) surgiram os fanatismos. A economia do país achava-se arrasada. As reservas de ouro tinham perdido 42 milhões de libras (os ganhos dos Estados Unidos ascendiam a 278 milhões) e a dívida de guerra para com a antiga colónia americana era estimada em 4277 milhões de dólares. Todo o Império sofreu terríveis perdas humanas nos teatros de guerra europeus: Canadá, 58 000 mortos; Austrália, 59 000; Nova Zelândia, 16 000; África do Sul, 2000; Índia, 62 000. Os monumentais

gel e Murmansk, em Batumi (mar Negro), em Erevan, na zona de Tiflis (Geórgia), em Baku - o seu objectivo, como se compreende, era o assalto às regiões petrolíferas e a anexação das mesmas.

De repente, em 1926, quando o desemprego arrefecia a alma do povo e as condições económicas se agravavam de maneira insustentável, os sindicatos britânicos e milhões dos seus aderentes, uniram-se para a luta contra o inimigo interno - o Império da exploração, da opressão e da rapina. Ferrovieiros, estivadores, mineiros, pessoal da marinha mercante, metalúrgicos, gente de quase todas as indústrias, colocaram-se na primeira linha da greve geral. Que império era aquele que pretendia continuar a espezinhar o mundo mas não matava a fome aos filhos e às filhas do seu próprio povo?

O primeiro-ministro conservador Stanley Baldwin (1867-1947) reagiu. Em tempo nenhum o exército imperial e a polícia estavam nas ruas das cidades britânicas enquanto milhares de fanáticos colonialistas, lacaios do capitalismo, armados, se punham a conduzir comboios e autocarros, a carregar navios e, na frente de destacamentos militares e policiais, procedendo à prisão de mineiros. «Este país tem de funcionar!», gritavam. Mas a desorganização era total. E a brutalidade e o ódio exibidos contra a Grã-Bretanha em greve revelavam a cor do fascismo, a tempera do nazismo.

Abdicação de Edward VIII

Espantosamente, porém, a Inglaterra estava para viver horas insólitas, dez anos mais tarde. Assim, em 1936, Edward VIII (1894-1972), filho mais velho de George V, declarou-se prisioneiro de sentimentos de amor para com uma americana divorciada, Wallie Simpson. Todo o aparelho de Estado mergulhou no mais terrível dos processos constitucionais que acabaria por dar lugar à famosa crise da abdicação. A primeira figura do império, o rei de Inglaterra, voltava às costas a tudo o que era grande para recolher-se nos braços e nas carícias de uma americana divorciada. O povo, atónito. A burguesia, ofendida. A aristocracia, ou o que dela restava, pretendendo-se enovelhada, ria às gargalhadas. Mas a renúncia ao trono, apesar dos esforços de Churchill, acabou por materializar-se, e o duque de Windsor partia para o exílio mais a sua americana com quem acabaria por casar-se em 1937. Sucedeu-lhe o irmão, George VI (1895-1952), pai da soberana actual. Edward VIII reinara, apenas, de Janeiro a Dezembro de 1936.

Todos estes acontecimentos que feriam de morte o Império tinham lugar cem anos após a magnífica coroação da rainha Victoria quando Charles Dickens era já um clássico, de Calcutá ao Mississipi, Kipling desaparecia da cena e o país se interrogava sobre coisas tidas como impossíveis - a falência do "Agricultural Bank of Ireland" e a salvação, no último momento, pelo Banco de Inglaterra, do "Northern and Central Bank of Manchester". Tinham passado cem anos. Agora, apesar de não existir serviço público de televisão e a rádio não cobrir, ainda, a totalidade do país, tudo o que a Inglaterra descejava era esquecer, rapidamente, o choque provocado pela abdicação e entregar-se, encantadamente, ao momento histórico da coroação de George VI. E todos se entregavam à imaginação daquilo que seria o reencontro com a grandeza nacional e imperial na Abadia de Westminster.

O rei oferecia pão e vinho para a cerimónia da Comunhão. Seguir-se-ia o juramento. Cosmo, o arcebispo de Cantuária: "Prometerás solemnemente e jurarás governar os povos da Grã-Bretanha, da Irlanda, do Canadá, da Austrália, de Nova Zelândia, da África do Sul, as tuas possessões e outros territórios que pertencem ou venham a pertencer e o teu Império da Índia, de acordo com os respectivos costumes e leis?" O rei: "Sim, prometo."

As coisas, apesar dos momentos dramáticos que o país acabava de viver, pareciam não estar sujeitas a grandes alterações. O Império ainda vivia. Era isso que, pelo menos, se depreendia dos anúncios da P. & O. (Península Oriental Lines) que, no próprio dia da coroação designava os seus próximos serviços de Londres para Gibraltar, Malta, Egipto, Aden e Bombaim, semanalmente; para Colombo, Singapura, China, Japão, Austrália, quinzenalmente; para Calcutá via Aden, Ilhas Maurícias, costa do Malabar; para Rangum, Penag, portos da Malásia e Singapura; para Brisbane mensalmente; para Carachi, Bombaim, Golfo Pérsico, quinzenalmente; para África Oriental, via Suez, Port Sudan, Aden, Mombasa, Zambia, mensalmente.

Por sua vez, "The Blue Funnel Line" da firma Alfred Holt & Co., de Liverpool, anunciava saídas regulares para a África do Sul e Austrália. Estes são pequenos exemplos daquilo que era o fantástico universo da navegação comercial ao serviço do Império. Centenas de companhias de marinha mercante levavam os seus navios a todos os mares e oceanos e a mais remotas localidades costeiras da Terra. Os

sofrimentos sustentados pelo povo britânico, entretanto, só podiam conduzi-lo a uma revisão fria dos seus reais interesses e a não querer empregar mais o seu esforço, o seu sangue, a vida dos seus filhos, para o serviço do imperialismo.

Greve geral

Nestas condições, o país acordava, ou assim parecia, de uma ilusão que o havia atormentado ao longo dos séculos. O Partido Trabalhista elogia os seus primeiros deputados em 1918. Não era difícil concluir que o poderio imperial inglês estava profundamente diminuído pelas dívidas colossais contraídas junto do governo dos Estados Unidos. E adivinhava-se, apesar de a RAF andar a bombardear Kabul, que o império tinha os seus dias contados. Ideias de independência e de liberdade reforçavam-se em todos os continentes. Os povos queriam viver em paz, livres das pesadas e férreas correntes que os limitavam. No entanto, o imperialismo não abrandava os seus ímpetos, a sua eterna sede de vingança e de mais sangue, sempre mais sangue. A Revolução de Outubro, esse amanhecer eterno de ilimitados horizontes, atravessava-se-lhe no caminho. Era preciso intervir, suprimir o progresso e a vitória do partido comunista. Assim, em 1918-19, mais tropas britânicas voltaram a embarcar com destino a um país estrangeiro. Concentraram-se em Arkan-

estaleiros navais produziam mais de 500 navios de todas as tonelagens, anualmente, e davam fama aos locais onde se instalava - Newcastle, Sunderland, Clydebank, Greenock, Birkenhead, Glasgow, Stockton-on-Furness. Nas mesmas cidades, trabalhavam importantes fábricas de máquinas e equipamentos diversos para a construção naval. E todas estas actividades, evidentemente, empregavam centenas de milhares de operários. Durante o período da guerra, as companhias britânicas de navegação possuíam 422 navios com deslocamento superior a 7 000 toneladas. Em 1919, os barcos das três principais empresas realizaram 753 passagens através do Canal de Suez.

Férias à beira da catástrofe

Quando a Alemanha hitleriana declarou guerra ao mundo inteiro, a Inglaterra estava de férias. Os confrontos sociais e os ódios de classe que a greve geral tinha exposto de tão espontânea maneira, parecia terem acalmado. Era o Verão. O país cansara-se dos conflitos que atravessara desde 1914. Exigia tranquilidade. E porque o tempo estava benigno, o país rural vivia dias amenos. Ricos e pobres organizavam piqueniques nos campos e à beira dos rios. Cantavam-se as canções da moda... A indústria e aquilo que os monetaristas chamavam fabriquetas, estavam a meio gás. Falava-se de desordens na Índia. Estudantes africanos pronunciavam-se pela independência dos seus países. Mas a Inglaterra fechava os olhos a tudo e preferia cantar. Até que surgiu a catástrofe. Mesmo assim, incredulamente, dançava-se nos "music-halls" e os vocalistas atacavam-se ao "Führer": Oh, Mr. Hitler, let us finish our holidays (Oh, Sr. Hitler, deixa-nos acabar as férias). Mas a mais terrível de todas as guerras é já uma realidade.

A "Luftwaffe" dança nos céus e sobre as cidades da Grã-Bretanha. Winston Leonard Spencer Churchill bate-se com enorme coragem no sentido de que o país se organize e parta de novo para a guerra. E ruge, em fúria: "Bater-nos-emos nas praias e nos campos, nas ruas das cidades." Mas o exército está derrotado em França e a nação britânica mobiliza-se, então, heroicamente, para a recolha das tropas que se acumulam nos areais em Dunquerque. Churchill sabe que o país, ainda mal refeito da crise financeira iniciada com o "crash" de 1929, não possui recursos que lhes permitam erguer-se perante o feroz inimigo nazi e vencê-lo. Não hesita em voltar a pedir empréstado aos americanos. E adota a mais diabólico dos planos - empurrar os hitlerianos para leste e assistir ao mortal abraço entre dois colossos. Talvez que, assim, o Império pudesse sobreviver.

Breve glória nos momentos finais

Durante a "Batalha da Grã-Bretanha", as cidades industriais onde o esforço de produção bélico ganhava momento eram bombardeadas intensamente. Londres e a City sofreram e viveram dias e noites de profunda angústia. Na batalha do Atlântico, contra os submarinos alemães, a marinha mercante conhecia tempos fantasmagóricos intermináveis. Surgiu, entretanto, a batalha do Egipto, aquela que dava a Churchill uma oportunidade para poder dizer ao mundo: "A Grã-Bretanha não recuará um só milímetro. Acabará por vencer!" O 8.º exército estava meio derrotado e os seus comandantes, Auchinleck e Ritchie, tinham perdido Tobruk e Bengazi. O "Afrika Korps" estava a dois passos do Egipto, do Vale do Nilo, e Rommel avançaria para os campos de petróleo do Médio Oriente. O primeiro-ministro, então, tomou a decisão que, nos teatros de guerra ocidentais, ajudaria a torrear a situação, nomeando para o comando das forças imperiais de toda a região e do 8.º exército os generais Alexander e Montgomery. Depois a batalha de El-Alamein, que durou de 23 a 29 de Outubro de 1942, Churchill podia declarar na Mansion House: "Nunca prometi outra coisa senão sangue, suor e lágrimas. Mas, agora, temo uma grande vitória a anunciar. O general Alexander e o seu brilhante camarada, Montgomery, conseguiram um glorioso e decisivo triunfo, naquela a que podemos chamar a batalha de Egipto. O exército de Rommel foi derrotado. Foi esmagado. Foi destruído, a ponto de já não poder ser considerado como capaz de voltar a combater."

No dia da vitória final, a 7 de Maio de 1945, quando a gloriosa bandeira da URSS flutuava no Reichstag, em Berlim, as únicas forças que a Inglaterra possuía eram as do seu povo trabalhador e a vontade de construir um futuro diferente. A luta dos povos da Índia resultaria na independência do país, a 15 de Agosto de 1947. Mas a conjuntura internacional iria alterar-se, radicalmente, com a forte URSS proclamando ao mundo o fim do colonialismo.

Assim, nas novas condições, o primeiro-ministro Harold Macmillan (1894-1986), num discurso pronunciado na Cidade do Cabo em 1960, podia declarar: "Ventos de mudança estão a soprar através de todos os continentes." Era o princípio da descolonização. O fim do Império ou, pelo menos, o início do seu desmantelamento. O acto derradeiro deste longo processo histórico, que apaixonou os povos e continua a fazê-los reflectir, só teria lugar em Julho de 1997 quando o "Union Jack" foi arreado, finalmente, em Hong-Kong e o território passou para o controlo da República Popular da China. Mas o imperialismo ainda resiste, estúpida e teimosamente, no Ulster e em Gibraltar... nas Ilhas Malvinas...

Mandela ensina Clinton

A imperial digressão a África do presidente norte-americano Bill Clinton começou a baralhar-se no Uganda, onde entrou em pânico e à bofetada com a efusividade dos ugandenses que o queriam, calorosamente, cumprimentar. Para um «amigo protector» que acabara de afirmar a sua amizade, foi uma reacção um bocado despropositada. Todavia, foi na África do Sul que o presidente dos EUA ouviu o que nunca imaginara da boca de Nelson Mandela que, a seu lado e em directo para o mundo, recordou que «um dos primeiros chefes de Estado que eu convidei a visitar este país foi Fidel Castro», tal como «recebi neste país o antigo presidente do Irão, Ali Rafsanjani» e convidou «a visitar a África do Sul o líder irmão Khadafi». Ou seja, nem mais nem menos que os «ódios de estimiação» dos EUA na área internacional. E Mandela explicou: «Faço isto porque a nossa autoridade moral nos diz que não devemos abandonar os que nos ajudaram nos momentos mais sombrios da história deste país», ao mesmo tempo que exortava os EUA «para falar de paz em vez de recorrer à ameaça da força». Quanto a Clinton, ouviu e calou...

Compaixão

«Somos a democracia-cristã em Portugal e reclamamos a

PONTOS CARDEAIS

compaixão na acção política», determinou Paulo Portas em Viseu, num discurso proferido no encerramento dum congresso da Juventude Popular. Para que melhor o entendessem, o novo líder do CDS/PP exortou os jovens a que «estejam onde estão os doentes», «consolem os mais velhos», «acompanhem os excluídos», «atendam os marginalizados», «pacifiquem os desavindos», ao mesmo tempo que garantia que uma «formidável vontade de compaixão percorre o mundo agressivo em que vivemos», facto actualmente demonstrável com «dois casos em que se assiste ao triunfo dos sentimentos sobre os ressentimentos». São eles os gestos da falecida Diana de Gales e a história de amor do filme *Titanic*, que arrebatou 11 Oskars a semana passada. Com uma teorização política deste calibre, a compaixão é, realmente, uma inevitabilidade - seja-se ou não «democrata-cristão».

Mais uma de Veiga Simão

Veiga Simão, que, peregrinamente, António Guterres nomeou ministro da Defesa, decidiu entregar às forças militares dos EUA a reconstrução das áreas afectadas pelas catástrofes naturais ocorridas na ilha de S. Miguel, nos Açores, em Novembro passado, «esquecendo» as Forças Armadas

portuguesas. Recorde-se que a participação de forças militares estrangeiras em operações semelhantes em território português sempre ocorreram em acções conjuntas lideradas, naturalmente, pelas Forças Armadas portuguesas. São conhecidos os dotes camaleónicos de Veiga Simão, que tanto lhe permitiram ser ministro do regime fascista como ministro de um Governo de Portugal democrático. Mas não será levar a coisa longe de mais chefiar as Forças Armadas de Portugal e, nessa qualidade, trocá-las por militares americanos em acções no território nacional?!

«Diálogo» e promessas

O Governo do PS de António Guterres continua dialogante à brava, tanto ou tão pouco que as promessas já vêm em duplicado. Inaugurou-se a Ponte Vasco da Gama e os problemas da ligação entre Lisboa e a Margem Sul continuam na mesma? Não faz mal, vamos construir mais duas pontes! Faltam médicos em Portugal e de tal maneira faltam, que já estamos a contratar médicos espanhóis para colmatar as necessidades? Não há problema: vamos construir duas novas Faculdades de Medicina! Como se vê, o «diálogo» já descambou, abertamente, na conversa fiada.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

O congresso de todos os ódios

Para trás ficavam muitas horas de debate aceso, particularmente aceso ao longo da madrugada que revelaram mesmo alguns ódios que continuam escondidos.

(Carlos Daniel, *Jornal da Tarde*)

Se for preciso fazer a guerra, vou fazer a guerra na primeira linha, não faço a guerra escondida atrás de nada.

(Maria José N. Pinto, *Jornal da Tarde*)

Nunca aqui ninguém pediu contas à doutora Maria José Nogueira Pinto sobre o tempo da sua filiação. Nunca aqui ninguém pediu contas neste nosso partido onde

muitos estamos há muito tempo, todo o tempo que ela passou ao serviço doutros partidos ou ao serviço das ideias doutros partidos.

(Lobo Xavier, *Jornal da Tarde*)

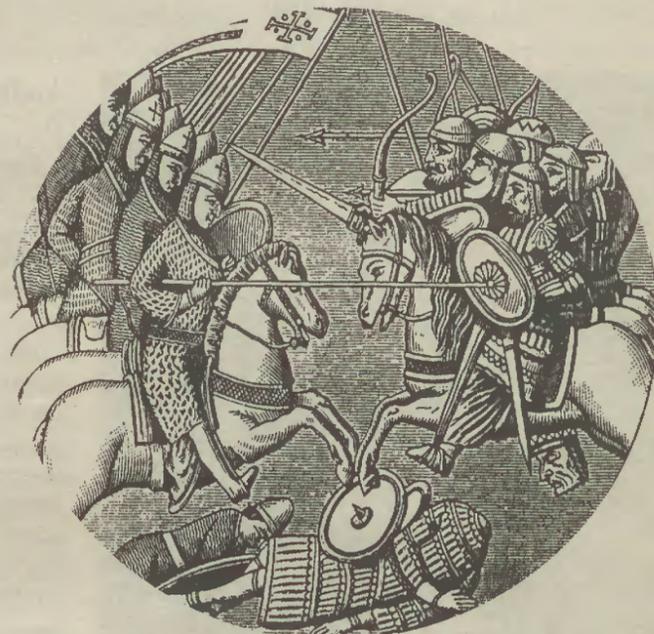
O senhor doutor Lobo Xavier sabe que eu sei que o senhor sabe que eu sei e isso é uma grande vulnerabilidade que

o senhor neste momento tem.

(Maria José N. Pinto, *Jornal da Tarde*)

Pelo amor de Deus, acabem com ataques, acabem com insultos, respeitem-se, pensem no futuro, pensem em nós, e não percam a cabeça, porque senão perdemos todos!

(Nobre Guedes, *Jornal da Tarde*)



No país da grande riqueza...

José Alberto Carvalho - O país de abundância e Pátria da economia do mercado tem 20 milhões de pessoas com dificuldades de alimentação. Falo dos Estados Unidos, mas não se trata dos problemas colocados pela «fast food», a comida de plástico. É mesmo subnutrição. Há 20 milhões de norte-americanos que estão a ser alimentados graças a programas de emergência alimentar. **Voz off** - A América não é sinónimo de fartura para todos. Se há gente que mostra bem que a comida não falta, há muitos que, para sobreviver, dependem da dádiva dos outros. O Relatório da Alimentação na América dá conta de 20 milhões de pessoas que têm de recorrer às sopas dos pobres. Só em Nova Iorque, meio milhão de pessoas vive da comida distribuída por voluntários. **Lucy Cabrera** - A rede de distribuição gratuita de alimentos

em Nova Iorque e por todo o país tem sido a rede de segurança que impede as pessoas de morrerem à fome na América. **Brian Draper** - Servimos adultos e crianças. Por isso, nomeadamente, quando chego e vejo doçarias, corro para tentar conseguir doces extra para os miúdos, a fim de os alimentar no fim da escola. Muitos miúdos vivem em casas só com um dos pais, e seja o que for que lhes dermos para o almoço o que conta verdadeiramente é a sobremesa e para isso cá estou eu. **Voz off** - As instituições humanitárias não têm mãos a medir. Há cada vez mais americanos que vivem em estado de subnutrição. Os programas de emergência abrangem todo o país para que muitas pessoas não passem uma noite com o estômago vazio.

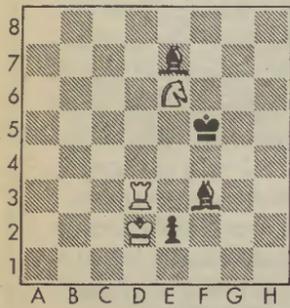
(Diário da Noite, SIC)

XADREZ

DCLI - 2 DE ABRIL DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998X14

Por: Charles Michael Bent «British Chess Magazine», 1951

Pr.: [4]: Ps. e2 - Bs. e7, f3 - Rf5 Br.: [3]: C6 - Td3 - Rd2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998X14 [C.M.B.]

1. Cd4+, R64; 2. C:f3+, e1=D+; 3. C:61, Bb4+; 4. R62, B:e1; 5. Ta3! e ganha.

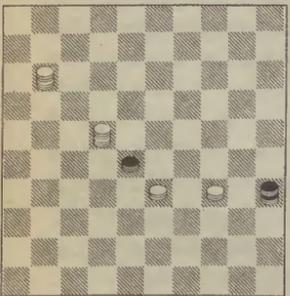
A. de M. M.

DAMAS

DCL - 2 DE ABRIL DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998D14

Por: Pierre Garlopeau Au Coeur du Problème, França, s/d

Pr.: [2]: 28-(35) Br.: [4]: (11)-(22)-33-34



Branças jogam e ganham

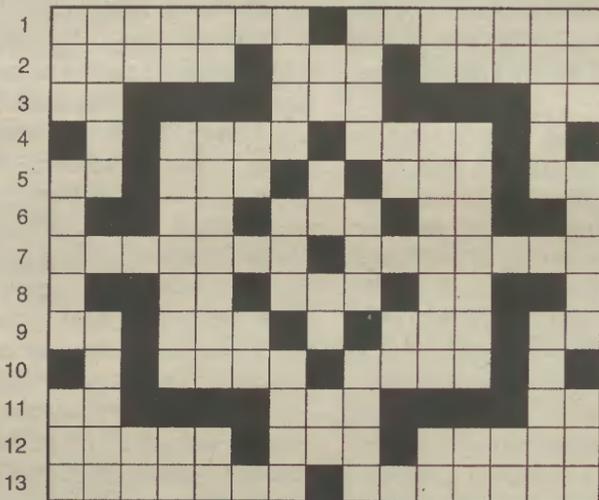
SOLUÇÃO DO Nº 1998D14 [P.G.]

1. 11-16! (2x30); 2. 22-13+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Pulseira com varetas de metal, usada em Luanda, Angola (pl.); porção de coisas que a mão pode abranger (pl.). 2 - Inflamação dos ouvidos; joeira; espécie de caranguejo grande. 3 - Graceja; massa gelatinosa obtida a partir das chamadas soluções coloidais; Amerício (s.q.). 4 - Enfado; ilha, tipicamente anular, que delimita uma lagoa interior com comunicação para o mar, que se forma em mares tropicais. 5 - Basta; porém; larva que se cria nas feridas dos animais; Prata (s.q.). 6 - Antes de Cristo (abrev.); irmã da mãe; avenida (abrev.). 7 - Determinação escrita emanada de autoridade judicial ou administrativa; sacerdotisa de Baco. 8 - Partícula afirmativa do dialecto provençal; gema (pop.); antiga cidade da Caldeia. 9 - Acusada; grande quantidade; pron. pessoal feminino; àquele. 10 - Empunhar; gavinhas. 11 - Rapaz (pop.); Interj. de dor (pl.); suf. nom., de origem latina, que tem sentido diminutivo. 12 - Entusiasma; lamentos; agarrado com as gavinhas. 13 - Sono curto (pl.); estouros.

VERTICAIS: 1 - Maior; proeminência mórbida e circunscrita em qualquer parte do corpo; utensílio de cozinha (pl.). 2 - Incita (fig.); árvore do Sri Lanka e Malaca, que produz madeira valiosa, muito rija e e cor negra. 3 - Níquel (s.q.); Índio (s.q.). 4 - Astatina (s.q.); aquela que exerce arte, desporto por gosto e não por paga; pron. pess. reflexo. 5 - Neónio (s. q.); fato inteiriço de ganga para resguardar a outra roupa (pl.); Actínio (s.q.). 6 - Uma vogal (pl.); mofa. 7 - Chupo; modo de dizer; via dentro de uma povoação (pl.). 8 - Telúrio (s.q.); medida itinerária chinesa; satélite de Júpiter; dois romanos. 9 - Saco de viagem; parte pendente anexa a alguma coisa; nome de letra. 10 - A tua pessoa; artigo antigo. 11 - Sódio (s.q.); resposta dada por uma divindade a quem a consultava; extraterrestre (abrev.). 12 - Érbio (s.q.); limpares com água; naquele lugar. 13 - Espécie de escumilha; o mais (ant.). 14 - Árvore ornamental da fam. das leguminosas, cultivada em Portugal; estéril. 15 - O tio americano; haste florífera de algumas plantas; pedra de moinho (pl.).

VERTICAIS: 1 - Morçunho; pás. 2 - At; amadora; mc. 5 - rot; et; ao. 10 - Asir; elos. 11 - Ft; us; im. 12 - Amira; ais; clado. 13 - Sonceas; estalos.

HORIZONTAIS: 1 - Mananias; manelos. 2 - Otite; ut; arca. 3 - Rt; gel; Am. 4 - Armo; arto. 5 - Tg; mas; ura. 6 - Ac; dia; av. 7 - Mandado; bacante. 8 - Oc; mta; Ur. 9 - R6; rot; et; ao. 10 - Asir; elos. 11 - Ft; us; im. 12 - Amira; ais; clado. 13 - Sonceas; estalos.

SOLUÇÃO

AGENDA

Debate
em **Aigualva-Cacém**
com a participação de
Álvaro Cunhal
Domingo, 5, às 16h, no JIP,
promovido pela JCP/Sintra:
«O conceito
de democracia»

No mesmo local, às 13h:
Almoço comemorativo
do 77.º aniv. do PCP
também com a presença de
Álvaro Cunhal,
promovido pela Com. de
Freguesia do PCP

— * —

Almoço-convívio
no **Couço**
com a presença de **Álvaro Nunes**
Sábado, 4, às 13h,
no Centro de Trabalho

— * —

Almoço-convívio
na **Damaia**
Domingo, 5, às 13h,
no Centro de Trabalho da Damaia

— * —

Almoço-convívio
na **Chamusca**
com a presença de **Jorge Cordeiro**
Domingo, 5, às 13h, em Vale de Cavalos
(Coop. 15 de Outubro)



Iniciativas

com a participação

do camarada

CARLOS CARVALHAS

Secretário-geral do PCP

• **Hoje, quinta-feira**
No CT Vitória, Lisboa, às 18h
AMI-Acordo Multilateral sobre
Investimentos, «O novo manifesto
do capitalismo mundial» - Debate
Intervenções de Sérgio Ribeiro, Lino de
Carvalho e Carlos Carvalhas

• **Sexta-feira, 3**
No CT Vitória, Lisboa, às 19h30
Convívio de Abril
- Jantar promovido pelo Sector
de Transportes da ORL

• **Sábado, 4**
No Jardim dos Jerónimos em Lisboa,
das 10h30 às 18 horas
Encontro-Festa JCP/Juventude
- **Audácia de conquistar**
Intervenção de Carlos Carvalhas

• **Sábado, 4**
Em Foros de Salvaterra
(Restaurante Tira-Picos), às 20h
Jantar comemorativo
do 77.º aniversário do PCP

• **Domingo, 5**
No Clube Recreativo da Cruz de Pau,
na Amora, com início às 10h30
Encontro Distrital de Setúbal
de Quadros do PCP

JCP

Juventude

AUDÁCIA
DE CONQUISTA

ENCONTRO-FESTA

4 DE ABRIL

JARDIM DOS JERÓNIMOS



JCP

Luta
Música
Desporto
Capoeira
Animação de rua

Reivindicação
Protesto
Jambés
Graffiti's
Exposições

Participação de
CARLOS CARVALHAS

Almoço-convívio
na **Quinta da Atalaia**,
entre as 13h e as 15h
Carlos Carvalhas fará a intervenção
de encerramento do Encontro

Terça-feira, dia 7 de Abril,
Carlos Carvalhas, acompanhado
por uma delegação do Partido que integra
os camaradas **Lino de Carvalho**
e **Joaquim Matias**, deputados,
e **Dias Coelho** e **Arménio Carlos**,
membros da DORL, visita a Carris,
na Estação de Santo Amaro em Lisboa.
A visita compreende um encontro
com as Organizações Representativas
dos Trabalhadores, um outro
com a Administração, visita às instalações
e almoço.

Plenários e outras reuniões

das organizações do PCP

• **Almada**
Plenário de eleitos comunistas: sábado, 4, no CT Concelho.

Plenário de membros de células de empresas, activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores: terça-feira, 7, às 18h, no CT Concelho.

• **Amadora**
Encontro de Quadros do PCP do Concelho da Amadora: sábado, 4, no Auditório da CM.

• **Cascais**
Alcabideche - Plenário de militantes sobre a situação política e organização e tarefas do Partido, com **Júlio Filipe**: sábado, 4, às 15h30, no CT local.
S. Domingos de Rana - Plenário da organização da freguesia: domingo, 5, a partir das 15h. A anteceder o plenário, almoço-convívio, às 13h. No CT de Tires.

• **Colmbra**
Assembleias plenárias para discussão do Anteprojecto de Resolução Política e eleição dos delegados à Assembleia da ORC:
- Sexta-feira, 3 - Da Org. de Freguesia de Sto. António dos Olivais (Coimbra)
- Sábado, 4 - Da Org. Concelhia de Arganil: das Orgs. das Freguesias do Sul do Concelho de Coimbra e da Freg. de Santa Clara.

• **Lisboa**
Plenário de militantes trabalhadores em Hotéis da Cidade de Lisboa: terça-feira, 7, às 15h30, no CT da Av. Duque de Loulé.
Plenário do OD do Sector Serviços: terça-feira, 7, às 18h, no CT da Av. Duque de Loulé.

• **Sintra**
Queluz - Plenário de militantes da freguesia de Monte Abraão: sexta-feira, 3, às 21h30, na Esc. Primária, com a participação de **António Andrez**.
Almargem do Bispo - Plenário da freguesia de Almargem do Bispo: sexta-feira, 3, às 21h30, em casa do Cam. Augusto, em Albugas, com **António Cordeiro**.
Portucel/Embalagem (Albarraque) - Plenário da Célula: sábado, 4, às 15h, no CT do Cacém.

• **Vila Nova de Gaia**
Plenário de militantes da Organização de V.N. de Gaia, com a participação do camarada **Emídio Ribeiro**: sábado, 4, no Salão Nobre da Assembleia Municipal.

Setúbal
Encontro Distrital do PCP
para as **Questões da Agricultura**
Sábado, 4, a partir das 10h, no Edifício Arrábida,
com a participação de **Agostinho Lopes**

*
Chaves
Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 4, às 15h, no Centro de Trabalho,
com a participação de **Manuela Bernardino**

*
Santarém
8ª Assembleia
da **Organização Concelhia**
Domingo, 5, às 10h30, no Salão da JF de Alcanhões,
com a participação de **José Casanova**
Almoço comemorativo
do 77.º Aniversário do PCP
às 13h, no Salão da APA (Assoc. Pop. de Alcanhões)

*
Loures
Assembleia da Organização
da **Freguesia de Unhos**
Sábado, 4, às 15h, na Pomba da Paz (Catujal),
com **José Tavares**

*
Marinha Grande
Reunião Distrital de Quadros do PCP
com a participação de **Luís Sá**
Sábado, 4, às 15h, no CT da Marinha Grande

Em debate

Sacavém
Com **ÁLVARO CUNHAL**
sobre «O valor actual do Manifesto Comunista»
Sábado, 4, às 16h, no Sport Grupo Sacavenense

*
«O Ideal Comunista» em **Castelo Branco**
«A actualidade do ideal comunista - O PCP como alternativa» é o tema do debate a realizar sexta-feira a partir das 21h no Centro de Trabalho de Castelo Branco com a participação do camarada **AURÉLIO SANTOS**

O «Euro» em Lagos, em Olhão e em Aveiro
Sobre o tema, promove a Comissão Coordenadora de Lagos da CDU um debate na sua sede (R. dos CTT, Sítio da Ameijeira), que contará com a participação de **SÉRGIO RIBEIRO**, sábado, às 21h30.
No mesmo dia e por iniciativa da Comissão Concelhia de Olhão do PCP, o eurodeputado estará presente no debate que sobre o tema decorre no Auditório Municipal a partir das 15h.
No dia 6, segunda-feira, já em Aveiro, Sérgio Ribeiro participa numa sessão-debate sobre a Moeda Única a realizar no Salão Cultural da CM de Aveiro a partir das 21h30.

Torres Novas
«O Manifesto Comunista - a sua importância histórica e a sua actualidade»
Sábado, 4, às 16h, no CT do PCP,
com **FRANCISCO MELO**

*
«IVG» no **Barreiro e na Quinta do Conde**
A deputada **ODETE SANTOS** estará presente nos debates sobre a despenalização do aborto que se realizam nos Penicheiros, **Barreiro**, sexta-feira às 21h30, e sábado, à mesma hora, no CT do PCP da Quinta do Conde.

«Como afirmar a esquerda» no **Porto**
O camarada **JOÃO AMARAL** introduzirá (sexta-feira, 3, às 21h30, no Auditório do CT da Boavista) «Um debate necessário - Como afirmar a esquerda?» - uma iniciativa promovida pelo Sector Intelectual do Porto do PCP.

«Sobre as ideologias» em **Torres Vedras**
A JCP/Torres promove neste fim-de-semana, com a participação do camarada **JOSÉ CASANOVA**, um debate «Sobre as ideologias». No CT do PCP de Torres Vedras, sexta-feira, às 21h30.

CDU OEIRAS
Reunião dos eleitos
nos **órgãos municipais**
e de **freguesia**
do **concelho**

1. Regionalização e Descentralização de Competências
2. Problemas das Freguesias - Interligação com a CM
- Acção da CDU

Segunda-feira, 6, às 21h30,
no CT do PCP de Algés, com
Bernardino Soares

Conversa
sobre
Bertolt Brecht
com **Artur Ramos**

- uma iniciativa da
CDU/Oeiras -
Sexta-feira, 3,
às 22h, na Sala
da Biblioteca do
Palácio Anjos, em Algés

CAMPANHA
DE SOLIDARIEDADE
COM CUBA

Reunião de dinamização
da campanha em Lisboa
promovida pela DORL
Dia 15 - 18h30
- CT Vitória
(alteração à data
anteriormente prevista)

TELEVISÃO

Quinta, 2

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.10 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.20 Consultório
- 15.20 Maria do Bairro
- 16.20 Concurso 1, 2, 3
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.00 As Lições do Tonecas
- 21.35 Terra Mãe
- 22.35 Prémios Grammy 1998
- 01.00 24 Horas
- 01.50 Musical: «The Corrs»

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.40 Bonanza
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Caderno Diário
- 19.10 O Jardim da Celeste
- 19.40 Hugo
- 20.05 Tex Avery



- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.40 Remate
- 21.00 Acontece
- 21.30 Cidade Louca
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Cemitério Vivo
- (de Mary Lambert, EUA/1989, com Dale Midkiff, Fred Gwynne, Denise Crosby, Brad Greenquist. Fantástico / Terror)
- 00.15 Falatório
- 01.10 Magazine

SIC

- 08.10 Buéréré
- 10.15 Trapalhões
- 11.15 Receitas do Dia
- 11.45 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.40 Fátima Lopes
- 17.00 Buéréré
- 18.00 Vidas Cruzadas
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 Anjo Mau
- 22.00 Ai os Homens
- 23.00 Esta Semana
- 00.20 Último Jornal
- 00.45 No Fim do Mundo
- 02.00 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
- 15.10 Caprichos
- 16.00 O Jogo da Vida
- 16.50 S.O.S. Urgências
- 17.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 18.40 Malta Curtida
- 19.00 Marés Vivas
- 20.00 Quem Tudo Quer...
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Terra: Conflito Final
- 23.00 Linha de Fundo
- 00.40 Seinfeld
- 01.10 Ponto Final

Sexta, 3

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.10 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.20 Consultório
- 15.20 Os Andrades
- 16.00 Maria do Bairro
- 17.15 No Tempo em que Você Nasceu
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Cais do Oriente
- 20.55 Futebol: Farense-Porto
- 23.00 Terra Mãe
- 24.00 24 Horas
- 00.50 Baía Negra
- (de Carl-Jan Colpaert, EUA/1994, com Donald Logue, Viggo Mortensen, Pamela Gidley, Jeremy Sisto. Psicodrama)
- 02.40 Motores

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.40 Bonanza



Morrer em Dieppe, inspirado num dramático episódio da II Guerra Mundial (RTP2)

- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Caderno Diário
- 19.10 O Jardim da Celeste
- 19.40 Hugo
- 20.05 Tex Avery
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.40 Remate
- 21.00 Acontece
- 21.30 Quem Sabe, Sabe...
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Na Pele de Uma Loira
- (de Blake Edwards, EUA/1991, com Ellen Barkin, Jimmy Smits, JoBeth Williams, Lorraine Bracco. Fantástico / Comédia)
- 00.15 Falatório
- 01.10 Charlie Grace Investiga

SIC

- 08.10 Buéréré
- 10.15 Trapalhões
- 11.15 Receitas do Dia
- 11.45 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.40 Fátima Lopes
- 17.00 Buéréré
- 18.00 Vidas Cruzadas
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 Anjo Mau
- 22.00 Ai os Homens
- 23.00 Esta Semana
- 00.20 Último Jornal
- 00.45 No Fim do Mundo
- 02.00 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
- 15.10 Caprichos
- 16.00 O Jogo da Vida
- 16.50 S.O.S. Urgências
- 17.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 18.40 Malta Curtida
- 19.00 Marés Vivas
- 20.00 Quem Tudo Quer...
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pretender
- 23.00 C - 16
- 24.00 Clonagem
- (de Douglas Barr, EUA/1997, com Elizabeth Perkins, Bradley Whitford, Alan Rosenberg. Drama)
- 02.00 Seinfeld
- 02.30 Fora de Jogo

Sábado, 4

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 12.15 Companhia dos Animais
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top +
- 15.00 A História de Nikita
- 16.00 As Novas Aventuras de Robin dos Bosques
- 17.05 Conan, o Guerreiro
- 17.55 Futebol: Braga-Estrela da Amadora
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.25 Jet 7
- 22.00 Há Horas Felizes
- 23.30 Serviço de Urgência
- 00.25 Ténis: Open do Estoril
- 00.35 24 Horas
- 01.15 A Comédia dos Infelizes
- (de George Huang, EUA/1994, com Kevin Spacey, Frank Whaley, Michelle Forbes. Drama)
- 03.00 Futebol Inglês

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Música Maestro - Concerto de Aranjuez
- 13.00 Sem Limites
- 13.30 Jornal Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 18.30 Onda Curta
- (Realizado por Tex Avery, 4ª. Parte - Seleção de curtas-metragens reunidas sob o título genérico «Variações Sobre Cães, Gatos e Esquilos». Animação)
- 19.30 2001
- 20.15 Jogo do Alfabeto
- 21.00 Semana ao Sábado
- 21.55 O Lugar da História
- 22.50 Aquela Loira
- (de Jacques Becker, Fr/1952, com Simone Signoret, Serge Reggiani, Claude Dauphin, Raymond Bussières. Ver Destaque)
- 00.40 Sinais do Tempo
- 01.35 Why Sex

SIC

- 08.00 Buéréré
- 11.30 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Imagens Reais
- 14.10 Príncipe de Bel Air
- 14.30 Norte e Sul
- 16.00 Xena, a Princesa Guerreira
- 17.00 Walker
- 18.00 Em Busca da Esmeralda Perdida
- (de Robert Zemeckis, EUA/1984, com Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny De Vito. Aventuras / Comédia)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 Mundo VIP
- 21.25 Corpo Dourado
- 22.25 Big Show Sic
- 01.30 Último Jornal
- 01.55 A Última Aposta
- (de Nancy Savoca, EUA/1991, com River Phoenix, Lili Taylor, Richard Panjabi, Anthony Clark. Ver Destaque)

TVI

- 10.00 Animação
- 12.40 Gémeas
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.00 Feed Back
- 15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
- 16.40 Danielle Steel - Vontade de Vencer
- (de Jud Taylor, EUA/1990, com Jaclyn Smith, Colleen Dewhurst, Perry King. Drama)
- 18.30 F/X: Efeitos Mortais
- 19.30 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 Pensacola, Asas de Ouro
- 23.30 Causa Justa
- 00.20 Perigo em Alta Velocidade
- (de Jack Sholder, EUA/1997, com Judge Reinhold, Nina Siemaszko, Brian Hooks. Drama)



Profilier (TVI)

- 13.00 Portugal Português
- 14.00 As Orcas
- 15.00 O Céu Como Horizonte
- 15.50 Adultos à Força
- 16.40 Danielle Steel - Novos Corações
- (de Michael Müller, EUA/1993, com John Ritter, Polly Draper, Kevin Kilner. Drama)
- 18.30 Nightman
- 19.30 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 Unabomber
- (de Jon Purdy, EUA/1996, com Robert Hays, Dean Stockwell, Tobin Bell, Victoria Mallory. Drama)
- 00.20 Futebol (Campeonato Italiano)

Domingo, 5

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 15.00 Kung Fu
- 15.55 Campo de Férias
- (de Jonathan Prince, EUA/1994, com Jonathan Jackson, Christopher Lloyd, Andrew Keegan. Comédia Infantil)
- 18.15 Casa Cheia
- 18.45 Riscos
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 20.55 Major Alvega
- 21.45 Reis do Estúdio
- 23.10 Domingo Desportivo
- 01.10 24 Horas
- 01.50 Nos Limites do Terror

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.20 Maravilhas do Universo
- 12.10 Máquinas
- 12.35 Jornal Jovem
- 13.05 O Povo das Ilhas
- 13.30 Jornal d'África
- 14.00 Desporto 2
- 18.10 Oxalá
- (de António Pedro Vasconcelos, Port., com Manuel Baeta Neves, Marta Reynolds, Laura Soveral, Judite Maigne, Lia Gama, Ruy Furtado. Ver Destaque)
- 19.35 Bombordo
- 20.30 Artes e Letras - «B.B.»
- 21.25 Morrer em Dieppe
- 22.50 Horizontes da Memória
- 23.20 Ópera: «A Paixão»
- 00.25 Vidas do Século - «Lawrence da Arábia»

SIC

- 08.30 Buéréré
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.45 Malucos do Riso
- 14.20 S.O.S.
- 14.55 Os Imortais
- 16.00 Hook
- (de Steven Spielberg, EUA/1991, com Robin Williams, Dustin Hoffman, Julia Roberts, Bob Haskins. Fantástico / Aventuras)
- 18.50 Desporto
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.15 Corpo Dourado



- 22.00 Globos de Ouro
- 01.00 Último Jornal
- 01.25 Gémeos

TVI

- 10.00 Animação
- 10.30 Novos Ventos
- 11.00 Angelus
- 11.10 Missa

Segunda, 6

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.15 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.15 As Aventuras de Tarzan
- 15.35 Nico d'Obra
- 16.05 Maria do Bairro
- 17.35 Gala Internacional de Futebol (Compacto)
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.00 Não Há Duas sem Três
- 21.35 Terra Mãe
- 22.30 Concurso 1, 2, 3
- 00.40 24 Horas
- 01.30 Muito Barulho por Nada
- (de Kenneth Branagh, Gr.Br./EUA/1993, com Emma Thompson, Kenneth Branagh, Robert Sean Leonard, Keanu Reeves, Denzel Washington. Ver Destaque)

RTP 2

- 14.00 Ténis - Open do Estoril
- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Negócios de Família
- 17.35 Rotações
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.40 Tombik
- 19.10 O Jardim da Celeste
- 19.40 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.40 Remate
- 21.00 Acontece
- 21.30 3º Calhau a Contar do Sol
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 O Vigilante
- (de Francis Ford Coppola, EUA/1974, com Gene Hackman, John Cazale, Allen Garfield, Frederic Forrest. Ver Destaque)
- 00.25 Corpus Christi
- 01.10 O Critico

SIC

- 08.10 Buéréré
- 10.00 Fátima Lopes
- 11.45 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.40 Vidas Cruzadas
- 15.45 Buéréré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor

Confissões de Adolescente (RTP2)

- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Anjo Mau
- 22.00 Roda de Milhões
- 24.00 Toda a Verdade
- 01.00 Último Jornal
- 01.45 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
- 15.10 Caprichos
- 16.00 O Jogo da Vida
- 16.50 S.O.S. Urgências
- 17.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 18.40 Malta Curtida
- 19.00 Quem Tudo Quer...
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pensacola
- 23.00 Linha de Fundo
- 00.50 Seinfeld

Terça, 7

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.15 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.15 As Aventuras de Tarzan
- 15.10 As Lições do Tonecas
- 16.00 Maria do Bairro
- 17.20 Made in Portugal
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.00 Solteiros
- 21.35 Terra Mãe
- 22.30 Obrigado por Tudo
- 00.15 Millennium
- 01.25 24 Horas
- 02.15 Magazine
- 02.50 O Clã do Urso das Cavernas
- (de Michael Chapman, EUA/1986, com Daryl Hannah, Pamela Reed, James Remar. Drama)

RTP 2

- 14.00 Ténis - Open do Estoril
- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Negócios de Família
- 17.35 Rotações
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.40 Infantil



Quarta, 8

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.15 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.15 As Aventuras de Tarzan
- 15.10 Nós, os Ricos
- 15.50 Maria do Bairro
- 17.35 Royal Variety
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.00 Isto Só Vídeo
- 21.35 Terra Mãe
- 22.30 Enviado Especial
- 23.25 Despertares
- (de Penny Marshall, EUA/1990, com Robert De Niro, Robin Williams, Julie Kavner, Ruth Nelson, John Heard. Ver Destaque)
- 01.45 24 Horas
- 01.35 Mulheres É Comigo
- (de Bud Yorkin, EUA/1963, com Frank Sinatra, Lee J. Cobb, Molly Picon, Barbara Rush. Ver Destaque)

RTP 2

- 14.00 Ténis - Open do Estoril
- 16.00 Informação Gestual



Praça da Alegria (RTP1)

- 16.40 Negócios de Família
- 17.35 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.40 Infantil
- 19.10 O Jardim da Celeste
- 19.40 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.40 Remate
- 21.00 Acontece
- 21.30 Os Simpsons
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Do Fundo do Coração
- (de Francis Ford Coppola, EUA/1982, com Frederic Forrest, Raul Julia, Nastassia Kinski. Comédia Romântica)
- 00.15 Corpus Christi
- 01.00 Musical: «The White Room»

SIC

- 08.10 Buéréré
- 10.00 Fátima Lopes
- 11.45 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.40 Vidas Cruzadas
- 15.45 Buéréré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Médico de Família
- 22.00 Anjo Mau
- 23.00 Strip-tease
- (de Paul Verhoeven, EUA/1995, com Demi Moore, Burt Reynolds, Armand Assante, Ving Rhames, Robert Patrick. Comédia Dramática)
- 01.10 Último Jornal
- 01.35 A Família Real
- 02.55 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
- 15.10 Caprichos
- 16.00 O Jogo da Vida
- 16.50 S.O.S. Urgências
- 17.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 18.40 Malta Curtida
- 19.00 Quem Tudo Quer...
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Picar o Ponto
- 22.30 Perseguição Diabólica
- (de Andrew Davis, EUA/1996, com Keanu Reeves, Morgan Freeman, Rachel Weisz, Fred Ward. «Thriller»)
- 00.30 Seinfeld
- 01.00 Lanterna Mágica
- 01.40 Fora de Jogo

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Aquela Loira

(Sábado, 22.50, RTP2)

Escolheu bem, o realizador **Fonseca e Costa**, hoje rendido ao «filme da sua vida», uma preciosidade do cinema francês, uma obra-prima de **Jacques Becker**. *Aquela Loira* é, na realidade, um dos melhores filmes franceses do pós-guerra, um melodrama com argumento centrado no retrato a um tempo realista e poético de um punhado de homens que a sociedade arrasta para a condição de patifes. Um filme que também se debruça sobre a dureza dos seus dramas e misérias, a fidelidade aos códigos de honra, e sobre a paixão, ciúme e rivalidade que levam ao crime. Com uma fabulosa interpretação de **Simone Signoret**, na sua esplendorosa juventude, bem acompanhada por **Régiani, Dauphin** e **Bussières**. A não perder.



River Phoenix e Lili Taylor em «A Última Aposta» de Nancy Savoca



«O Vigilante» de Francis Ford Coppola com Gene Hackman

faceta de actor) **Kenneth Branagh** toma aqui, como inspiração, a conhecida comédia de **Shakespeare**, mas escolhe o caminho da não-reprodução exacta do texto e das situações, preferindo-lhe avisadamente uma adaptação livre do original do grande poeta e dramaturgo. Alguns furos mais abaixo, enquanto experiência cinematográfica, do que *Henry V*, o filme vale sobretudo por alguns momentos de grande arte de representar, a cargo de um grupo de actores e atrizes de primeiro plano (ver *Ficha Técnica*).

Apocalypse Now

(Terça, 22.40, RTP2)

Que poderá dizer-se mais do que aquilo que várias vezes aqui foi sublinhado a propósito de outras transmissões deste verdadeiro monumento cinematográfico? Sem dúvida que se trata de um filme tão delirante quanto demenciais são as principais personagens que dão corpo a esta história, cujo pano de fundo é uma guerra iníqua entre as demais. Entretanto, passados anos sobre a sua estreia, é tempo agora de o ver (embora na «impossível» dimensão do pequeno ecrã) tentando abstrair-nos do calor do primeiro impacte e averiguando se as primeiras impressões, influenciadas pela desmesura e pelo espanto, agora se aquietam à luz de uma necessária distanciação. Um filme de **Francis Ford Coppola**, com **Martin Sheen, Robert Duvall, Dennis Hopper** e **Marlon Brando** nos principais papéis.



Um cartaz sobre o filme «Apocalypse Now» de Coppola

Despertares

(Quarta, 23.25, RTP1)

Muito badalado no ano da sua estreia (1991), o argumento de *Despertares* é baseado nas experiências levadas a cabo em finais dos anos 60 pelo médico neurologista **Oliver Sacks** (personagem interpretada no filme, com outro nome, por **Robin Williams**) nos tratamentos a pacientes da «doença de Parkinson» numa clínica psiquiátrica de Bronx. Debruçando-se, em particular, sobre o caso extremo de um dos doentes, o filme retrata a evolução positiva e, depois, o retrocesso no

processo de cura que conduz, inclusive, a graves e violentos distúrbios de comportamento. Alternando entre um tom realista, mais adequado, e os tiques da comédia dramática, o filme acaba por falhar no campo da escrita dramática - o que deixou um pouco à deriva não apenas **Robert DeNiro**, a quem é apontada uma interpretação algo exagerada, mas também **Robin Williams**, aparentemente incapaz de escapar aos tiques estereotipados de anteriores papéis.

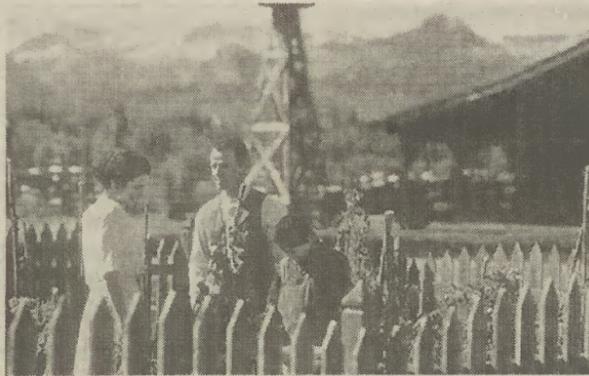
Mulheres é Comigo

(Quarta, 02.35, RTP1)

Com **Sinatra** a representar bem (e a cantar melhor, no genérico) e uma história divertida e bem adaptada da pena original de **Neil Simon**, os ingredientes são os indispensáveis para animar uma insónia das antigas...



Os principais intérpretes de «Muito Barulho Por Nada» de Shakespeare / Branagh



Robert DeNiro e Robin Williams em «Despertares» de Penny Marshall

A Última Aposta

(Sábado, 01.55, SIC)

Na véspera de embarcar para o inferno do Vietname, um jovem marino procura passar uma última noite de farra com os amigos e todos decidem jogar o *dogfight*, um jogo no qual cada um dos rapazes procura «engatar» a rapariga mais feia possível. O nosso jovem encontra então uma rapariga que, quando percebe o logro em que caíra, decide voltar para casa. Mas ele acompanha-a, ela cede, e a história conhece novos cambiantes, bem mais sensíveis e simpáticos. Um filme normal, bem feitinho, que a **SIC** prefere projectar a esta hora, em desfavor, por exemplo, de um qualquer **Chuck Norris**...

Oxalá

(Sábado, 18.10, RTP2)

«Crónica amarga, desencantada, evocativa e irónica sobre a evolução sociopolítica de Portugal nos anos que seguiram ao 25 de Abril» - tal como no-lo descreve o Boletim de Programas da **RTP** - tal não seja, assim de forma tão carregada, este filme de **António Pedro Vasconcelos**. Mas, lá no fundo, isto só quer dizer que, bem vistas as coisas (e exceptuando pouquíssimas excepções), a generalidade dos cineastas portugueses foi incapaz de encontrar, para as histórias dos seus filmes, um razoável meio termo entre o sistemático desprezo por qualquer temática dramática suscitado pelo longo período do fascismo e o sopro de optimismo e a vontade de construir uma sociedade melhor que a liberdade lhes proporcionou.

O Vigilante

(Segunda, 22.40, RTP2)

Um perito em operações de vigilância (de que as escutas telefónicas são o mais «inocente» dos artificios que a sua profissão lhe ensinou) envolve-se erradamente num caso que está a investigar, até ao ponto de mergulhar num mundo de crime, desespero e alta tensão. Brilhantemente escrito e encenado por **Francis Ford Coppola**, e interpretado com grande rigor, sobriedade e intensidade emocional por **Gene Hackman**, *O Vigilante* é um dos mais impressionantes *thrillers* dos anos 70 e constituiu uma impiedosa denúncia da paranóia que leva à invasão da privacidade do indivíduo e à destruição da própria consciência. A não perder.

Muito Barulho Por Nada

(Segunda, 01.30, RTP1)

Demonstrando mais uma vez a sua transbordante energia, como encenador e como realizador (para além da sua bem mais apurada

Einstein, Uma Vida

Em mais uma das suas admiráveis *soirées* temáticas, o canal franco-alemão **Arte** dedica toda a noite de hoje àquele que é, certamente, o maior cientista do nosso século - **Albert Einstein**. São-nos propostos, assim, quatro programas sequenciais que procurarão dar-nos uma imagem do cientista e da sua importância para o conhecimento contemporâneo. O primeiro - «**Einstein, Uma Vida**» (1996), com início às 19.45 - é uma reconstrução «politicamente correcta» da sua vida, num documentário britânico realizado por **Peter Jones**. Depois, às 21.15, tem início um segundo documentário, agora francês e realizado por **Françoise Wolff**, o qual, apoiado em



documentos inéditos e imagens de arquivo, faz surgir as contradições do génio. «**Nas Fronteiras do Cosmos**» segue-se-lhe às 22.40, tendo sido rodado na Sicília, no **Centro Ettore Marjorana**, também sob a direcção da mesma realizadora, e confrontando-se nele as opiniões de físicos e astrofísicos, herdeiros de **Einstein**, que se debruçam sobre a origem do

Universo. Finalmente, às 23.30, os cientistas **Stephen Hawking, Edward Witten, Brian Greene** e **Ilya Progogine** questionam-se sobre a existência de uma teoria final que explique o Universo. (Quinta, das 19.45 às 24.00)

Um documentário sobre os «Doors»

O canal musical **Sol** vai dedicar duas noites a uma das bandas mais míticas da música popular norte-americana - os **Doors**. A primeira parte deste documentário será já transmitida este sábado, às 18 horas, e a segunda parte, oito dias depois, à mesma hora. A repetição deste documentário em duas partes está marcada no mesmo canal para os dias 12 e 19 (domingos) às 21 horas. (Sábado, às 18 horas)

Em memória de Luther King

Em 4 de Abril de 68 era assassinado o pastor **Martin Luther King**. Na emissão de domingo 5 a **BBC World** transmite um documentário com a duração de uma hora e meia intitulado



«**Promised Land: More Angry Than Afraid**», com narração do actor negro **Morgan Freeman**, que evoca a memória deste grande lutador pelos direitos cívicos dos negros norte-americanos. (Domingo, das 20.05 às 21.30)



Contra a Guerra do Vietname

Na fabulosa série «**As 100 Fotos do Século**», que regularmente transmite todas as quartas-feiras (até ao ano 2000!), e na qual em curtos filmes de



6 minutos são escarpelizadas com o maior detalhe uma centena de fotos que ficaram a marcar a memória colectiva do século XX, o canal **Arte** destaca hoje uma célebre foto de **Marc Riboud** datada de 1967 - uma flor contrastando com as baionetas - durante a célebre manifestação de 100.000 pessoas junto ao **Lincoln Memorial**, a quatro quilómetros do **Pentágono** exigindo «**Tragam os nossos GIs de volta!**». (Quarta, das 21.35 às 21.45)

CABO & SATELITE

Flores de um outro jardim

«Dinheiro Vivo», rubrica transmitida pela TV 2 ao princípio das tardes de sábado, ocupa-se da actualidade financeira e económica, bem mais da primeira que da segunda. Para se avaliar o interesse de que se reveste e que sem ironia bem se pode qualificar de múltiplo, basta dizer que nos ensina a jogar na Bolsa. Mais: ensina-nos e estimula-nos. Já por aqui se vê como «Dinheiro Vivo» está adequadamente alojado na TV 2, que é o canal cultural e de serviço público. De facto, está hoje largamente consensualizado que a verdadeira cultura é a que nos permite aceder ao máximo de enriquecimento na unidade de tempo, sem complexos, e que os autênticos valores são as mais-valias obtidas por quem comprou na baixa e vendeu na alta, porventura de acordo com os ensinamentos colhidos em «Dinheiro Vivo». É claro que esta prática civilizacional supõe, embora muito discretamente, que um dia alguém comprará na alta e terá de vender na baixa, mas porque se espera que esse seja o problema de um outro a questão não é irrelevante.

Enganar-se-ia, porém, quem supusesse que «Dinheiro Vivo» só se ocupa em ensinar os principiantes a ganhar dinheiro sem fazer força (embora, é claro, dispondo de um capital inicial sem o qual nada feito): a rubrica presta informações úteis para o entendimento do que se passa à nossa volta muitas vezes sem sequer darmos por isso. Quer isto dizer que, embora por outras palavras e muito boas maneiras, diz-nos o mesmo que, segundo consta, não há muitos anos alguém nos Estados Unidos disse a outro alguém: - «It's the economics, stupid!» O que, curiosamente, parece não passar de uma maneira muito despachada, muito ianque, de retomar uma visão basicamente marxista da vida social. Neste quadro de informações diversificadas no conteúdo e na forma, surgem regularmente entrevistas. E, na passada semana, o entrevistado foi Jardim Gonçalves, patrão do binómio BCP/BPA e do mais que adiante se verá.

Foi, a meu ver, uma entrevista fascinante e esclarecedora. Às vezes, a gente ouve dizer que os banqueiros são isto e aquilo, assim e assado, e acha que é um exagero. Até porque olhamos para Jardim Gonçalves, por exemplo, e bem vemos que não usa labita e chapéu alto como os capitalistas que habitam os cartoons satíricos desenhados por caricaturistas de esquerda. Porém, perante a entrevista de Jardim ao «Dinheiro Vivo», tive de render-me: na verdade, só lhe falta o chapéu alto. E a graça. Salvo se a indignação que porventura nos tome seja afinal de baixo teor explosivo e permita que usemos algum sentido de humor sobrevivente.

Um patrão escandalizado

Passo por cima, salvo seja, da sua descarada proposta de privatização da Caixa Geral de Depósitos: afinal de contas, o homem está no seu papel e não seria possível esperar vê-lo aplaudir uma eventual renacionalização da Banca. Mas fico inevitavelmente enjoado com a hipocrisia que está na raiz da designação dos empregados com a palavra «colaboradores», e isto exactamente no tempo em que os empregados bancários são sujeitos a uma prática laboral que os escraviza como nunca se viu. Como se o sentido até etimológico da palavra não implicasse uma paridade que é quotidianamente negada e só por escárnio pode ser sugerida. E fico indignado quando Jardim Gonçalves se atreve a

insinuar calúnias acerca da gestão dos SAMS, único subsistema de apoio à Saúde que no nosso país existe com dignidade europeia e que o banqueiro pretende assassinar para óbvio proveito do grupo que gere. E fico parvo (embora seja escusa levar esta expressão à letra) quando o oiço protestar em termos de criatura ofendíssima contra agentes da Inspeção do Trabalho que cumprem a lei com rigor, coisa a que pelos vistos Jardim não está habituado e encara com grande escândalo.

Disse Jardim Gonçalves, com ar de grande candura e perante a não menos cândida passividade do jornalista Paulo Fidalgo, que «não é aceitável que os inspectores de trabalho aguardem a hora de encerramento formal» para intervirem. Acrescentando, como aparente circunstância agravante, que os agentes até

podem estar numa cafeteria próxima da agência bancária a visitar, o que pelos vistos lhe parece bem pior que a mera espera dentro de um carro ou no passeio, à chuva. Por sinal, o senhor banqueiro deslizou um pouco para a aldrabice, porque a hora de encerramento dos bancos não é a da saída do pessoal e porque sugeriu que a inspeção devia conceder uns minutos de tolerância. Mas ele sabe lindamente que nos bancos que administra nem centenas de minutos de tolerância seriam bastantes para cobrir o trabalho extraordinário ilegal a que ele obriga os «colaboradores». Ele bem sabe que só não há mais protestos dos empregados porque o medo colhe muitas vítimas. Bem sabe, ou se não sabe devia saber, que a entrada de inspectores até nas casas de banho, que tanto o surpreende e indigna, resulta de os empregados serem forçados pelos capatazes a esconderem-se em tais sítios, o que é decerto uma prática suja mas não é da responsabilidade de quem a ela é obrigado.

O banqueiro Jardim Gonçalves, que tem fama de cristão devoto, devia lembrar-se, ao menos quando vai à TV, de que o farisaísmo é papá de muitos e feios pecados. Já nem se trata de estórias de camelos e de agulhas: neste caso, é questão de decenciazinha e de legalidade. Por outro lado, as suas palavras consubstanciaram uma pressão pública no sentido do incumprimento da lei. Nem pergunto se é proibido, basta-me saber que é uma vergonha. Mesmo que, nesse momento, todos os que têm o dever de velar pela lei e pelos bons costumes tenham começado a assobiar, virados para qualquer outro lado.

TVISTO

■ Correia da Fonseca



O livro e o século

Foi inegavelmente muito feliz a ideia de dedicar ao livro uma iniciativa de relevo no conjunto das actividades culturais com que se quis preencher os 100 dias que precedem a inauguração da «Expo».

O livro, que se afirmou na história da humanidade como o principal veículo de transmissão cultural, está hoje seriamente ameaçado pela concorrência dos audiovisuais, mas mostra-se capaz, como a experiência está a demonstrar, de defender galhardamente o seu lugar, mostrando que por muito tempo é insubstituível.

A exposição «100 livros do século», patente no Centro Cultural de Belém, ajuda a corroborar esta ideia ao pôr em evidência um conjunto de obras que, para bem ou para mal, tiveram, ao longo destes cem anos, uma influência decisiva na marcha dos acontecimentos, na reflexão e no conhecimento humanos, na determinação das consciências, nas conquistas sociais, nos avanços da civilização.

É com enorme prazer que se reencontram, muitas vezes nas suas edições originais, algumas dessas obras que tanto contribuíram para fazer o que este século tem sido e que por isso mesmo acordam as gratas emoções da leitura e os ecos, bons ou maus, da sua fama.

Mas à medida que se avança pelos cinco períodos de vinte anos em que a exposição está repartida as dúvidas começam saltar: - Porquê este e não outro livro? Porquê este e não outro autor? Numa exposição onde predomina a literatura, será possível que não tenham lugar entre 100 livros do século o «Don Tranquilo» de Mikhail Cholókov, o «Manhattan Transfer», de John dos Passos, o «Canto General» de Pablo Neruda?

O Comissário da Exposição, Fernando Pinto do Amaral, queixa-se da limitação simbólica dos cem livros e explica que «esta exposição é apresentada ao público não como o resultado de uma selecção que procurasse traçar um rigoroso perfil do século, escolhendo os seus cem livros mais importantes, mas simplesmente como um percurso, um roteiro, uma viagem entre as muitas que seriam naturalmente possíveis».

A explicação pouco ajuda quando esbarramos com Hitler e o seu tenebroso «Mein Kampf» e não ajuda mesmo nada a perceber a ausência de qualquer obra de Lenine, por exemplo, o «Estado e a Revolução», entre outras possíveis.

A perplexidade acentua-se quando nos detemos nas presenças e sobretudo

nas ausências dos portugueses. Limitados à partida a dez por cento, figuram os seguintes dez, por ordem de citação na exposição: Camilo Pessanha, *Clepsydra*; Sophia de Mello Breyner Andresen, *Poesia (1944)*; Eugénio de Andrade, *As Mãos e os Frutos*; Agustina Bessa-Luís, *A Sibila*; Herberto Helder, *A Colher na Boca*; António Spínola, *Portugal e o Futuro*; Jorge de Sena, *Sinais de Fogo*; José Saramago, *Memorial do Convento*; Fernando Pessoa (Bernardo Soares), *O Livro do Desassossego*; Virgílio Ferreira, *Para Sempre*.

Não se acredita que nem um só dos neo-realistas tenha tido lugar neste conjunto. Será que na obra de Manuel da Fonseca, Soeiro Pereira Gomes, Carlos de Oliveira, Alves Redol, Fernando Namora, para só citar alguns de entre eles, não haverá ao menos um livro que merecesse a

distinção de estar presente? Seria um mínimo de justiça a esta plêiade de autores, à importância excepcional do movimento neo-realista

na literatura portuguesa deste século, ao seu papel, de primeiro plano, na resistência à ditadura, na luta pela liberdade no nosso país e na difusão dos ideais da justiça social entre o nosso povo.

O problema terá residido provavelmente nesta questão da justiça social. É que o critério predominante da escolha parece ter fugido da luta de classes como o diabo da cruz. O marxismo aparece até, mesmo a despropósito, como uma referência negativa, por exemplo, na apresentação de Toynbee lá se «explica»: «Ao contrário de Marx, encara os fenómenos históricos como resultado de forças sobretudo espirituais e não económicas.» E assim se arruma Marx, uma vez que os marxistas, salvo raras e incontornáveis excepções, são geralmente arrumados pelo silêncio.

Este lamentável preconceito em relação ao social reduz o alcance de uma exposição que podia ser memorável. A verdade é que a história do século, mesmo a que é referida nas monografias presentes na exposição, é a de um período excepcional de grandes revoluções, transformações e conquistas sociais sem precedentes, que se tornaram património da civilização. Contam-se entre elas, ainda que com avanços e recuos, o reconhecimento dos direitos do trabalho e dos trabalhadores, a independência dos povos oprimidos, a emancipação da mulher, a protecção da infância, a condenação do racismo.

Que mérito não tem a literatura que junta à qualidade estética estes intensos conteúdos sociais e humanos?!

VARIANTES

■ Carlos Brito



ESCAPARATE

Teatro
para todos
os gostos

A oferta teatral é, nestes dias, muito ampla. Por isso, o nosso destaque de hoje vai para vários espectáculos que poderão preencher os gostos diversificados dos potenciais espectadores. Por exemplo, no Festival dos 100 Dias, é tempo de o Pequeno Auditório do CCB se animar com a subida à cena de uma peça da dupla Bertolt Brecht / Kurt Weill com encenação e direcção de actores de Teresa Roby. A direcção musical é de Carlos Curto, a



cenografia de Luís Mouro, os figurinos de Rafael Mapril e a iluminação de Carlos Gonçalves, sendo a peça interpretada por Marina Albuquerque, Dina Lopes, Álvaro Correia, António Melo, Orlando Costa e Pedro Carraça. Os espectáculos serão nos dias 8, 9 e 10 às 21.30.

Com encenação de João Lagarto, cenografia e figurinos de Rita Lopes Alves e iluminação de João Paulo Xavier, a Culturgeste apresenta no seu Pequeno Auditório a peça «Nós na Garganta». Segundo o texto de apresentação, trata-se de «uma peça íntima em que três personagens se aventuram em experiências-limite, às vezes cómicas, outras violentas, urbanas e actuais.» A interpretação estará a cargo de Susana Borges, João Lagarto e Berta Teixeira.

Saindo da capital e já na outra margem do Tejo, o destaque vai para o Barreiro e para as actividades do Teatro Bar que está a promover a realização do «Ciclo Mário Viegas» (de 1 a 12 de Abril) em homenagem ao grande actor e encenador. São três os espec-

táculos previstos para este ciclo, a saber: Recital de Poesia por Luís Filipe Ramos, com a leitura de «Invenção do Amor» de Daniel Filipe e obras de outros poetas, na 4ª feira 8, às 22 horas (em continuação do primeiro espectáculo realizado ontem); «Geração Orpheu», composto por «A Morte do Príncipe», de Fernando Pessoa, com Carlos Ramos e Luís Filipe Ramos, e «A Cena do Ódio», de Almada Negreiros, com Mória, hoje pelas 22 horas com repetição a 9 à mesma hora; e, finalmente, «A Birra do Morto», de Vicente Sanchez numa adaptação de Mário Viegas, com encenação de Carlos Ramos e interpretação de Luís Filipe Ramos, Mória, Alberto Santos, Tânia Rijo, Maló, Susana Limão, André e Wanda, sextas 3 e 10 e sábados 4 e 11, às 22 horas, e domingos 5 e 12, às 16.00.

EXPOSIÇÕES

«Searas do Porvir»

Numa organização da Câmara Municipal de Almada e da Comissão de Almada Promotora das Comemorações do Cinquentenário da Formação do MUD



MUD Juvenil

foi inaugurada no passado dia 27 de Março a exposição subordinada ao tema «Searas do Porvir». Esta exposição pode ainda ser visitada até domingo 5, das 14 às 19 e das 20 às 22 horas, na Oficina da Cultura daquela cidade.

Artesanato na Moita

Já vai na sua 3ª edição e foi inaugurada ontem, decorrendo até domingo 5. É a III Feira de Artesanato da Moita - Expoarte que se realiza no Pavilhão Municipal de Exposições desta cidade. Tendo por objectivo divulgar e dinamizar o artesanato do concelho e da região, nela estão presentes um vasto leque de expositores que apresentarão artesanato genuíno das mais diversas áreas. Todas as noites haverá, ainda, espectáculos musicais às 21.30 com artistas da cena musical portuguesa.

Notícia de coisas
fantásticas em Évora

É seguramente fora do comum a exposição que desde ontem está patente ao público nos ex-celeiros da EPAC, na cidade de Évora. Numa organização conjunta da Câmara Municipal desta cidade alentejana e da empresa Proyetos Zoológicos, SA, foi ontem inaugurada (se,

entretanto, nada aconteceu de extraordinário ou transcendental) a exposição «Bruxarias - Objectos Insólitos e Criaturas Fantásticas». Se o título diz tudo, para quê acrescentar mais alguma coisa? Experimente o leitor descobrir por si próprio... Brrrrrrrr...



DEBATES

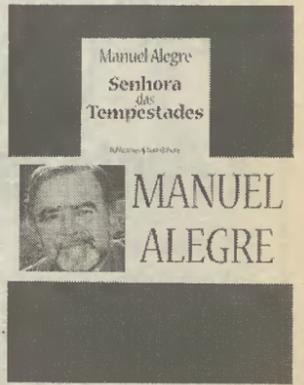
100 Livros do Século

Promovida pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e a propósito da exposição que, sob o título em epígrafe, decorre no Centro Cultural de Belém - integrada no «Festival dos 100 Dias» -, está a realizar-se (desde 6 de Março até 4 de Junho), todas as quintas-feiras às 18.30, na Sala Polivalente do Centro de Exposições, uma série de Debates cujo tema tem íntima ligação com alguns dos livros (e autores) nela representados. Por exemplo, hoje ao fim da tarde Agustina Bessa-Luís e José Eduardo Agualusa debruçar-se-

ão sobre a escritora Karen Blixen e a sua obra «África Minha» que nos fala da «gradual revelação de uma personalidade que se descobre, amplia e engrandece pelo contacto com o continente africano».



LIVROS

Senhora
das Tempestades

O novo livro de Manuel Alegre não é apenas um livro mais no maravilhoso conjunto da sua obra. Senhora das Tempestades tem todas as marcas do talento do autor, a sua rara maestria oficial, a inquietação e a procura que vem desde os seus primeiros poemas. Escrito, no entanto, após a grave doença que o atingiu há dois anos, este novo livro é a um tempo uma notícia do outro lado da vida já tocado pela morte e um verdadeiro canto de renascimento. Não é possível separar estas duas faces no conjunto do livro e nas quatro partes que o constituem. O novo campo de profunda reflexão humana que Alegre retirou da sua grave doença está presente em todos os poemas. Talvez os últimos quatro versos do Livro do Pescador a sintetizem de alguma maneira. Assim: *Eu pescador Ulisses alma errante/ navegador da noite procuro nem sei bem/ uma luz um robalo um breve instante./ O coração do mundo. Ou de ninguém. Ou quem.*

Edição das Publicações Dom Quixote.

REVISTAS



Vértice

E mais um número da revista Vértice, desta vez mesmo dentro do tempo, pois corresponde a Janeiro-Fevereiro. Em Questão, questões do Socialismo, valiosos e interessantes contributos para um tema que está mais actual do que nunca, apesar das mortes anunciadas. Entre os vários autores que para a questão contribuem, destacamos Pedro Ramos de Almeida - O anti-sovietismo: traço dominante do anti-socialismo e do anticomunismo no século XX; de José Barata-Moura - Alternativa ou transformação; de Eduardo Chitas - Uma vez mais sobre o conceito da época; de Edgar Correia - O socialismo é o futuro; de Albano Nunes - Sobre a importância da Revolução de Outubro. Este número da Vértice, para além de outros interessantes artigos sobre o mesmo tema, apresenta, Em Estudo, outras contribuições. Para além dos sumários do ano anterior.

CONCURSO

Prémio Nacional do Conto

Foi publicado o Regulamento do Prémio Nacional de Conto «Manuel da Fonseca», instituído em segunda edição como homenagem e em memória do grande escritor alentejano. Criado pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém, o concurso está a decorrer entre 11 de Março e 30 de Junho, estando a entrega do Prémio no valor de 400 mil escudos marcada para 17 de Outubro de 98. O júri

será constituído por um representante da Associação Portuguesa de Escritores e por dois escritores convidados. São admitidas a concurso colectâneas de contos inéditos, redigidos em Português, com o número máximo de 120 páginas, devendo os originais ser enviados para a Divisão de Animação Sociocultural da Câmara Municipal desta cidade, onde serão prestadas todas as informações.



PERFORMANCE

Crash Landing @ Lisboa

Com este insólito título está a realizar-se desde anteontem e prolongar-se-á até sábado, no Teatro da Comuna na Praça de Espanha (em Lisboa), uma série de espectáculos em que um grupo de 19 artistas e performers se juntarão para «investigar e experimentar a improvisação, numa situação laboratorial», servindo este trabalho como «preparação para quatro espectáculos improvisados, de diferentes formatos, oscilando entre a dança, a música, o teatro, o vídeo e a instalação». Tal como se anuncia no texto de promoção do evento, esta «é uma iniciativa em desenvolvimento, concebida por Meg

Stuart, Christine de Smedt e David Hernandez» que já vai na sua quarta realização, tendo já acontecido três vezes até agora em Lovaina, Bélgica (1996), Viena (1997) e em Paris (Novembro passado). Participarão nestes espectáculos artistas

pluridisciplinares de Portugal, França, Bélgica, EUA, Holanda, Grã-Bretanha e Alemanha. Amanhã, 3, o espectáculo decorrerá das 21.00 às 05.00 (!) e no sábado 4, a partir das 24 horas. Ou será no domingo 5, a partir das 00.00?!



ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

A Ponte da China

Não trouxe grandes surpresas a inauguração da Ponte Vasco da Gama ocorrida no passado domingo: a multidão de cidadãos empenhados em estrear o equipamento no próprio dia de abertura foi proporcional à numerosa comitiva de 1500 convidados oficiais levados para debaixo da tenda onde decorreram as cerimónias, a satisfação perante obra de tal envergadura encheu de unanimidade os seus 18 quilómetros, os poderes constituídos e constituintes arrecadaram o que puderam na colheita política do evento, as populações que habitam perto do empreendimento exultaram com a expectativa das vantagens a tirar de tão monumental vizinhança, numerosos visitantes vieram de longe inundados de patriotismo e lubricidade de primícias e, feitas as contas pelo apanhado jornalístico do evento, poucos foram os mirones genuínos, os que a estes faustos se deslocam em massa vestidos por dentro de anonimato e apenas esperando que algum brilho da festa lhes ilumine a curiosidade modesta. O que se compreende: uma ponte daquelas dimensões e geografia não é um equipamento de apropriação colectiva. Na linha de qualquer luxo tecnológico, existe como serviço exclusivo para utentes específicos, neste caso os automobilistas.

Foi, portanto e inevitavelmente, o cidadão rodoviário que se fez à ponte para fazer ele próprio a festa, tendo por brinde a gratificante parceria dos mais altos dignitários da Nação no protagonismo da inauguração. O que, convenhamos, parece qualitativamente diverso de se estar à torreira de uma qualquer praça ou avenida a ver desfilar, do outro lado das barreiras e cordões de polícia, uma pompa que, em qualquer circunstância, sempre nos será exterior e inacessível. E assim se compreenderá por que houve tantos milhares de automobilistas que se dispuseram, tão de boa mente, a enfrentar insuportáveis bichas de longas horas e quilómetros para a satisfação de serem os primeiros a rodar na Vasco da Gama. Descansar depois da Criação é privilégio de Deus. Para os homens, inaugurar a eternidade é uma ocasião única.

Mas se os estreantes da Ponte Vasco da Gama se limitaram a arrecadar a inocente vaidade de terem lá estado, os inauguradores oficiais quiseram muito mais que isso. Exceptuando o Presidente da República, que reivindicou para o País os méritos do empreendimento, toda a gente parecia estar convencida que tinha feito a ponte pelas suas próprias mãos. Cavaco Silva foi lá para dizer que até o nome «Vasco da Gama» era da sua autoria, Ferreira do Amaral rolava para todos os lados a proclamação de que a ponte era obra sua, António Guterres zigzagueava no piedoso reconhecimento de que a obra fora lançada por outro para deixar bem claro que fora ele a terminá-la, João Cravinho gabava-se do modelo de financiamento público/privado da ponte que Cavaco lançou e ele aproveitou e até João de Deus Pinheiro parecia um engenheiro em construção quando falou em nome do presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer.

Só não disseram que a Ponte Vasco da Gama foi erguida com dinheiros públicos manobrados por privados, a quem foi entregue a sua exploração no pressuposto que daí retirarão pelo menos quatro vezes mais do que custou a obra, e que tais lucros astronómicos estão garantidos ao ponto de o Governo ter comprometido o País a cobrir todos os défices de exploração, o que significa que o tal «investimento privado» - de que tanto se orgulha o ministro João Cravinho - nesta e noutras futuras obras públicas constitui um negócio da China, onde os lucros são a quadruplicar e garantidos pelo próprio Estado. Entretanto, 180 milhões de contos depois, a abertura da Vasco da Gama em nada prejudicou as performances da velha Ponte 25 de Abril: como se esperava, continua engarrafada dia e noite.

■ Henrique Custódio

PCP apresentou as contas de 1997 no Tribunal Constitucional

Na passada segunda-feira, 30 de Março, o PCP fez a entrega no Tribunal Constitucional das suas contas relativas ao ano de 1997.

As Contas apresentadas, que cumprem a legislação aplicável e o Plano Oficial de Contas com a natural adequação à especificidade partidária, integram o **Balço** e os **Resultados** do ano, o **inventário do património** do Partido e a **lista discriminada dos imóveis** de sua propriedade, a **declaração** de que o PCP não recebeu quaisquer contribuições de pessoas colectivas (em coerência com a posição que sempre tem defendido) e o **parecer** da sua Comissão Central de Controlo.

Importa sublinhar que as Contas apresentadas, tal como nos anos anteriores, são **contas consolidadas e globais, representativas do conjunto do Partido e não apenas da sua estrutura central** e que confirmam e reforçam a característica de o financiamento do PCP assentar no **esforço de receitas próprias**, que são 94,5%, constituindo as subvenções do Estado apenas 5,45%.

As Contas do exercício apresentam uma **receita de 1.870.676.950\$40** e uma **despesa de 1.828.083.519\$40**, com um **resultado líquido positivo de 42.593.431\$00**. As principais rubricas, quanto às receitas próprias, apresentam o seguinte peso relativo nas receitas globais:

- iniciativas e actividades de angariação de fundos: 46,9%;
- quotizações e contribuições de membros do Partido: 18,2%;
- contribuições de representantes e eleitos do PCP: 22,3%;
- outras receitas (proveitos extraordinários, financeiros e de propriedade intelectual): 5,8%.

Os resultados conseguidos, sendo a expressão contabilística de um esforço de rigor e equilíbrio na gestão dos recursos partidários, não podem entretanto ser entendidos como revelando uma situação financeira desafogada, mas como um ponto de equilíbrio mais uma vez conseguido entre despesas e receitas globais, através de um persistente e quotidiano esforço de organizações e militantes do PCP para conseguirem os meios materiais necessários à sua intensa e diversificada actividade.

Parecer da Comissão Central de Controlo

A Comissão Central de Controlo do Partido Comunista Português, reunida a 27 de Março de 1998, para cumprimento de funções que lhe são atribuídas pelos Estatutos do PCP, examinou as Contas do Partido relativas ao ano de 1997, tendo concluído que as mesmas estão em conformidade com as disposições legais aplicáveis e revelam um continuado aperfeiçoamento e rigor. Considera ainda ser de valorizar, no quadro do reconhecido financiamento da actividade do PCP na base de receitas próprias mais uma vez evidenciado, a expressiva contribuição para as receitas partidárias dos eleitos comunistas em cargos públicos, decorrente do princípio ético-político de não serem beneficiados nem prejudicados financeiramente pelo exercício de tais cargos.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS APURAMENTO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO PERÍODO

31 de Dezembro de 1997

PROVEITOS E GANHOS		
Quotização e Contribuição de filiados do Partido	341 155 354\$60	18,24%
Contribuições de representantes e eleitos pelo PCP	416 351 475\$70	22,26%
Donativos de pessoas singulares	25 444 746\$00	1,36%
Subvenções ou subsídios do Estado	102 041 244\$00	5,45%
Actividades e produto de actividades de angariação de fundos	877 046 186\$10	46,88%
Proveitos de propriedade intelectual	2 144 705\$00	0,11%
Proveitos e ganhos financeiros	45 753 137\$40	2,45%
Proveitos e ganhos extraordinários	60 740 101\$60	3,25%
Total de Proveitos e Ganhos	1 870 676 950\$40	100,00%

CUSTOS E PERDAS		
Compras/Custos (Devol. e Descontos)	148 059 482\$80	8,10%
Fornecimentos e serviços externos	559 264 718\$30	30,59%
Impostos	4 498 679\$50	0,25%
Custos c/pessoal	794 672 027\$80	43,47%
Outros custos operacionais	183 055 264\$10	10,01%
Amortizações do exercício	53 477 660\$30	2,93%
Provisões do Exercício	3 000 000\$00	0,16%
Custos e perdas financeiras	2 527 534\$40	0,14%
Custos e perdas extraordinárias	79 528 152\$20	4,35%
Total de Custos e Perdas	1 828 083 519\$40	100,00%

RESUMO

Total de Proveitos e Ganhos	1 870 676 950\$40
Total de Custos e Perdas	1 828 083 519\$40
Resultados Líquidos do Período	42 593 431\$00

Telecom Comissão de Utentes vai ao Primeiro-Ministro

Com o objectivo de entregar ao Primeiro-Ministro exemplos de facturas detalhadas completas e o balanço da campanha de recolha de assinaturas contra a taxa de activação e o aumento das tarifas dos telefones, a Comissão de

Utentes promove, na próxima segunda-feira, dia 6 de Abril, uma concentração de viaturas junto à Portugal Telecom, nas Picoas.

A concentração está marcada para as 17 horas, com partida meia hora depois em direcção a

S. Bento até junto da residência do Primeiro-Ministro, onde os participantes estacionarão as viaturas, depois de passarem pelo Saldanha, Fontes Pereira de Melo, Rotunda, Av. da Liberdade, Terreiro do Paço, Cais do

Sodré, 24 de Julho e Rua de S. Carlos.

A Comissão de Utentes pretende reclamar directamente ao Primeiro-Ministro a sua intervenção no sentido da revogação da taxa de activação.

Este ano a **Festa** do Avante!

é nos dias 4, 5 e 6 de Setembro



5 603199 000445